

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
MESTRADO EM DEMOGRAFIA**

**Migração na RM de Campinas: produção do espaço
urbano e impactos sociais**

EDNELSON MARIANO DOTA

Campinas, Fevereiro de 2011.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

D742m **Dota, Ednelson Mariano**
Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais / Ednelson Mariano Dota. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Espaço urbano. 3. Mobilidade residencial. 4. Campinas, Região Metropolitana (SP) – Migração. I. Cunha, José Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Migration in the Metropolitan Region of Campinas: production of urban space and social impacts

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Migration
Urban space
Residential mobility
Metropolitan Region of
Campinas (SP) - Migration**

Área de Concentração: Mobilidade Residencial

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora: José Marcos Pinto da Cunha, Rosana Aparecida Baeninger, Odeibler Santo Guidugli

Data da defesa: 25-02-2011

Programa de Pós-Graduação: Demografia

EDNELSON MARIANO DOTA

**Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e
impactos sociais**

Este exemplar corresponde à redação
Final da Dissertação/Tese defendida e
aprovada pela Comissão julgadora em

25, 02, 2011

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do
Professor Dr. José Marcos Pinto da Cunha,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Demografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador)

Profª. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli

Suplentes:

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

Campinas, Fevereiro de 2011

*À Sirlene e Julia, minhas motivações,
e à Nelson, Raquel e Mateus, meu apoio incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me possibilitar mais um dia de vida...

Ao professor José Marcos Pinto da Cunha pelo apoio, sugestões, críticas, incentivo e paciência, essenciais para a realização deste trabalho.

A todos os professores e pesquisadores do NEPO que de alguma forma colaboraram direta e indiretamente. Dentre eles cito Rosana Baeninger, Roberto do Carmo, Tirza Aidar, Elizabete Bilac, Alberto Jakob, Daniel Hogan (*in memoriam*), Eduardo Marandola Jr., Jerônimo Muniz.

Aos professores que em algum momento passaram pela minha “carreira estudantil”, em especial aos amigos da PUC-Campinas.

Aos companheiros do dia-a-dia da pós-graduação: Marcio Caparroz, Cimar Alejandro, Francine Modesto, Julia Pinheiro, Silvana Queiroz, Kazuo Nakano, Cecília Malvezzi, Kátia Izaias e Angela Silva, e aos colegas de outras turmas.

Ao apoio da CAPES nestes dois anos de pesquisa, essencial para a realização deste trabalho.

A minha família, sempre presente e com total apoio ao meu projeto de vida, custoso a todos.

Enfim, meu muito obrigado a todos...

RESUMO

A mobilidade espacial da população é um dos mais importantes componentes do crescimento demográfico das metrópoles, tanto para as mais antigas quanto para as mais recentes, como a RM de Campinas. A migração, entretanto, é um fenômeno com estreitas relações com a conjuntura demográfica e econômica de determinado momento histórico, ou seja, não pode ser entendida isoladamente sem que se considere essa conjuntura em nível local, regional e nacional. A RM de Campinas deve à migração parte preponderante do seu volume populacional, onde desde a década 70 os fluxos alcançaram volume relevante e apresentaram importantes modificações ao longo destes últimos 40 anos. A redução do crescimento demográfico observado nas últimas décadas, paralelamente à redução das migrações de longa distância, coloca em evidência as modalidades migratória de curta distância, que estão diretamente associadas ao crescimento demográfico e a expansão urbana dos municípios metropolitanos. Entretanto, essa migração não ocorre aleatoriamente entre os municípios, mas é direcionada através do processo de produção do espaço urbano, ou seja, responde a fatores amplos, que fogem do escopo social e da decisão à nível individual, ao menos da população pobre. Portanto, essa dissertação analisa as motivações da migração e sua implicação para os migrantes no âmbito da RM de Campinas, buscando compreender esses diferenciais segundo as modalidades migratórias (intrametropolitanos e externos) e os principais fluxos, que explicam a manutenção desta região como o principal pólo atrativo de população do Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The spatial mobility of population is one of the most important components of demographic metropolitan growth, both for older and for the most recent, such as Metropolitan Region of Campinas. Migration, however, is a phenomenon with close relations to the conjuncture of economic and demographic specific historical moment, and can not be understood in isolation, without considering the situation at local, regional and national level. The Metropolitan Region of Campinas owes to migration the major part of their population volume, where since the 70's, the flow reached a relevant volume and showed important changes over the last 40 years. The reduction of population growth in recent decades in parallel with the reduction of long-distance migrations put in evidence the modalities of short-distance migration, which are directly linked to population growth and urban sprawl of metropolitan municipalities. However, this migration does not occur randomly among the municipalities, but is routed through the production process of urban space, and responds the broad factors that are beyond the social scope and the decision an individual level, at least for the poor. Therefore, this dissertation examines the motivations of migration and its implications for migrants within the RM of Campinas, trying to understand these differences according to the migration modalities (intrametropolitan and external) and the main flow, which explain the maintenance of this region as the main attraction pole population of State of São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	
1.1. A produção do espaço urbano: reflexos sociais	23
1.2. A migração para a cidade	30
1.3. A migração na Região Metropolitana de Campinas	37
CAPÍTULO II	
2.1. As metrópoles e a rede urbana	45
2.2. A rede urbana de Campinas	47
2.3. Regionalização no contexto da RM de Campinas	49
2.4. A emergência da RM de Campinas	55
2.5. O crescimento natural	60
CAPÍTULO III	
3.1. A migração intrametropolitana na RM de Campinas	65
3.2. Os fluxos migratórios intrametropolitanos	76
3.3. Distribuição da população e do emprego	83
3.4. Motivações e condicionantes da migração	89
3.5. Acessibilidade e migração	96
3.6. Mobilidade e imobilidade: aspectos relevantes	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXO A	119
ANEXO B	121
ANEXO C	122
ANEXO D	123
ANEXO E	124

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1	Mapa da taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 2000 - 2010	p.38
Figura 2	Mapa da taxa média de migração líquida anual (% a.a.) e participação do saldo migratório total segundo origem dos migrantes. Municípios da RMC. 1995-2000	p.40
Figura 3	Mapa da participação da migração no crescimento demográfico total. Municípios da RMC. 2000/2008	p.42
Figura 4	Mapa dos vetores de expansão urbana. RMC. 2006	p.51
Figura 5	Gráfico da taxa de Crescimento médio geométrico anual. RMC, Estado de São Paulo e Brasil. 1970/2010	p.56
Figura 6	Gráfico da participação da migração no crescimento demográfico total. Municípios da RMC. 1970/1980	p.57
Figura 7	Mapa da participação da migração no crescimento demográfico total. Municípios da RMC. 1980/1991	p.58
Figura 8	Gráfico do saldo migratório anual e proporção relativa do incremento populacional pela migração. RMC. 1980/2008	p.62
Figura 9	Gráfico do saldo migratório e crescimento vegetativo por períodos quinquenais. RMC. 1980/2005	p.62
Figura 10	Mapas da evolução da Mancha Urbana da RM de Campinas. 1991 e 2000. RMC	p.67
Figura 11	Mapa dos eixos de expansão regional. RMC. 2010	p.68
Figura 12	Gráfico do índice de eficácia migratória total e intrametropolitana. Municípios da RMC. 1995-2000	p.73
Figura 13	Mapas dos fluxos Migratórios Intrametropolitanos. RMC. 1986/2000	p.76
Figura 14	Gráfico da renda domiciliar em salários mínimos segundo escolaridade do chefe da família. RMC. 2000	p.78
Figura 15	Gráfico da renda domiciliar em salários mínimos segundo	p.78

escolaridade do chefe da família. RMC. 2007

Figura 16	Gráfico do local de trabalho segundo motivo de saída do município anterior. Chefes de domicílio. RMC. 2007	p.84
Figura 17	Mapa da PIA (População em Idade Ativa) por vínculo empregatício no município. Municípios da RMC. 2008	p.88
Figura 18	Gráfico do motivo de mudança para o município atual segundo tempo de residência na região. Chefes de domicílio. RMC. 2007	p.95
Figura 19	Gráfico da renda domiciliar <i>per capita</i> em salários mínimos segundo condição migratória. RMC. 2007	p.102
Figura 20	Gráfico da proporção de pessoas nos grupos de idade segundo condição migratória e residência anterior. RMC. 2007.	p.104
Figura 21	Gráfico do número de pessoas por domicílio segundo condição migratória e residência anterior. RMC. 2007	p.107
Figura 22	Gráfico do rendimento domiciliar <i>per capita</i> segundo número de pessoas residindo por domicílio. RMC. 2007	p.107
Figura 23	Gráfico do número de mudança de município a partir do número de pessoas residentes nos domicílios. RMC. 2007	p.108

TABELAS

Tabela 1	População total, proporção relativa dos setores de atividade, PIB e PIB <i>per capita</i> . Municípios da RMC. 2007/2010	p.54
Tabela 2	Saldo migratório e crescimento vegetativo. RMC. 1980/2008	p.61
Tabela 3	Total de imigrantes e variação segundo local de origem. Municípios da RMC. 1986-1991 e 1995-20	p.65
Tabela 4	Saldo migratório e taxas médias anuais de imigração, emigração e migração líquida. Municípios da RMC. 1986-1991	p.70
Tabela 5	Saldo migratório e taxas médias anuais de imigração, emigração e migração líquida. Municípios da RMC. 1995-2000	p.72
Tabela 6	Caracterização da população migrante intrametropolitana segundo fluxos mais expressivos. Municípios da RMC. 2000.	p.79
Tabela 7	Motivação de saída do município anterior por condição migratória. RMC. 2007	p.85

Tabela 8	Número de empregos formais e População em idade ativa. RMC. 1991/2009	p.86
Tabela 9	Local de habitação no momento da migração segundo motivo de mudança para a RMC. Chefes de domicílio. 2007	p.90
Tabela 10	Condição de ocupação do domicílio segundo tempo de residência no município. Chefes de domicílio. RMC. 2007	p.90
Tabela 11	Motivação de escolha do município atual por condição migratória. Chefes de domicílio. RMC. 2007	p.91
Tabela 12	Condição de ocupação do domicílio segundo condição migratória e município de residência anterior. Chefes de família. RMC. 2007	p.92
Tabela 13	Acesso à infraestrutura básica segundo rendimento domiciliar (%). RMC. 2007	p.97
Tabela 14	Acesso à infraestrutura básica segundo condição migratória e residência anterior (%). RMC. 2007	p.98
Tabela 15	Fornecimento de água e ligação de esgoto segundo condição migratória e residência anterior (%). RMC. 2007	p.99
Tabela 16	Município de trabalho segundo condição migratória e residência anterior da PIA (População em Idade Ativa). RMC. 2007	p.103
Tabela 17	Idade média da população e razão de dependência segundo condição migratória e residência anterior. RMC. 2007	p.105

INTRODUÇÃO

O Brasil é o quinto país em extensão territorial do globo, bem servido em riquezas naturais, mas ainda muito desigual em relação àquilo que consegue produzir, tanto regional quanto localmente.

Pouco se alterou na delimitação territorial do país, mas o mesmo não se pode dizer quanto às questões da dinâmica demográfica. Para se fazer uma análise dos atuais processos que se dão em âmbito social, deve-se atentar a questões relevantes que modificaram a forma com que as pessoas vivem, os locais que habitam, e principalmente entender o porquê habitam determinados locais.

A configuração da atual distribuição da população brasileira se deve principalmente por um fenômeno de crucial importância no século XX para o Brasil: a migração. Esta foi responsável pela redistribuição espacial da população, que num primeiro momento seguia a concentração espacial das atividades (Singer, 1976, p.219), que era necessária a industrialização e teve como reflexo a urbanização da forma que se pode observar atualmente.

Os atuais níveis de urbanização e metropolização foram, em grande medida, consequência dos processos migratórios rural-urbanos num primeiro momento. Estes respondiam as desigualdades regionais, principalmente se estas forem analisadas no âmbito político-regional. Transferiu levas de população entre as regiões brasileiras, buscando equilibrar as condições precárias e seu estoque de mão-de-obra de um, com as possibilidades apresentadas no outro.

A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas, que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. (SINGER, 1976, p. 223)

Esse modelo explicativo, baseado na causa-efeito da industrialização-migração, migração-emprego, bem se encaixou entre as décadas de 1940 até 1980, momento este que o tipo migratório rural-urbano começa a arrefecer, surgindo novos tipos e modalidades migratórias, que passaram a representar uma proporção mais importante no contexto da dinâmica migratória no Brasil.

Os fluxos populacionais foram reflexos dos diversos momentos econômicos que o país atravessou e o arrefecimento daqueles de longa distância nas últimas décadas, principalmente os interregionais, o que abre espaço para que os movimentos de curta distância, como o intraestadual, intrametropolitano, intraurbano e pendulares tornem-se preponderantes em números, e o seu estudo, necessário para a compreensão dos fatores associados à redistribuição populacional, principalmente em pontos específicos do território marcado pelo dinamismo econômico e demográfico, como nas metrópoles.

O Estado de São Paulo, devido à sua condição de principal centro de gestão territorial do país, mantém-se como principal pólo atrativo de migrantes do país. Apesar da alta atratividade, o que chama a atenção é a baixa fixação destes em relação a períodos anteriores (BAENINGER, 1999), que ou retornam para as origens ou se direcionam para outros destinos.

A desconcentração industrial, que descentralizou a produção da capital em benefício de outros pontos do interior paulista, culminou na formação de novos pólos de atração populacional, que começaram a receber relevantes fluxos migratórios, inclusive da capital. A região de Campinas foi uma das que mais se destacou perante o processo, tornando-se o segundo pólo de atração populacional do estado. A importância econômica e demográfica de Campinas e seu entorno culminou na formação da Região Metropolitana de Campinas, recorte espacial deste trabalho.

A metrópole mostra-se como recorte ideal para o desenvolvimento deste trabalho por apresentar heterogeneidades relevantes, nos aspectos econômico, social e espacial. Os diferenciais de renda tornam as condições de vida desiguais, e os espaços ocupados são os reflexos desses diferenciais na metrópole.

Neste sentido, analisar a localização espacial das pessoas na metrópole aparece como ponto fundamental, visto que a mobilidade residencial, mais do que um simples movimento, responde a dois fatores: o primeiro e mais relevante, é o processo de adaptação frente aos processos de produção do espaço urbano, que estruturam a metrópole e direcionam as ações do mercado de terras e da distribuição espacial dos empregos; e o segundo, a processos no âmbito demográfico, como a organização familiar e suas implicações em relação às condições econômicas.

Para a compreensão deste processo de localização espacial na metrópole e sua caracterização enquanto fenômeno demográfico, a migração, seja ela externa ou intraregional é ponto central de análise, pois se apresenta como processo importante enquanto possibilidade de adaptação frente às “intempéries” metropolitanas.

Para esta análise, os dados trabalhados corresponderam a duas fontes principais: inicialmente, o Censo Demográfico, para a caracterização dos municípios da região metropolitana em seus diversos aspectos. Outra fonte importante é a pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade. Os dados deste projeto se mostram importantes, pois permitem o aprofundamento de questões relativas à mobilidade espacial, com suas causas e motivações, oferecendo assim outras possibilidades em relação a primeira fonte.

A partir dessas considerações e da potencialidade das fontes de dados, esta pesquisa tem como foco a migração, considerando desta forma tanto aqueles que migram dentro da metrópole quanto aqueles de origem externa. No âmbito desta, as características sócio-demográficas daqueles que migram, e as características do local que habitam são pontos chave a partir da perspectiva da migração enquanto resposta aos fatores estruturantes da metrópole.

O crescimento expressivo das últimas décadas observado na RM de Campinas foi em grande parte fruto da migração, tanto proveniente de outros estados quanto do próprio estado de São Paulo (CUNHA *et al.*, 2006a). O interesse pelo estudo da migração ocorre a partir da tendência de contínuo crescimento populacional e à rápida expansão espacial da metrópole. A migração intraregional, desta forma, tende a ganhar relevância em termos da redistribuição espacial da população, que está relacionada a outros pontos importantes, como a segregação socioespacial e o acesso a bens e serviços essenciais.

A partir desta perspectiva, o objetivo deste trabalho é o de caracterizar a migração na RM de Campinas e seus desdobramentos para a população. Da mesma forma, busca-se compreender esta tendência em relação aos processos de estruturação urbana da metrópole, da alocação espacial das atividades, segundo o desenvolvimento regional.

A importância deste trabalho reside na possibilidade de um melhor entendimento de como os processos que alteram o uso e a característica do espaço urbano, ou seja, o produzem, refletem na população. A migração intraregional, considerada aqui efeito-resposta, pode indicar tendências ainda não observadas, que poderão auxiliar o

planejamento do espaço metropolitano, evitando-se assim problemas crônicos observados nas grandes metrópoles, fruto do crescimento elevado e desordenado das últimas décadas.

Para atingirmos tais objetivos, no primeiro capítulo busca-se compreender como se dá o processo de produção do espaço urbano e como está inserida a questão social neste processo. Analisamos também a migração nas áreas urbanas e suas características, além de caracterizar a migração mais recente na Região Metropolitana de Campinas.

No segundo capítulo busca-se entender mais a fundo as características dessa região enquanto unidade, mas também um pouco mais das importantes especificidades de alguns municípios. Com esse “pano de fundo”, partimos para o terceiro e último capítulo, para os dados mais específicos sobre a mobilidade e suas características no âmbito desta região.

Neste, buscamos analisar as características dos principais fluxos migratórios, da distribuição da população e dos empregos, além das motivações da mobilidade e da imobilidade, de forma que possamos traçar um perfil dos migrantes regionais, e compreender quais fatores motivam e direcionam os fluxos.

CAPÍTULO I

1.1 – A produção do espaço urbano: reflexos sociais

O entendimento das motivações acerca de determinados processos sociais como a migração, não passa apenas pela análise e compreensão de fatores estritamente demográficos, mas também daqueles fatores que influenciam num âmbito mais amplo, como a conjuntura econômica vivida em dado momento e seus reflexos diretos e indiretos.

Mais recentemente, paralelamente à urbanização¹ observada no Brasil, associada às mudanças da conjuntura econômica das últimas décadas (CUNHA; BAENINGER, 2007), houve um aumento da relevância dos movimentos migratórios de menor distância, que representam grande proporção da redistribuição espacial da população nas grandes aglomerações.

Desta forma, focar os movimentos migratórios no âmbito das áreas urbanas significa entendê-los à luz dos processos de desenvolvimento dessas áreas, ou seja, de todos aqueles atores e fatores que, de alguma forma, promovem ações que alterem o espaço urbano; produzem e o reproduzem, gerando impactos no modo de vida da população residente, o que acaba culminando na mobilidade residencial da população.

A produção do espaço então, ganha importância central na análise não apenas das mudanças verificadas nas cidades contemporâneas, mas também em todos os fatores que direta ou indiretamente representam alterações nas condições de vida nas aglomerações antigas e naquelas mais recentes.

Essas mudanças constantes estão associadas ao aperfeiçoamento das formas urbanas, que se recriam a cada momento histórico e cada vez com maior velocidade. Segundo Carlos (1994a) o mundo é um produto do homem e da sociedade, sendo que o espaço produzido em cada momento aparece diferenciado, segundo as características predominantes que se modificam conforme as bases da sociedade se alteram.

As constantes mudanças, principalmente no momento mais recente em que as formas de organização espacial tornam-se obsoletas em menor tempo, fazem com que novas necessidades sejam criadas incessantemente, inclusive quando se pensa na produção do espaço urbano e num dos “objetos” mais valorizados nesse espaço: a localização. Esta é

¹ Segundo estimativas do IBGE, em 2008, 85,4% da população brasileira viviam na área urbana.

condição chave para os negócios urbanos, sendo que é através dela que os proprietários fundiários ou de imóveis maximizam a sua renda.

Segundo o entendimento de Villaça (1993), é a acessibilidade de determinado ponto que explica a importância do valor de uso da terra urbana, sendo que, quanto mais centralizado o terreno ou imóvel, maior é o valor de uso, a partir do maior trabalho dispendido para a produção dessa centralidade.

Tratando-se de áreas menos centrais, o tempo mostra-se como ferramenta importante, isto é, áreas antes desvalorizadas tornam-se centrais, a partir do crescimento da mancha urbana e da valorização do seu entorno, possibilitando a comercialização das terras por um preço muito maior do que aquele utilizado para comprar. A divisão das terras em pequenos lotes para habitação também é uma estratégia de valorização, visto que agrega ao valor de troca do mesmo o valor de uso desse espaço para a sociedade.

Nessa perspectiva, o espaço urbano aparece como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, sendo indissociável da sua dimensão humana. Essa dimensão, na verdade, aparece em várias frentes, a partir das relações sociais contraditórias, sendo produto de lutas em alguns casos, mas sobretudo produto do desenvolvimento das formas de reprodução do capital (CARLOS, 1994b).

A valoração do espaço urbano além daquele estabelecido para uso ocorreu gradualmente, a partir do momento em que

a dimensão política da cidade foi sobreposta por sua dimensão econômica, em especial com a consolidação do modo de produção capitalista. Sendo a cidade uma aglomeração, ela é um tipo de espacialidade que possibilita a intensificação das trocas e potencializa a capacidade produtiva favorecida pela divisão do trabalho. (VITTE, 2010, p.82)

A relevância gradual da dimensão econômica propiciou paralelamente ao seu desenvolvimento, a degradação das condições de vida da população pobre. Segundo Santos (1993), quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam as mazelas sociais. A deterioração das condições de vida nas áreas urbanas passou a se tornar mais relevante a partir da segunda metade do século XX, pois

a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993, p.95)

Em conformidade com o pensamento de Santos, Damiani (2005) salienta que o pensar sobre o urbano de forma crítica é formular a hipótese sobre a impossibilidade dele para todos. Na verdade, o urbano, enquanto modo de vida atinge a maioria da sociedade, enquanto a cidade, lugar de concentração da população urbana, produção, circulação e consumo de bens e serviços, é resguardada a algumas parcelas da população (RODRIGUES, 2007). Esse entendimento cria a possibilidade de se entender o processo de produção do espaço urbano a partir das suas várias facetas, moldadas a partir do processo de consolidação com o tempo e com os investimentos públicos, paralelamente aos interesses capitalistas atuantes, que são imediatistas e direcionados a um público específico, selecionado através da renda.

Concepção semelhante apresenta Carlos (1994b), que vê o urbano além da concentração do processo produtivo, mas o considera como produto da determinação econômica, social, ideológica e jurídica que, articuladas, transformam-se no espaço econômico e social. As desigualdades socioespaciais desse espaço urbano se derivam então da divisão espacial do trabalho, através das suas relações contraditórias, e culminam numa cidade, que se apropria desse espaço urbano produzido (CARLOS, 1994a).

O espaço econômico e social, a partir dessa perspectiva, se sobrepõe em alguns pontos da cidade, e as desigualdades socioespaciais ficam salientes: aqueles espaços acessados através da compra (a maior parte) apresentam-se sobrepostos, pois são sociais enquanto espaço de habitação, e são econômicos por contarem com aparatos que possuem valor financeiro de troca, como a infraestrutura (água e esgoto encanados, asfalto, arborização, espaço de uso público, escola, posto de saúde e etc.). Outros espaços, principalmente aqueles acessados por outros meios além da compra, são pontos puramente sociais, que não contam com a infraestrutura básica, mas são essenciais para a reprodução da sociedade, constituindo-se assim em área de extrema valia enquanto valor de uso.

Desta forma, o valor que se cobra por um pedaço de terra no espaço urbano é muito variado. Isto ocorre porque é através do processo de apropriação do espaço que a

sociedade capitalista, via propriedade privada, realiza a troca. Assim, o espaço urbano torna-se um bem material que tem o seu desenvolvimento pautado segundo as leis de reprodução do capital vigente (CARLOS, 1994b), tendo ao mesmo tempo seu valor de uso enquanto espaço de reprodução da sociedade, e o seu valor de troca enquanto mercadoria ou capital fixo.

O valor de troca atribuído às frações, entretanto, refere-se diretamente ao trabalho de produção do espaço urbano, pois “considerar a terra urbana produto não produzido, só porque sua base material o é, é o mesmo que reduzir um produto produzido à sua matéria-prima” (VILLAÇA, 1993, p.71).

Segundo Lefebvre (1974 *apud* Villaça, 1993, p.71) são os custos de produção do espaço urbano, isto é, o tempo de trabalho social médio necessário para a produção que determina o valor de troca de determinada área. Entretanto, esse preço sofre influências e se distancia de seu custo, a partir da especulação imobiliária, diretamente ligada à oferta e demanda de pontos urbanos.

No âmbito dos processos de produção do espaço urbano e conseqüentemente na valorização e desvalorização dos diversos pontos, vários são os atores que direta e indiretamente influenciam na conformação do espaço. Dentre os principais, podemos citar o Estado, através de suas políticas; o Capitalista, revestidos nos incorporadores e proprietários fundiários; e os movimentos sociais, na luta pelo acesso à cidade.

A ação do Estado, cuja concepção é a de executar políticas de forma impessoal e pelos interesses da sociedade, na verdade acaba muitas vezes por reproduzir as desigualdades preexistentes. Analisar a sua atuação, que atualmente segue as políticas neoliberais de países com alto desenvolvimento social, é levar em conta que “jamais se pode falar, quanto à sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico” (DAMIANI, 2005, p.42).

O Estado tem sob sua responsabilidade a gestão do sobreproduto social, que é parte da riqueza social produzida, arrecadada através dos impostos. Segundo Damiani (2005) apesar dos recursos serem de origem social, este não é revertido para o social, sendo boa parte utilizado para a reprodução do capital no sentido estrito. Desta forma, os investimentos sociais, na verdade, são emergenciais, respondendo a questões conjunturais específicas, ficando a questão social contraditoriamente em segundo plano.

Rodrigues (2007) salienta que a posição neoliberal para investimentos sociais visa à focalização de políticas de substituição do acesso universal que, por esta característica, torna-se direito de todos. Com esse posicionamento, as políticas sociais reduzem-se a “programas” de socorro à pobreza absoluta, com o objetivo de manter a situação social estável para a perfeita reprodução do capital. Ainda segundo a autora, investimentos direcionados, como habitação, educação, transporte, saneamento ou urbanização de favelas, prevêm a garantia do retorno do investimento, isto é, mesmo utilizando-se de recursos gerados pelo trabalho da população, o investimento de cunho social é cobrado desta, o que faz com que aquele local anteriormente sem estrutura básica, torne-se infraestruturado e muitas vezes caro para que a população ali instalada permaneça e se beneficie das melhorias.

O investimento que significaria melhoria das condições de vida da população ali instalada acaba representando um percalço, pois culmina na saída desse contingente para locais novamente com condições precárias, sem os custos gerados pela legalização.

Nesse contexto, o Estado aparece com papel central para a organização socioespacial das áreas urbanas, pois além das políticas macro ele também apresenta ações mais pontuais, com impactos diretos no âmbito social. Segundo Vitte (2010), dentre os papéis importantes que o Estado apresenta está o de ser ao mesmo tempo consumidor de espaço, proprietário fundiário e promotor imobiliário. Atua também na regulação do uso do solo através de zoneamentos e implanta de forma desigual no espaço os serviços públicos.

Na prática, as ações estatais, intituladas públicas são direcionadas segundo os interesses dos grandes capitalistas que, no caso do espaço urbano, utilizam-se das mais diversas formas para reproduzir o capital. Mesmo criando condições desiguais de acesso e condições em cada ponto, essas desigualdades servem como motor para o capitalismo e conseqüentemente tendem a se aprofundar.

O trabalho do Estado num modelo neoliberal tem a proposição de criar condições para que o capital se reproduza incessantemente, trabalhando com o ideal de que a riqueza gerada, de alguma forma, alcançará a sociedade como um todo. Entretanto, os capitalistas utilizam-se de todos os meios para a maximização do lucro, através da exploração da mais

valia, sem necessariamente carregar consigo uma preocupação social². Pode-se afirmar que a produção do espaço urbano tem por objetivo principal viabilizar o processo de reprodução do capital, sendo a cidade a materialização desse processo (CARLOS, 1994a).

Ao longo do desenvolvimento do espaço urbano, momento do embate entre o público e o privado, as forças que mais influenciam são aquelas que se remetem ao mercado. Mesmo em momentos em que aparecem relevantes investimentos com benefícios sociais promovidos pelo Estado, estes ocorrem através de empresas construtoras e incorporadoras, que se utilizam do papel estatal enquanto investidor para atuar em seu nome, e assim fazer do urbano o seu meio de lucro.

O interesse privado então, se aproveita do urbano para interesses próprios, ou seja, utiliza-se dos investimentos sociais para lucrar, tanto no momento das obras, através das empreiteiras e dos fornecedores de matéria-prima, quanto no pós-obras, pois legalizam os espaços antes “ilegais” com recursos públicos, isto é, do sobreproduto social, tornam esses espaços valorizados e passíveis de serem negociados no mercado de terras, sem a necessidade de investimentos próprios. Desta forma, utilizam-se dos recursos sociais para preparar uma área sem valor de troca, e posteriormente se apropriar de mais um espaço para a realização dos negócios urbanos.

Do outro lado desta discussão, e recebendo impactos diretos de toda a gama de ações públicas e privadas sobre o espaço urbano, está a população. Esta se divide em várias porções, mas principalmente entre aqueles melhor posicionados quanto à questão socioeconômica, com a possibilidade de escolha do local de habitação, e a maior parte da população que habita onde a renda possibilita.

Os movimentos sociais representam, em menor escala, a luta da maior parte da população em um movimento anti-mercado, ou seja, se apropriam das áreas através da ocupação e lutam pelo direito à cidade, e não apenas pelo local de habitação. Rodrigues (2007) afirma que a cidade enquanto direito social tem o pressuposto de direito coletivo, ou a universalização, sendo assim referenciado o valor de uso em detrimento do valor de troca, ferindo o atual processo de desenvolvimento urbano calcado na reprodução do capital.

² Considerados por alguns como *Marketing*, os programas de responsabilidade social das grandes empresas pode ser um exemplo. Sem entrar em detalhes quanto a sua validade ou não, estes na verdade tem como objetivo valorizar a marca da empresa, imprimindo na população a impressão da preocupação desta com a sociedade como um todo.

O acesso ao trabalho é um ponto chave nessa discussão, pois de que forma a população poderia acessar um fragmento do espaço urbano se o trabalho não cria essa possibilidade? Damiani (2005, p.40), analisando a nova organização socioespacial das cidades afirma que “a nova pobreza não vem estritamente da exploração do trabalho, mas da exclusão da produção, são os desempregados permanentes”. Segundo a autora, cria-se uma situação de vida degradante, onde o trabalho, um dos mais importantes ativos na vida da população, não compreende uma grande parcela necessitada. Ainda, segundo a autora, a flexibilização do mercado de trabalho e as constantes crises possibilitaram aos capitalistas o aumento da exploração da mais valia em detrimento das condições de vida dos pobres urbanos: “restam-lhes a vida de itinerantes na cidade, a miséria e a violência” (p.41).

Portanto, os movimentos sociais que lutam pela função social da terra podem significar um impasse para a mobilização da propriedade, fazendo com que as periferias tornem-se, ao menos num primeiro momento, um percalço para o interesse capitalista (DAMIANI, 2005). Entretanto, a periferia é, de alguma forma, provisória, pois com o tempo, através do processo de consolidação do urbano e da própria redefinição das centralidades urbanas, a tendência é que ocorra a apropriação desse espaço pelo capital.

O processo de urbanização de favelas, por exemplo, situa-se mais como uma formalização de informais através de sua entrada no mercado imobiliário, do que propriamente uma política de melhoria nas condições de vida da população. Dentre as ações que legitimam essa afirmação, podemos citar: a expulsão de parte da população ali instalada, através da seleção dos ocupantes regulares e irregulares e a redução do número de moradias, para criação de espaços institucionais e viários. Desta forma, Damiani (2005) salienta que urbanizar é o mesmo que reduzir, culminando num número pequeno de inclusos no mercado formal e na expulsão de vários para outros pontos precários.

Pode-se entender, a partir desse processo, que mesmo quando o discurso é incluir, tem-se como resultado a exclusão de uma parcela considerável. E essa inclusão, calcada no retorno necessário dos investimentos governamentais no âmbito das políticas neoliberais, muitas vezes significa a inclusão-exclusiva, isto é, por terem sido incluídos no mercado

formal da habitação são excluídos do seu local de moradia para outros pontos periféricos precários³.

O que se tem então é um quadro complexo e desigual, onde o habitar com boas condições torna-se um produto no mercado, disponível para aqueles que tiverem capital para acessar. A parte da população menos favorecida, que luta pela sobrevivência nas periferias pobres do espaço urbano, habita espaços que, devido à sua caracterização geral, nem podem ser considerados cidades, mas fragmentos urbanos. O contraste desses fragmentos altamente habitados se dá em relação a grandes espaços vazios no meio urbano, á espera de valorização.

Compreende-se então as cidades contemporâneas como o espaço que materializa as desigualdades e as condições e contradições de classes. Essa materialização, segundo Santos (1993, p.96) está ligada a diversos fatores, como o modelo rodoviário, a carência de infraestrutura, especulação fundiária e imobiliária, extroversão e periferização da população, com um modelo “específico de periferia graças às dimensões de pobreza e seu componente geográfico”.

Segundo os interesses do mercado a cidade é uma mercadoria valiosa e que, apesar das variações em cada momento histórico, grande parcela da população permanece sem acessá-la.

1.2 A migração para a cidade

No final da década de 80 a modalidade migratória que predominava já era o urbano-urbano. O arrefecimento da migração de origem rural colocou em foco movimentos que começaram a ganhar relevância, muito embora este fenômeno não fosse uma grande novidade no quadro migratório nacional. O crescimento da sua importância (ou visibilidade) reside no fato de que passaram a ter maior relevância no processo de redistribuição populacional, principalmente em nível intrarregional. Essas mudanças, na verdade, explicitaram um novo momento da dinâmica migratória nacional: a perda de

³ A partir do momento em que é realizada uma obra de urbanização de favela, os habitantes incluídos nesse processo passam a pagar por serviços, que apesar das precárias condições, eram gratuitos. Passa-se então a pagar água, esgoto, energia, IPTU, e aqueles que se dirigem para conjuntos ou condomínios habitacionais pagam ainda a construção. A renda dessa população, geralmente muito baixa, não possibilita o pagamento, obrigando-os a uma mudança para outro ponto precário, onde os custos de vida novamente serão acessíveis.

atratividade dos grandes centros urbanos sentido municípios de menor porte a partir de uma nova polarização do território nacional (BAENINGER, 1992)

A reestruturação produtiva, que teve como base a terceirização e flexibilização da mão-de-obra, alterou as bases da industrialização no Brasil a partir do padrão de localização, que não mais tem importância fundamental, possibilitando às corporações se instalarem onde encontrarem maior “hospitalidade”⁴. Essa liberdade de escolha culminou na realocação de unidades produtivas, que teve importantes reflexos na dinâmica migratória e na urbanização em nível intrarregional.

O processo de modificação da estrutura produtiva regional, calcado no desenvolvimento da agricultura e da indústria, alterou de forma significativa a periferia nacional a partir da desconcentração produtiva (PACHECO, 1998; CANO, 2008). A criação de centros dinâmicos em determinados pontos do território, que alcançaram níveis de emprego e renda maiores do que a média nacional passou então a atrair migrantes, antes direcionados às metrópoles nacionais.

Mais do que uma redução da emigração houve um redirecionamento dos fluxos para novos pólos de atração (CUNHA; BAENINGER, 2007, p.45), principalmente metrópoles locais, que foram beneficiadas a partir da reestruturação produtiva.

Essa mudança no sentido dos fluxos aparece como adaptação da dinâmica migratória perante as condições econômicas e sociais, se flexibilizando para atender as novas demandas (BRITO, 2000, p.18). Por essas mudanças, a migração de mais longa distância tem perdido espaço o que, segundo Brito (2000, p.43), pode ser explicado pela redução das oportunidades, pois os movimentos de mais longa distância não oferecem as mesmas possibilidades das décadas anteriores, principalmente pelo distanciamento evidente entre mobilidade espacial e a mobilidade social.

Entretanto, o redirecionamento dos fluxos migratórios colocou em exposição novos destinos que passaram por um processo de crescimento populacional intenso, o que culminou na geração dos mesmos problemas já existentes nas outras grandes capitais, como

⁴ A guerra fiscal tem sido uma marca constante das últimas décadas no Brasil, onde municípios e estados duelam pela conquista de agentes econômicos. Por um lado, a guerra fiscal possibilitou que muitos espaços antes isolados recebessem investimentos (CANO, 2008), por outro tem criado facilidades para agentes econômicos em detrimento dos investimentos públicos. Para uma crítica a esse modelo ver Santos e Silveira, 2008, p.112.

a periferização de grande parcela da população, inclusive com a favelização crescendo a taxas expressivas.

Sabe-se que habitar nas periferias⁵ pobres ou em favelas não é uma escolha individual, mas produto da ação modeladora dos agentes econômicos, que interferem na localização das instituições e nos usos da terra (CORRÊA, 2000a, p.15) que se faz nas cidades. Sendo assim, a organização espacial da população é de importância fundamental, seja para compreender o acesso a bens e serviços essenciais, seja pela importância dessa localização nas possibilidades de ascensão social.

Portanto, os processos econômicos, sociais e demográficos que se influenciam dialeticamente no âmbito da complexa dinâmica metropolitana interferem diretamente nas possibilidades de localização espacial dos indivíduos. Segundo Corrêa (2000a, p.9) o espaço urbano “é a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”.

O espaço assume papel preponderante para a compreensão dos processos que se desenrolam no urbano, sendo que, além das relações espaciais, definidas por Corrêa (2000a, p.8) como aquelas que envolvem fluxos (de capital, de decisões, ideológicos), os processos sociais, como a mobilidade, são movimentos de resposta frente à dinâmica de produção do espaço urbano e toda a sua configuração.

Neste sentido, a mobilidade espacial⁶ nas metrópoles deve ser analisada à luz dos processos de produção do espaço urbano, e nesse contexto a localização espacial da habitação e as condições de acesso ao mercado de trabalho podem implicar em distintas possibilidades para a população, tanto em relação ao acesso à infraestrutura e serviços quanto ao acesso ao capital social⁷.

Trabalha-se aqui com a perspectiva da migração enquanto resposta aos fatores estruturantes da metrópole, como o mercado de terras e a divisão espacial do trabalho. Neste sentido, as modalidades migratórias mais comuns estão relacionadas à produção e

⁵ No sentido geográfico, periferia é definida como local distante, em torno do centro. Entretanto, criou-se um estigma da palavra, que passou a ser associada à pobreza nos grandes centros urbanos.

⁶ Dentro do âmbito da mobilidade espacial, estão contidos tanto movimentos diários, como o casa-trabalho (mobilidade pendular), quanto a migração, definida aqui como mudança de residência usual.

⁷ Ver CUNHA, T.A. Redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista. (Dissertação de mestrado) Campinas, SP. 2010.

reprodução do espaço e seus reflexos sociais, visto que este é dinâmico e em constante mutação.

Segundo Cunha (1994, p.45) a maior parte dos movimentos de curta distância pode ser diretamente associada ao processo de estruturação e expansão do meio urbano, pois atua também sobre a configuração do espaço.

O processo de valorização/desvalorização fundiária, por exemplo, gera mobilidade a partir da modificação do uso do espaço nas cidades. Nesta perspectiva, o desenvolvimento dos meios de transporte e o investimento em infraestrutura viária tornaram o espaço metropolitano mais acessível (PEREIRA, 2008, p.16), relativizando assim a escolha pelo local de moradia em relação ao local de trabalho (SOBREIRA, 2007, p.21).

A redução do espaço/tempo a partir das possibilidades de locomoção culminou na exploração de novas áreas, cada vez mais distante do centro. Da mesma forma, o processo de realocação espacial das atividades econômicas alterou a funcionalidade dos diversos pontos. A integração e complementaridade em torno da metrópole têm colocado em discussão o modelo dual de análise, pois a diferenciação entre o centro e a periferia começa a apresentar novas características.

Esse modelo centro-periferia, datado da década de 20, não mais responde às mudanças promovidas recentemente, principalmente pelas formas de produção e apropriação do espaço pelo capital (SPOSITO, 2004). Entretanto, Sposito (2007) indica que a periferização da população nas metrópoles brasileiras apresenta características típicas de países subdesenvolvidos, onde o termo periferia

associa-se ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais distantes do centro, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo, resultantes de um processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não-urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal. (SPOSITO, 2007, p.13)

Apesar de a periferização estar relacionada a esta forma de ocupação, deve-se salientar que a periferia não se constitui apenas por áreas precárias, mas é o lugar de

condomínios luxuosos, centros empresariais e por vezes de *shoppings center*. Por esses fatores, diversos autores salientam que são periferias, no plural por apresentarem diferenciações relevantes (KOWARICK, 1993; CORRÊA, 2000a; SANTOS, 1993; SPOSITO, 2004 e 2007).

A partir desse entendimento, a periferização da população se apresenta de duas formas: a primeira se refere à população com maior poder econômico, que acessa lugares bem estruturados e com amenidades; a segunda forma, que ocupa pontos diversos da metrópole, apresenta uma tendência com menor acesso à infraestrutura e serviços, em pontos ainda não consolidados do espaço urbano e por isso mais acessível em termos econômicos.

Apesar de nos dois casos a periferia ser o destino mais comum, isso não significa uma maior interação entre classes; ao contrário, esses espaços são cada vez mais segregados. O poder de escolha do espaço de habitação está reservado à menor parte da população, ou seja, a mais abastada, ficando a população pobre à mercê de lugares distantes que consomem tempo e salário, e em geral, são desestruturados e menos acessíveis quanto às necessidades básicas.

Num dos primeiros trabalhos dedicados especificamente à migração intrametropolitana, analisando a Região Metropolitana de São Paulo, Cunha (1994) apontou o fenômeno como relevante por ser o principal processo de expansão e ocupação do espaço metropolitano. Dessa forma, essa modalidade migratória estaria intimamente ligada aos processos de reprodução social na metrópole (CUNHA, 1994).

Rodríguez e Busso (2009) enfatizam que a dinâmica demográfica das grandes metrópoles já não mais depende tanto da imigração externa⁸, o que leva a que se preste mais atenção na migração endógena com característica centrífuga. Salientam ainda que a migração intrametropolitana tem implicação direta no uso da infraestrutura urbana, sendo um dos determinantes da segregação residencial nas metrópoles (p.44).

Desta forma, conhecer as características e as motivações da migração (não apenas a intrametropolitana) e seus desdobramentos sociais pode representar ferramenta útil para

⁸ Como veremos adiante, essa ainda não é a realidade para a RM de Campinas, pois a migração externa tem peso relevante para a região.

aqueles que planejam a metrópole, passível de um crescimento planejado e que possa oferecer melhores condições para seus moradores.

Nas principais metrópoles brasileiras, como é o caso de São Paulo, a expansão urbana elevada e desordenada das últimas décadas teve e ainda tem custosos reflexos para a população. A baixa qualidade de vida urbana convive com situações incoerentes. De um lado, a população vivendo em locais com deficiências na infraestrutura urbana, e de outro, a produção de espaços vazios com infraestrutura. Como já apontado, estas incoerências do ponto de vista humano são coerentes do ponto de vista do capital, que busca a valorização das áreas vazias e o aumento da renda da terra. A urbanização fragmentada é reflexo dessa política, visto que os espaços vazios em meio a áreas já urbanizadas tendem a sofrer valorização mais rápida (KOWARICK, 1993, p.83).

No âmbito desses processos de produção e reprodução do espaço urbano e seus reflexos sociais, Cunha (1994, p.50) cita a possibilidade da existência de uma causalidade recíproca, onde mobilidade populacional não seria apenas resposta, mas também influenciaria a estruturação das áreas urbanas. Em conformidade com esta hipótese, pode-se dizer que quando a população produz moradias em determinado espaço, através dos movimentos sociais, sem o consentimento dos agentes modeladores, como é o caso das favelas e ocupações, muda as características deste espaço e conseqüentemente altera o uso e o seu entorno. Por outro lado, como afirma Kowarick (1993, p.85), a ocupação de determinada porção do território dependerá das suas características, sendo que somente em locais pouco valorizados para os incorporadores (morros com alta declividade, várzeas alagadiças, antigos lixões e etc.) a ocupação terá chance de tornar-se efetiva e poderá um dia receber infraestrutura básica.

Considerando que existe uma proporção relevante de pessoas e famílias de baixa renda na migração intrametropolitana (CUNHA, 1994, p.191), os espaços autoconstruídos são importantes enquanto origem e destino desses migrantes. De um lado as autoconstruções, de outro os condomínios fechados: como característica principal de ambos, a homogeneidade socioeconômica entre seus habitantes. Esse agrupamento homogêneo é um dos principais resultados da migração intrametropolitana (RODRÍGUEZ; BUSSO, 2009), devido ao seu caráter redistributivo de população. Assim como nas grandes

metrópoles, a segregação socioespacial é uma tendência verificada para a RM de Campinas (CUNHA *et al.*, 2006a), principalmente pela dinâmica do mercado de terras.

Existe, de fato, uma grande diferença entre os mecanismos de segregação entre as classes. As camadas mais abastadas vivem o processo de auto-segregação, na qual buscam o isolamento dos condomínios fechados, verticais e horizontais. A população pobre mora onde pode, onde a renda mensal consegue alcançar, tendo pouco ou nenhum poder de escolha. Isto implica muitas vezes em morar nas periferias distantes, que culminam num aprofundamento da pobreza, além da falta de acessibilidade a saúde, educação e infraestrutura (KOWARICK, 1993).

Além das questões relativas ao espaço urbano, outros fatores no nível individual não podem ser esquecidos quando se trata de migração. Rodríguez e Busso (2009) listam alguns fatores que devem ser considerados: (1) sexo e idade; (2) etnia; (3) características psicológicas; (4) nível educação; (5) estado civil e questões familiares; (6) condições socioeconômicas e (7) situação de emprego. Cabe salientar, entretanto, que alguns desses fatores citados podem ser tanto condicionantes, quando propiciam ou não o movimento, quanto resultado da migração, a partir das possibilidades criadas a partir do lugar ocupado na metrópole.

Dentre os fatores citados, apenas aqueles relativos às questões étnicas e características psicológicas aparecem com menos importância para este trabalho, tanto pelo pequeno número de pessoas nessa situação quanto pela dificuldade de mensuração a partir das fontes de dados disponíveis. Por outro lado, os outros fatores são essenciais para a correta caracterização dos migrantes.

As características se correlacionam e se influenciam. A idade, por exemplo, influi diretamente no nível educacional, e este, principalmente no Brasil, influi nas condições socioeconômicas. Desta mesma forma, o nível educacional tem peso sobre a situação empregatícia, assim como o estado civil, com influência sobre o número e idade dos filhos, que podem representar alterações nas condições socioeconômicas da família. Entretanto, deve-se considerar que todos estes fatores variam com o tempo e que individualmente pode haver alterações significativas entre dois períodos.

Apesar da importância das questões em nível individual, a abordagem proposta aqui considera que os fatores conjunturais, ou seja, da conjuntura econômica e seus reflexos

locais, através da reprodução do capital e da especulação imobiliária têm maior relevância para a caracterização e o direcionamento dos fluxos migratórios, o que se sustenta quando consideramos o processo de consolidação da metrópole campineira, como faremos na próxima seção.

1.3 A migração na Região Metropolitana de Campinas

O desenvolvimento de Campinas e dos municípios do seu entorno enquanto pólo econômico e demográfico ao longo das últimas décadas, que abordaremos nas seções posteriores, colocou essa região no foco de muitos estudos econômicos, sociais e demográficos, de forma que a RM de Campinas apresenta uma relevante produção bibliográfica.

Em relação aos aspectos migratórios e o desenvolvimento urbano, foco de nosso trabalho, vários autores apresentam contribuições importantes, de forma que buscaremos através dos seus esforços caracterizar a migração nessa região.

Cunha *et al.* (2006a) salienta que o processo de crescimento da RM de Campinas se deu de forma semelhante àquela vista nas maiores aglomerações do país, com altas taxas de crescimento e periferização da população. Entretanto, deixa claro também que essa periferização apresenta particularidades, que residem numa dinâmica própria, apresentada pela maior parte dos municípios do entorno metropolitano.

A figura 1 apresenta as taxas de crescimento dos municípios da região para a década de 2000, onde podemos observar que aqueles a norte de Campinas foram os que apresentaram as maiores taxas, seguidos por Indaiatuba e Vinhedo. Essa dinâmica recente é fruto das mudanças territoriais regionais, visto que nas décadas anteriores foram outros municípios que se destacaram quanto ao crescimento demográfico (Anexo A).

Além disso, dentre os municípios que apresentaram as menores taxas, Americana e Santa Bárbara d'Oeste tiveram nesta década situação distinta de períodos anteriores, quando sempre se colocavam entre os municípios com crescimento relevante em termos regionais.

O processo de produção do espaço urbano observado nessa região assemelha-se com aqueles de outras grandes aglomerações, entretanto a organização dos municípios da

região antes da consolidação enquanto metrópole possibilitou diferenças relevantes em relação à estruturação urbana regional.

As distinções em relação a outras metrópoles é a característica descentralizada, na qual os municípios do entorno receberam aparatos econômicos “de peso”, não configurando assim a típica centralidade e seus municípios satélites (BAENINGER; GONÇALVES, 2000), mas apesar da maior interdependência atual apresentam certa estrutura econômica própria, mesmo que muitas vezes pequena em relação à sua própria população.

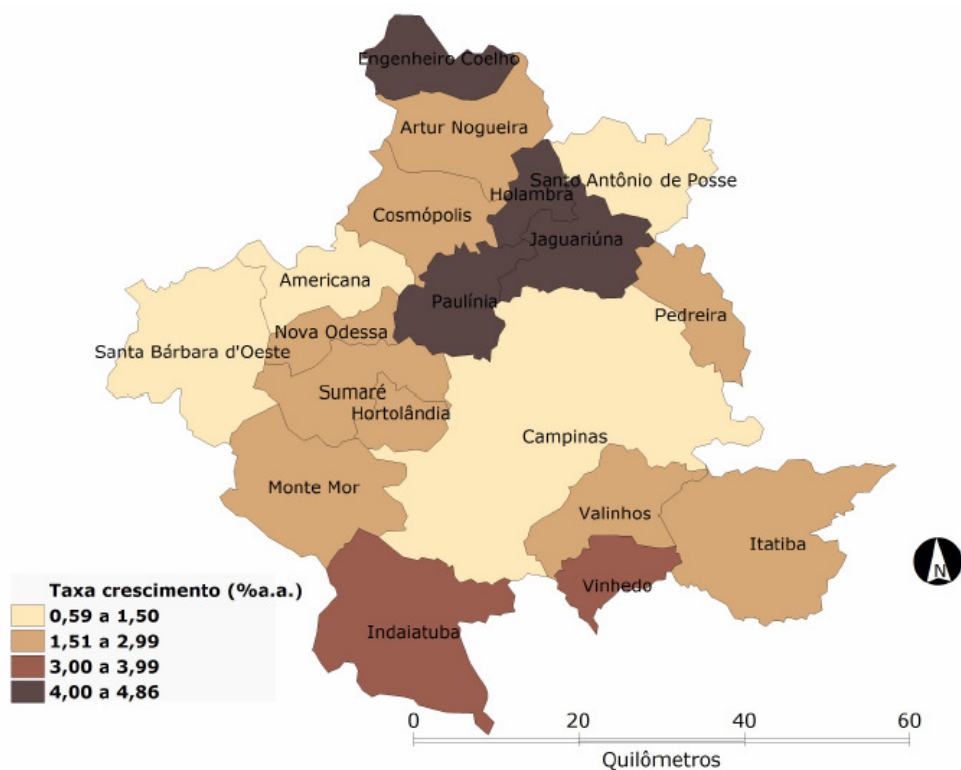


Figura 1. Mapa da taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 2000 - 2010

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000 e resultados preliminares do Censo Demográfico de 2010. Organizado pelo autor.

Associado a isto, ao longo do tempo, os municípios do entorno metropolitano foram ganhando representatividade em relação ao recebimento direto de migrantes externos à região. O que Baeninger e Gonçalves (2000) observaram em relação à década 70, quando Campinas representava o passo intermediário no processo migratório, permanece

atualmente em menor medida, com grande parcela dos migrantes se direcionando diretamente para o entorno metropolitano⁹.

Exemplo disso são os dados apresentados na Figura 2, onde podemos visualizar a importância dos migrantes externos para os municípios do entorno metropolitano¹⁰. Apesar da grande representatividade em todos os municípios da região, assim como os migrantes de outros municípios do Estado de São Paulo¹¹, os migrantes de outros estados contribuíram para o crescimento dos dezenove municípios, diferentemente dos migrantes intrametropolitanos, que apresentam nítida preferência por alguns municípios da região (Anexo B).

Para compreendermos tais diferenciais, devemos considerar a ligação da migração com a produção do espaço urbano regional, pois a alocação direta dos migrantes externos nos municípios do entorno, assim como a migração intrametropolitana concentrada em alguns municípios da região são fenômenos ligados ao processo de valorização do espaço urbano.

O município de Campinas torna-se caro para a instalação e manutenção dos migrantes, o que destaca outros municípios da região que apresentam preços mais acessíveis, tanto para os migrantes externos quanto para os intrametropolitanos, a partir das especificidades de cada um, como veremos nas próximas seções.

Nesse sentido, a possibilidade de residir nos municípios do entorno sem deixar de ter acesso ao mercado de trabalho campineiro culmina no direcionamento dos fluxos diretamente, sem que haja a necessidade de uma “escala” no município sede. Alguns trabalhos (CUNHA; OLIVEIRA, 2001; CUNHA *et al.*, 2006a; CUNHA, 2010) citam a importância das redes familiares, que podem auxiliar no entendimento do direcionamento dos fluxos migratórios para esses municípios.

Segundo Cunha *et al.*, (2006b) os municípios vizinhos a Campinas, com destaque para Hortolândia, Sumaré e Indaiatuba estariam assimilando boa parte do crescimento demográfico que se dirigiria para o município sede, mas que fica inviabilizado pela

⁹ Entre 1986 e 1991, 44,1% dos imigrantes de fora dos municípios da RM se dirigiram a Campinas, enquanto 55,9% foram diretamente para o entorno. Entre 1995 e 2000, as proporções se distanciaram, pois Campinas recebeu 35,8% dos imigrantes ficando o entorno com 64,2%.

¹⁰ Cabe salientar que a relevante proporção de migrantes externos que se direcionam para esta metrópole é talvez o principal diferencial em relação a outras metrópoles. No caso da RM de São Paulo, por exemplo, a migração intrametropolitana tem relevância relativa maior para a expansão regional (CUNHA, 1994).

¹¹ Não se consideram, neste caso, os migrantes com origem nos municípios da própria região metropolitana.

valorização diferencial dos pontos urbanos, conforme explicitado por Villaça (1993). Exemplo do redirecionamento dos fluxos, segundo os autores, seria a alta proporção da população que se desloca para trabalhar diariamente em Campinas, chegando a 82% dos pendulares que residem em Hortolândia e 69% dos que residem em Sumaré.

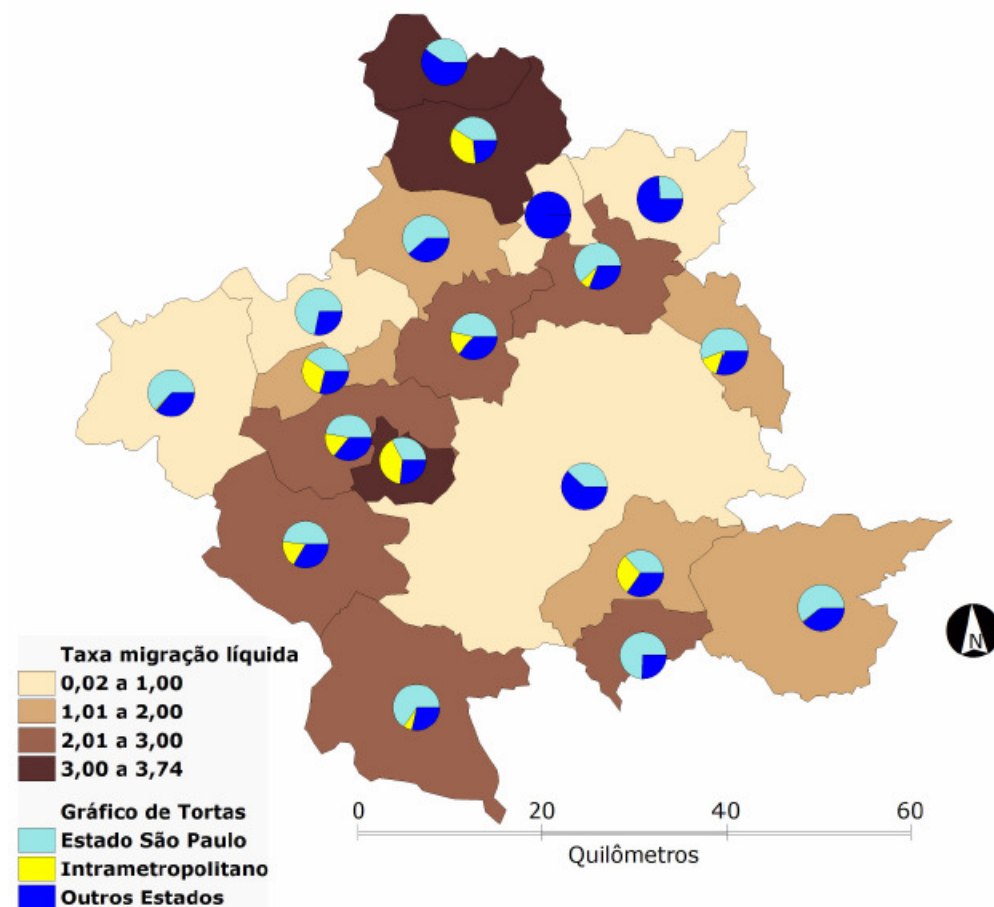


Figura 2. Mapa da taxa média de migração líquida anual (% a.a.) e participação do saldo migratório total segundo origem dos migrantes. Municípios da RMC. 1995-2000.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizado pelo autor.

Esse fluxo de trabalhadores para o centro metropolitano, entretanto, não ocorre na mesma proporção para todos os municípios que integram a região. Além de Campinas, apenas Americana apresenta alta proporção de trabalhadores pendulares, sendo que boa parte reside em Santa Bárbara d'Oeste.

Talvez a principal explicação para isso resida no fato de que mesmo sendo o principal centro econômico regional, Campinas apresenta uma concentração de indústrias, comércios e serviços menor em relação àquela observada nas grandes metrópoles, e com uma tendência mais recente de redução dessa concentração (CAIADO; PIRES, 2006).

A partir dessa relativa distribuição, Cunha *et al.* (2006a) salienta alguns processos importantes para o entendimento do direcionamento dos fluxos migratórios, considerando principalmente a oferta e demanda de habitação e loteamentos populares. Segundo os autores, por várias décadas pôde-se observar a ausência de ofertas habitacionais de baixa renda em Campinas, que devido à alta demanda exercida principalmente pelo relevante saldo migratório, culminou na apropriação de espaço nos municípios vizinhos para a instalação dessa população.

A Figura 3 salienta a importância da migração para o crescimento dos municípios da RM de Campinas, sendo que aqueles fronteiros com Campinas apresentaram entre 2000 e 2008 maior peso da migração.

A ausência de opções no centro metropolitano associado ao menor preço da terra, além de produtos habitacionais (como condomínios fechados para a classe alta) no entorno, são os principais fatores explicativos para o peso da migração nesses municípios, principalmente para aqueles em que a migração representou mais de 60 pontos percentuais do crescimento demográfico. Entretanto, deve-se salientar, como veremos mais adiante, que existem relevantes diferenciais entre os fluxos que se dirigem a cada um deles, não sendo, portanto, movimentos aleatórios, mas que respondem a questão estrutural do espaço urbano regional que acaba direcionando os fluxos entre os municípios.

A ausência de possibilidades locacionais também responde pelas relevantes ocupações de terras no município sede, que atualmente abriga parte considerável da população regional em áreas com pouco ou nenhuma infraestrutura.

Estas áreas de ocupação representam a contrapartida demográfica ao economicismo do espaço urbano, isto é, a resposta social à ausência de oportunidades imobiliárias, sendo que a opção disponível para a parcela mais pobre, muitas vezes, são as autoconstruções em locais sem condições propícias para esse fim.

Em relação ao espaço intraurbano do município sede, Cunha e Oliveira (2001) salientam que mesmo não podendo desconsiderar o relevante fluxo de pessoas mais

abastadas e estrangeiras, a maior parte da imigração é de pessoas pobres, que por essa característica apresentam dificuldades de acessar o mercado formal de habitação, “inchando” as ocupações e favelas.

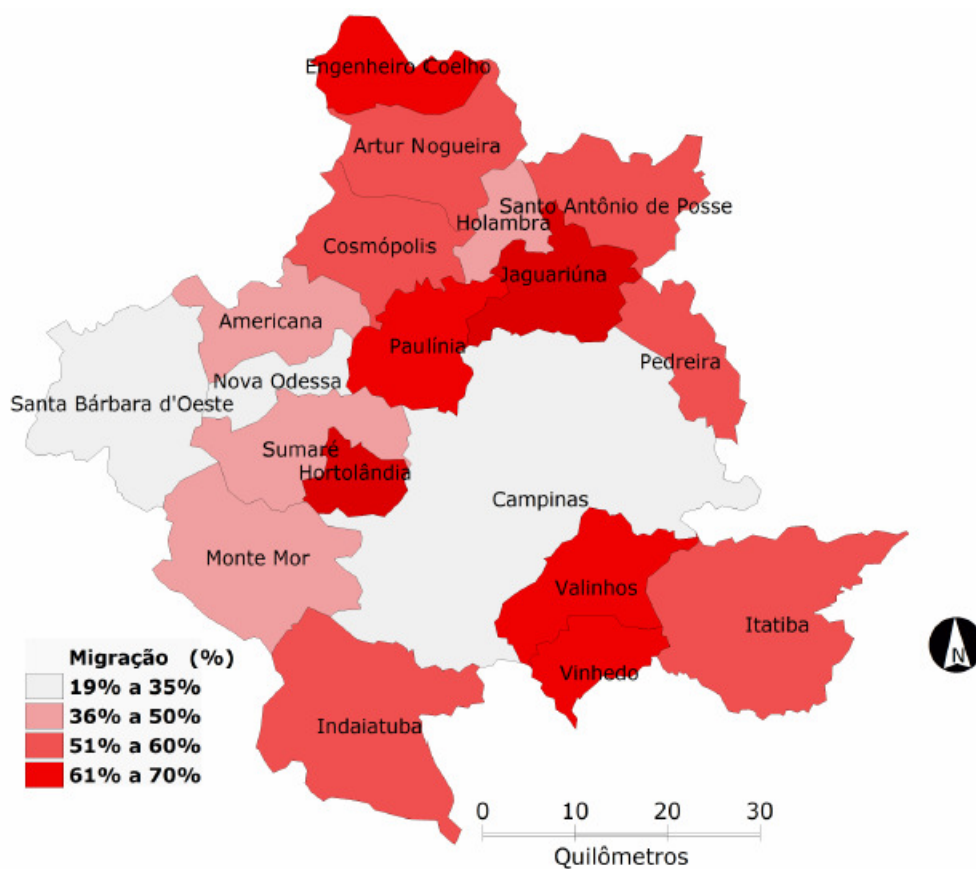


Figura 3. Mapa da participação da migração no crescimento demográfico total. Municípios da RMC. 2000-2008.

Fonte: Fundação Seade. Estimativa indireta de saldo migratório. Organizado pelo autor.

Em nível regional a dinâmica apresenta-se diferente, influenciada principalmente pelos preços distintos da área urbana em cada município, e mesmo no âmbito intra-urbano desses, apresentando diferença segundo a localização. As áreas de expansão dos municípios periféricos da região possibilitaram novas formas de reorganização da população, que através dos movimentos intraregionais (BAENINGER; GONÇALVES, 2000) se alocou em pontos mais adequados segundo sua condição econômica.

Como exemplo desse processo, podemos citar os relevantes fluxos migratórios de Campinas para Sumaré, e mais recentemente para Hortolândia e Indaiatuba, além dos fluxos originados em Americana, que sendo considerado o segundo pólo econômico regional, acabou por criar sua própria periferia, constituída por Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste (BAENINGER; GONÇALVES, 2000; CUNHA *et al.*, 2006a), com quem realiza as principais trocas migratórias.

É importante considerar, entretanto, que apesar do fluxo que se origina em Campinas apresentar praticamente as mesmas características em relação ao destino, aquele que se originava em Americana se reduziu, modificação que pode ser atribuída ao processo de valorização de determinadas áreas do município barbareense (principal destino), principalmente daquela que foi o principal receptáculo de migrantes durante as décadas de 70 e 80, a área de divisa entre os dois municípios.

Em trabalho de campo realizado na área citada, Baeninger e Maia (1992, p.27) apresentam a diferença dos preços entre os municípios, explicitando esse como o principal motivo para a migração quando citam que “os moradores foram ‘expulsos’ de Americana pelo alto valor dos aluguéis e dos preços dos terrenos”. Entretanto, mais recentemente a consolidação da parte leste do município de Santa Bárbara d'Oeste culminou na equalização dos preços observados em Americana, fator que reduziu o saldo migratório barbareense entre os Censos Demográficos de 1991 e 2000, como veremos adiante, e reduziu a emigração do município de Americana.

Os principais receptores dos emigrantes campineiros¹², com destaque para Sumaré e Hortolândia, observam o mesmo processo de valorização da área urbana de seus municípios. O que diferencia esses em relação àqueles é que apesar da valorização, os preços ainda são mais baixos em relação aos apresentados por Campinas, mantendo-se ainda como área de interesse para o estabelecimento de moradia, principalmente dos migrantes mais pobres.

Estes fluxos são os mais relevantes em termos regionais, e que por isso apresenta clara relação com o processo de produção do espaço urbano e sua consequente valorização. A partir disso, pode-se entender quais fatores estão por detrás do direcionamento dos

¹² Inclui-se entre os principais receptores Valinhos, que devido ao diferencial dos seus imigrantes, principalmente em relação à renda, deixaremos sua análise para as próximas seções.

fluxos, que escolhem um e não outro município, uma área e não outra desse mesmo município.

As políticas de uso do solo podem ser citadas como um dos principais fatores seletivos de população, pois suas ações impactam diretamente nos preços, e consequentemente na acessibilidade. Oferecer novos loteamentos com infraestrutura pronta, e agregar o seu custo no preço do lote, por exemplo, culmina numa valorização que torna o acesso seletivo, excluindo os mais pobres dessa área.

Esse entendimento vai de encontro com aquele apresentado por Villaça (1993), pois a infraestrutura agrega valor, ao passo que teve custo para ser produzida. Esse valor agregado tornará o espaço tão mais seletivo quanto a sua localização e o desenvolvimento da área no seu entorno.

O direcionamento dos fluxos migratórios no âmbito da RM de Campinas responde, em grande parte, ao preço da habitação (ao menos os migrantes pobres), que está diretamente ligada ao quanto essa área está consolidada em relação à infraestrutura e acesso a serviços. Para acessar a propriedade da habitação muitas vezes os migrantes se colocam em condições precárias, colocando em xeque a expectativa da conquista da casa própria representar uma evolução em relação à situação anterior.

Para possibilitar uma melhor compreensão sobre os processos brevemente discutidos e suas implicações sociais, torna-se importante fazer uma revisão sobre a atual situação e o processo de consolidação da metrópole campineira, que faremos no próximo capítulo, o que cria a possibilidade de compreendermos a conjuntura econômica a que a população regional está exposta.

CAPÍTULO II

2.1 As metrópoles e a rede urbana

Neste segundo capítulo, pretende-se analisar a região de Campinas e sua inserção em âmbito nacional enquanto metrópole e centro decisório, visto que a formação e a alocação de cada município e seu entorno nesse aspecto está além de sua vontade, mas depende de uma série de variáveis, como o desenvolvimento histórico e a localização espacial, que possibilitam ou não tornar-se ponto central segundo os interesses dos grupos econômicos.

Desta forma, necessitamos explicitar alguns pontos relativos ao entendimento da função das metrópoles na rede urbana, e como desempenham o seu papel, visto que é a partir delas que o espaço se organiza em nível local, regional e nacional.

Assim, entende-se que, da mesma forma que o espaço urbano de uma cidade se altera constantemente devido aos interesses econômicos preponderantes em determinado momento histórico, a conformação das redes urbanas e as funcionalidades exercidas por cada ponto dessa rede se altera e se configura constantemente, a partir da necessidade e dos interesses dos grandes grupos econômicos, que direta e indiretamente conformam o espaço social através dos investimentos locacionais (SANTOS, 1993). Esses investimentos, cabe salientar, visam única e exclusivamente aumentar e consolidar posições no mercado, e são pensados de forma estratégica visando matérias-primas, mercado consumidor, força de trabalho mais barata e menos organizada (CORRÊA, 2000b) através da realocação das suas unidades produtivas.

Segundo Moura (2004), as mudanças funcionais das áreas que recebem esses investimentos estariam atreladas às alterações necessárias para que os diversos pontos das redes (com destaque para as metrópoles) funcionem como plataformas territoriais, possibilitando aos grupos econômicos a sua utilização com o objetivo de alcançar o mercado local e global. A partir dessa concepção, atribui-se às metrópoles o papel de área central de gestão territorial (CORRÊA, 1996), pelo acúmulo de atividades de controle e de decisão que alteram e influenciam as características sócio-espaciais das suas respectivas

áreas de influência, maior ou menor segundo a centralidade e o poder decisório (econômico e político) alocado em cada metrópole.

A gestão territorial então, se apresenta como típica atividade metropolitana, visto que estas se colocam como locais privilegiados de alocação das unidades gerenciais das grandes corporações. Assim, o controle exercido por essas corporações a partir das metrópoles tem o importante papel na organização do espaço (CORRÊA, 1996), a partir da atuação e do controle que exercem sobre os mais diversos territórios.

No entendimento de Corrêa (1996, p.26), o papel de centro de gestão territorial das metrópoles “constitui-se em um poderoso conjunto de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital das corporações multifacetadas e multilocalizadas [...]”.

A primazia em relação às decisões, a partir do uso das redes de informações e de transportes, faz com que os pontos no âmbito da rede de determinada metrópole apresentem grande capacidade de refuncionalização, que segundo Corrêa (2000b) se explica pela fixidez das cidades e das redes, que culminam na necessidade de adaptação frente a novas demandas geradas pela reorganização dos modos produtivos. Com isto, salienta o autor, cria-se a possibilidade da coexistência de novas e velhas formas e funções trabalhando concomitantemente, o que é muito característico e pode ser observado nas cidades mais dinâmicas em termos econômicos.

O desenvolvimento do capitalismo, que necessita primordialmente do crescimento do mercado consumidor, acaba por se apropriar de novos espaços e incluí-los como pontos na rede, seja enquanto fornecedor de matéria-prima ou consumidor dos produtos finalizados. Com isso, as redes de influências estão em constante crescimento, e as modificações geradas nas áreas “influenciadas” se moldam para melhor atender as necessidades econômicas vigentes.

Em relação à estruturação urbana decorrente dessas alterações, Lencioni (1998) salienta que atualmente a metrópole e as multinacionais apresentam funções importantes, mas não podem mais ser consideradas como formas estruturantes¹³. Em conformidade com

¹³ Para a autora, a estruturação se dá de forma diferencial em cada momento histórico e em cada local, e para ser entendida deve-se considerar “a noção de forma, função e conteúdo, a concepção de totalidade como totalidade dialética, e a percepção de realidade com suas múltiplas temporalidades” (LENCIONI, 1998, p.3), incidindo e modificando constantemente a característica sócio-espacial dos lugares.

o posicionamento de Gottdiener (1990), a autora salienta que é o grupo econômico monopolista, de um lado, e a metrópole desconcentrada, de outro, as novas formas que reestruturam o espaço atualmente.

Os grupos econômicos são estruturantes pois, a partir dos investimentos segundo seus interesses e da apropriação de novos pontos para sua rede, modificam a organização produtiva e a socioespacial desses pontos. A metrópole desconcentrada aparece então como forma espacial da cidade, sendo a materialização da ação dos grupos econômicos nos centros de gestão.

Entretanto, Lencioni (1998), assim como Corrêa (2000b), salientam que as formas anteriores não desapareceram, mas passam por um processo de modificação a partir das novas relações existentes, tornando-se subordinadas a partir das novas formas estruturantes do espaço e da sociedade.

2.2 A rede urbana de Campinas

Compreender as características e a importância da RM de Campinas em termos econômicos e demográficos remete a considerar fatores históricos¹⁴ que, através das diversas influências exercidas ao longo do tempo, culminaram na configuração metropolitana atual, e conseqüentemente na forma com que esta região se apresenta perante a rede urbana nacional.

Desta forma, mostra-se importante situar Campinas na complexa rede urbana brasileira (que apresenta certas peculiaridades pela dimensão territorial do país), visto estar localizada próxima ao principal centro econômico e demográfico do país, que acaba exercendo influências diretas e indiretas nesta região metropolitana.

Segundo o IBGE (2007), Campinas se enquadra enquanto capital regional de primeiro nível, pois é destino de um conjunto de atividades de diversos municípios, perfazendo assim uma área de influência regional relativamente extensa¹⁵ (Anexo C).

¹⁴ Para um histórico sobre a formação de Campinas e região, ver Semeghini (1991) e Baeninger (1992).

¹⁵ Para a formulação das redes urbanas nacionais, foram levados em conta os níveis de centralidade do Poder Executivo e Judiciário no nível Federal, e de centralidade empresarial, além da presença de equipamentos e serviços. (IBGE, 2007).

Esse posicionamento, único em municípios de interior de estado se equipara inclusive com boa parte das capitais estaduais do país¹⁶. Segundo o IBGE (2007), Campinas faz parte da rede de São Paulo, que é o grande centro de gestão territorial nacional, e apresenta a sua própria rede, que abrange centros importantes do Estado de São Paulo e do sul de Minas Gerais. A relevância da região de influencia de Campinas pode ser apresentada a partir de alguns dados apresentados pelo instituto como:

- Abrange aproximadamente 5 milhões de pessoas (2,67% do total nacional), numa área de 21.952 quilômetros quadrados, em 66 municípios¹⁷;
- O PIB (Produto Interno Bruto) de 2005 foi de pouco mais de 90 bilhões, que representou 4,2% do total nacional, com destaque para o setor de indústrias, cujo valor adicionado somou 5,3% do total nacional;
- Em relação aos impostos arrecadados, os municípios componentes da rede de Campinas arrecadaram em torno de 5,03% do total nacional.

Os dados acima se mostram relevantes quando se considera que a rede de Campinas, levando em consideração o PIB fica atrás apenas das redes de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (IBGE, 2007), ou seja, as principais regiões metropolitanas do país.

Outro ponto em que a rede de Campinas se destaca é na importância em relação a um dos aspectos considerados na pesquisa do IBGE para a formulação da pesquisa citada aqui, que leva em consideração as ligações empresariais entre os centros mais importantes. Quando se considera as ligações que partiram de São Paulo, Campinas aparece na segunda colocação, atrás apenas do Rio de Janeiro. Em relação às ligações provenientes dos três principais centros de gestão territorial do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), a região de Campinas novamente aparece na segunda colocação, atrás apenas de Belo Horizonte.

¹⁶ Exceto São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, que estão classificados como metrópoles.

¹⁷ Os dados apresentados referem-se à região de influência de Campinas, sendo uma área mais ampla do que a RM de Campinas, representando um número maior de municípios.

Isto indica que Campinas detém atualmente uma relevante estrutura de gestão territorial, com importantes conexões em nível interestadual. Esse posicionamento se dá pela proximidade com São Paulo, sendo um elo entre o maior centro de gestão territorial do país e o interior do estado mais desenvolvido e diversificado.

As considerações acerca da rede urbana influenciada por Campinas são importantes para esta pesquisa, pois possibilitam o entendimento do “pano de fundo” da dinâmica migratória no âmbito da região metropolitana deste município. Considera-se, desta forma, que é essa gestão e a consequente produção do espaço urbano que influencia e direciona os fluxos migratórios, como visto no capítulo anterior.

Deve-se salientar, entretanto, que sendo um dos principais centros de gestão territorial do país, tanto o município tende a uma maior especialização de suas funções, como vem ocorrendo com grandes metrópoles como São Paulo (CORRÊA, 1996; 2000b; MOURA, 2004), como a região do entorno mais próximo tende a ser diretamente influenciada por esta centralidade exercida por Campinas.

Assim, o entendimento dos processos de produção do espaço urbano em nível regional parte do entendimento de que estes lugares são pontos na rede de influência de Campinas e São Paulo. Por isso fazem parte de uma dinâmica econômica ampla e complexa, muito além dos próprios limites administrativos.

A partir desta perspectiva, as mudanças estruturais ocorridas na RM de Campinas nas últimas décadas devem ser entendidas como resultantes desses processos, ou seja, à luz dos processos de reestruturação econômica, que refuncionaliza os espaços a partir da necessidade de reorganização das grandes corporações.

2.3 Regionalização no contexto da RM de Campinas

A RM de Campinas, em seu conjunto, apresenta indicadores no âmbito demográfico, econômico e social de destaque em relação tanto ao Estado de São Paulo quanto ao Brasil. Entretanto, dentro nos limites da própria região existe um diferencial marcante, que pode ser explicado segundo o processo de formação e desenvolvimento de cada município ao longo do processo histórico.

A variação da data de fundação dos municípios é um exemplo da diversidade da região: Campinas tem como data o ano de 1774, anos depois, Santa Bárbara d'Oeste, que foi fundada em 1818. Posteriormente os outros municípios foram surgindo, paralelamente ao crescimento demográfico, que os tornava importantes a ponto de ganhar autonomia.

Outros municípios, entretanto, tiveram sua emancipação mais recentemente, sendo o caso de Holambra, Hortolândia e Engenheiro Coelho, que ocorreu em 30 de dezembro de 1991. Holambra, com povoamento a partir da década de 40, foi desmembrada de Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira e Santo Antonio de Posse. Hortolândia foi desmembrado de Sumaré, enquanto Engenheiro Coelho foi desmembrado de Artur Nogueira.

O histórico dos municípios ajuda na compreensão de como uma região metropolitana pode apresentar municípios com estruturas tão diferentes. Essas distinções estão ligadas ao processo singular de desenvolvimento, com parte de suas dinâmicas não estando necessariamente atreladas a Campinas.

Nesse sentido, considerando a organização econômica de cada um deles, podemos considerá-los em três situações diferentes: aqueles mais industrializados, sendo Campinas, Paulínia, Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia e Monte Mor; com um perfil com industrialização e serviços diferenciados, se encaixam Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Pedreira, Valinhos e Vinhedo; além daqueles com economia voltada para a agropecuária, que são Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio da Posse¹⁸.

Marandola Jr. (2010), analisando os diferenciais internos das regiões metropolitanas salienta a importância de analisá-las no nível interno, desagregado, para que se possa ressaltar a heterogeneidade e a complexidade do seu interior, o que possibilita o entendimento do desenvolvimento distinto em cada parte da metrópole.

Para tal entendimento, a análise da expansão regional a partir de vetores de expansão partindo do centro metropolitano abre possibilidades de se compreender os diferenciais segundo cada uma dos municípios da metrópole, ou seja, de que forma os municípios têm se inserido enquanto espaço de uso social, e como este espaço se organiza frente à produção do espaço urbano regional.

¹⁸ Fonte: AGEMCAMP. Disponível em: <www.agemcamp.sp.gov.br>. Acessado em 10/09/2010.

Caiado e Pires (2006) apresentaram proposta elaborada a partir da pesquisa Origem/Destino realizada na metrópole campineira em 2003, a partir do qual traçaram esquema com oito vetores de expansão, que seguem o traçado das principais rodovias que cortam a região, conforme a Figura 4. Com outra metodologia, Cunha *et al.*, (2006a) apresenta os vetores de expansão da metrópole a partir da taxa de crescimento média de cada parte da região, indicando aquelas que apresentaram maior e menor crescimento¹⁹.

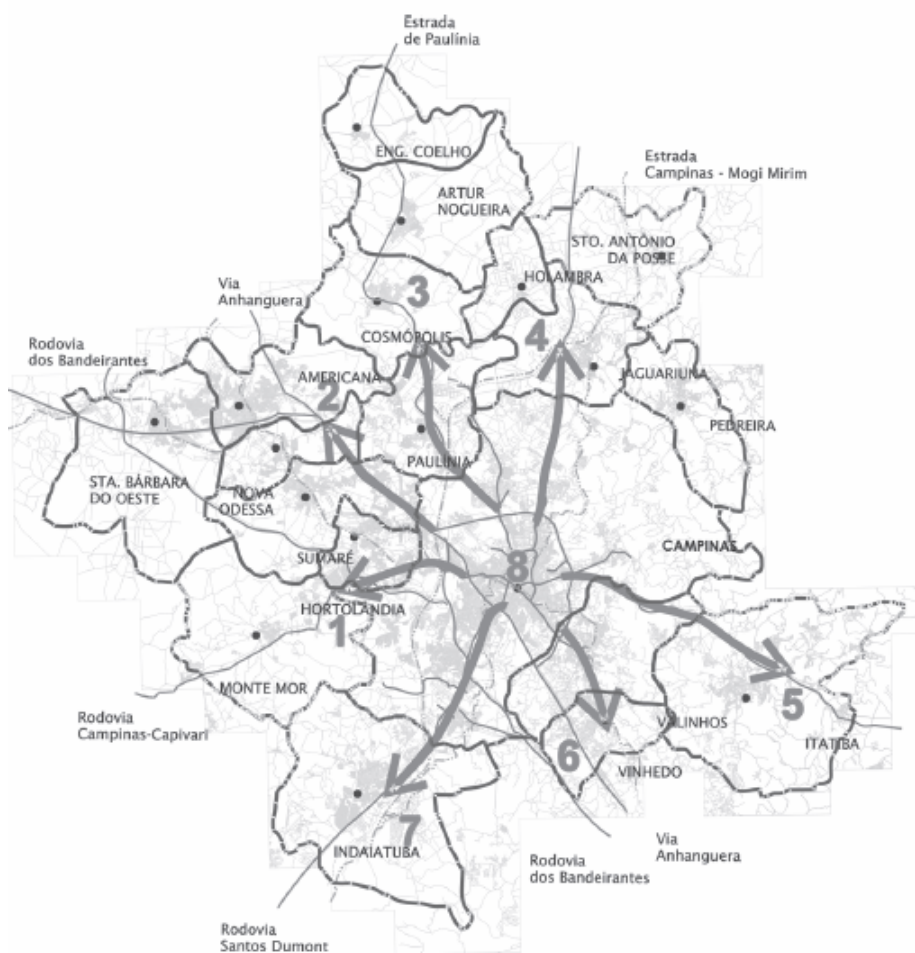


Figura 4. Mapa dos vetores de expansão urbana. RMC. 2006

Fonte: Caiado e Pires (2006).

Segundo Caiado e Pires (2006), no caso da RM de Campinas pode-se citar dentre os fatores de influência para o crescimento diferencial a condição histórica de ocupação

¹⁹ Outra proposta de vetores de expansão pode ser encontrada em Davanzo (1992).

urbana em cada período, além das rodovias, visto sua importância enquanto local privilegiado de localização industrial. Cunha *et al.* (2006a) apresenta o mesmo entendimento, indicando que os cinco pontos em que a população cresce de forma mais intensa são aqueles cortados pelas vias de acesso, em especial nas direções oeste, sudoeste, norte, nordeste e sudeste.

A forma com que tanto Caiado e Pires (2006) quanto Cunha *et al.*, (2006a) compreendem o crescimento demográfico e a expansão urbana regional é semelhante, e dentre os pontos mais relevantes podemos citar:

- Os eixos 1, 2 e 3 (Figura 4) são aqueles que concentram a maior parte da população regional, e apresentam características urbanas menos consolidadas, principalmente a expansão mais recente, com destaque para Hortolândia e Monte Mor;
- Por outro lado, os eixos 4, 5 e 6 apresentam situação mais consolidada em termos urbanos e socioeconômicos (CUNHA *et al.*, 2006a), sendo que o eixo 6 é de padrão socioeconômico médio no município de Campinas e mais valorizado no município de Valinhos, onde há uma predominância de condomínios fechados (CAIADO; PIRES, 2006).
- O eixo 7 está entre aqueles com alto crescimento na última década (Figura 1), englobando o município de Indaiatuba, entre os mais populosos da região.

O que se pode perceber a partir das características tomadas dos eixos de expansão é que cada uma das direções apresenta particularidades, tanto em relação ao ritmo de crescimento demográfico quanto na caracterização da população que se instala em cada um desses pontos. Cunha *et al.*, (2006a) salienta que algumas áreas, como nos eixos 1 e 2 são privilegiadas quanto ao espraiamento urbano, e por isso apresentam maiores taxas de crescimento. O crescimento superior em relação a outros eixos está ligado ao preço diferencial do solo em cada uma das partes da metrópole, pois os locais privilegiados em relação aos aspectos naturais como, por exemplo, Sousas e Joaquim Egídio, na porção noroeste de Campinas, é reduto das classes mais abastadas e dos condomínios fechados.

Nesse sentido, o processo de produção do espaço urbano na região é que tem direcionado o crescimento metropolitano. No momento em que determinadas áreas da metrópole apresentam preço do solo elevado a partir de algumas características, como é o caso da parte leste do município de Campinas, cria-se uma seletividade econômica, que tende a se retroalimentar a partir da valorização ocorrida pelas edificações e melhorias.

Por outro lado, as áreas menos valorizadas ficam para a instalação da população menos abastada. Isso não quer dizer, entretanto, que essas áreas não estejam sendo valorizadas pelo capital, pois mesmo sendo vendidas a preços inferiores em relação a outras áreas, continuam inacessíveis para boa parcela da população.

Efetiva-se uma renda da terra menor em relação a outras áreas, mas garante-se o acesso e condições minimamente adequadas para a parcela da população que apresenta potencial para aquisição de outros serviços, como água, energia, telefone, televisão e etc., garantindo a integração dessas pessoas ao mercado.

Assim, integram-se as áreas menos valorizadas e as pessoas com menor poder de compra ao mercado consumidor de produtos e serviços, que compensarão a menor renda fundiária com a aquisição de produtos e serviços ao longo do tempo.

Esses mecanismos ajudam a compreender o crescimento distinto segundo cada eixo de expansão, além da forma com que cada parte da metrópole se constitui e se insere na totalidade, ou seja, as funções que desempenham. Como exemplo destas funções podemos citar algumas áreas tipicamente residenciais com forte incidência de pessoas que permutam para trabalhar, como em Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste.

Os diferenciais de crescimento e características segundo cada eixo de expansão formam áreas também diferenciais em relação a outros fatores, pois as características de quem se dirige para cada ponto são distintas, a partir da seletividade econômica existente. A partir disso, pode-se observar a situação apresentada em cada um dos municípios regionais, conforme a Tabela 1, que demonstra claramente a heterogeneidade presente no âmbito dessa região.

Quanto à população, encontramos onze municípios com menos de 100 mil habitantes, sete dos quais com menos de 50 mil. Os municípios mais populosos encontram-se no eixo da Rodovia Anhanguera, sendo além de Campinas, Americana, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba e Santa Bárbara d'Oeste.

Tabela 1. População total, proporção relativa dos setores de atividade, PIB e PIB *per capita*. Municípios da RMC. 2007/2010.

	População***	Agropecuária** (%)	Indústria** (%)	Comércio** (%)	Serviços** (%)	PIB*	PIB <i>per capita</i> *
Americana	210.701	0,11	42,58	20,28	33,22	5.287	26.557
Artur Nogueira	44.240	10,60	37,45	22,07	28,90	417	10.575
Campinas	1.080.999	0,64	18,42	24,37	52,53	27.160	26.133
Cosmópolis	58.821	0,75	32,60	21,60	43,16	630	11.764
Engenheiro Coelho	15.719	20,91	33,85	12,92	31,56	188	14.826
Holambra	11.292	45,16	12,93	20,13	19,50	464	50.978
Hortolândia	192.225	0,12	36,91	13,70	47,13	3.963	20.775
Indaiatuba	201.848	1,05	42,91	19,56	32,13	4.064	23.426
Itatiba	101.450	2,06	41,80	15,26	34,64	2.590	28.323
Jaguariúna	44.331	1,97	44,38	10,04	43,00	2.435	66.185
Monte Mor	48.971	6,58	41,59	13,08	32,37	1.023	23.901
Nova Odessa	51.278	0,69	65,75	12,72	18,75	1.022	22.420
Paulínia	82.150	0,88	29,44	17,34	42,86	6.407	87.761
Pedreira	41.549	1,05	53,76	20,74	24,13	520	13.637
Santa Bárbara d'Oeste	180.148	0,73	48,87	19,27	30,35	2.840	15.409
Santo Antonio de Posse	20.635	14,99	19,78	12,99	48,43	367	18.557
Sumaré	241.437	1,33	41,71	22,76	30,97	5.669	24.790
Valinhos	106.968	0,96	39,86	18,07	38,46	2.655	27.152
Vinhedo	63.685	0,76	50,13	16,11	31,61	3.016	52.517

*2007 (milhares de reais); **2008; ***Dados preliminares do Censo Demográfico de 2010. Fonte: Fundação Seade e FIBGE. Organizado pelo autor.

Em relação aos vínculos empregatícios, observam-se estruturas muito diferenciadas: por um lado, a maior parte dos municípios com predomínio da população empregada nos setores secundários e terciários, mas com pelo menos quatro deles (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antonio de Posse) com participação relevante da população empregada no setor primário. Cabe salientar, entretanto, que essa estrutura é sinônimo da relevância do setor de agricultura no Brasil, visto que Holambra, com a maior parte da mão-de-obra e conseqüentemente do PIB (Produto Interno Bruto) atrelada à agricultura, apresenta o quarto maior PIB *per capita* regional (Anexo D).

A localização da região de Campinas pode ser citada como fator importante para o seu desenvolvimento, e um dos pontos fortes é que foi privilegiada com uma logística que abrange desde a ligação com a capital e o interior do estado, através de grandes rodovias

que cercam o município de Campinas, além do aeroporto de Viracopos, o principal no transporte de cargas no país.

Os investimentos do período do café podem ser apontados como impulso inicial para a industrialização (BAENINGER, 1992), visto que deixou como legado uma infraestrutura urbana inicial. Outros municípios, como Americana e Santa Bárbara d'Oeste, tiveram suas primeiras atividades industriais ligadas a manutenção das máquinas agrícolas, principalmente nos grandes engenhos de cana-de-açúcar²⁰, remetendo assim importância econômica muito anterior à consolidação regional.

A maior parte dos municípios componentes da região teve desenvolvimento histórico autônomo e a atual estrutura encontrada nestes remete num primeiro momento ao desenvolvimento particular de cada município, e mais recentemente às suas interações com municípios vizinhos. Sendo assim, uma questão importante a ser analisada refere-se à integração com os municípios do entorno, a partir dos relevantes diferenciais apresentados na Tabela 1, que abrangem desde municípios com economia tipicamente rural até outros altamente industrializados.

2.4 A emergência da RM de Campinas

Segundo os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010, a RM de Campinas chega à marca de aproximadamente 2,8 milhões de pessoas. Composta por 19 municípios²¹ do entorno de Campinas e com elevado crescimento populacional desde a década de 70, teve na interiorização das indústrias o processo de desenvolvimento para que, atualmente, se tornasse uma das mais importantes regiões em termos econômicos e demográficos, com destaque enquanto pólo tecnológico nacional.

O crescimento demográfico regional a altas taxas, mantendo-se maior do que a média do Estado de São Paulo desde a década de 70, como observado na Figura 5, mostra a importância da região enquanto pólo de atração e o peso da migração em seu crescimento demográfico nas últimas décadas.

²⁰ Fonte: Fundação Seade. Informação dos municípios paulistas. Disponível em <www.seade.sp.gov.br>.

²¹ Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

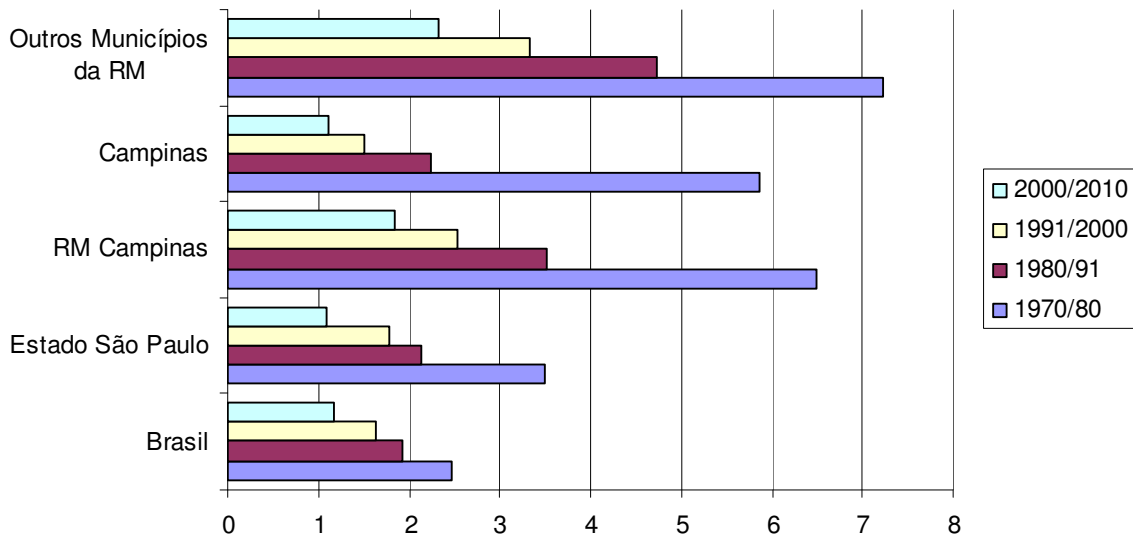


Figura 5. Gráfico da taxa de Crescimento médio geométrico anual. RMC, Estado de São Paulo e Brasil. 1970/2010 (%)

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Dados preliminares do Censo Demográfico de 2010. Organizado pelo autor.

Baeninger (2000) cita que características observadas nas metrópoles mais antigas já podiam ser observadas na região de Campinas desde a década de 70, com destaque para o maior crescimento do entorno metropolitano em relação ao município sede e a respectiva perda de representatividade demográfica; e o aumento da participação de municípios de menor porte no crescimento demográfico regional.

Na década de 70, conforme pode ser visto na Figura 6, em todos os municípios da região, excetuando Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, a migração representou mais de 50% do incremento populacional. Em alguns municípios o peso da migração no incremento demográfico chama a atenção, como é o caso de Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, onde representou 85%, 86% e 93% segundo o Censo Demográfico de 1980 (BAENINGER; MAIA, 1992).

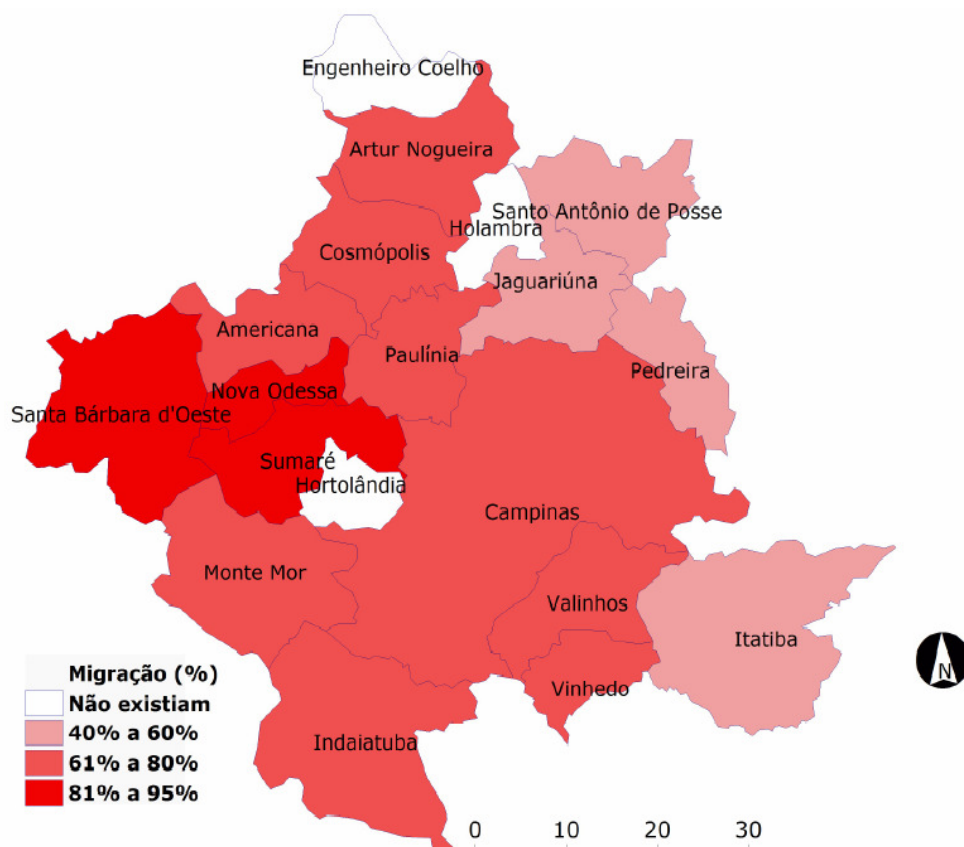


Figura 6. Mapa da participação da migração no crescimento demográfico total. Municípios da RMC. 1970/1980.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1970 e 1980 *apud* Baeninger (2000). Organizado pelo autor.

Na década seguinte, o crescimento dos municípios da região diminuiu, passando de 6,49% na década de 70 para 3,51% ao ano na década de 80. Apesar da redução, explicada pelo momento econômico que o país atravessava²², a migração continuou com grande representatividade para a região. Neste período, praticamente todos os municípios da região apresentaram a migração como responsável por aproximadamente 50% do crescimento populacional (Figura 7), excetuando Americana, Campinas e Santo Antonio de Posse, onde o crescimento vegetativo representou 97%, 83% e 75%, respectivamente.

²² Segundo Cano (2008, p.202) a desaceleração econômica observada na década diminuiu o ritmo de expansão das ofertas de emprego, agravando a situação urbana, o que associado à relativa melhora econômica da periferia nacional em relação ao Estado de São Paulo (p.77), ajudou a diminuir os fluxos para o Estado, e consequentemente para a região.

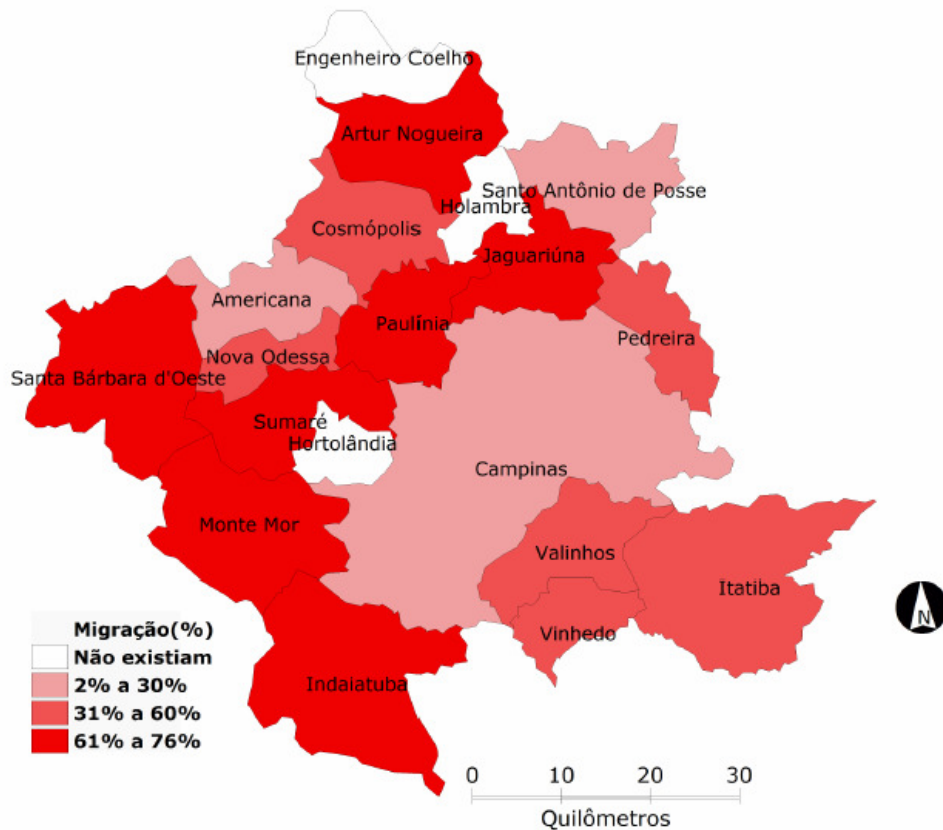


Figura 7. Mapa da participação da migração no crescimento demográfico total. Municípios da RMC. 1980-1991.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980 e 1991 *apud* Baeninger (2000). Organizado pelo autor.

A explicação para a perda da representatividade da migração para Americana e Campinas reside em grande parte na migração intra-regional, que a partir da dinâmica do mercado de terras dos municípios começava a redistribuir a população. O que se observa a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 é que, daqueles que residiam em Americana em 1986, 44% das 17.931 pessoas que emigraram se direcionaram a Santa Bárbara d'Oeste, enquanto 19,3% optaram por outros municípios da região. Somando esses valores, tem-se que 63,3% (11.363 pessoas) emigraram para municípios do entorno regional.

No caso do município de Campinas, o processo se deu de forma semelhante. Embora com fluxo menos concentrado do que no caso de Americana, 24,4% (16.931

pessoas) dos que residiam em Campinas em 1986 se encontravam em Sumaré no ano do censo, 1991. Outros 11,7% (8.101 pessoas) se alocaram em outros municípios da região, o que representou um total de 25.032 (36,2%) pessoas que migraram dentro da região.

Entre 1991 e 2000, a população regional sofreu incremento de pouco mais de 480 mil pessoas. A migração, assim como em momentos anteriores, continuou a ter participação expressiva, contribuindo com cerca de 300 mil pessoas, pouco mais de 60% do total.

Os dados do Censo Demográfico de 2000, a partir dos dados de data fixa do período entre 1995 e 2000, mostram algumas modificações interessantes quanto às características da emigração de alguns municípios.

Campinas e Americana continuam a ser os municípios que mais cedem população, seguidos por Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. Cabe salientar que esse processo ocorre porque são aqueles que em 2000 apresentavam os maiores volumes populacionais, sendo assim, mais importante são as variações proporcionais apresentadas em relação ao período anterior, e não simplesmente os volumes.

Campinas manteve entre os dois Censos (1991 a 2000) proporção semelhante em relação ao destino daqueles que emigravam, sendo a migração para fora da região mais relevante, passando de 64% em 1991 a 70% em 2000. Os outros municípios apresentaram tendências semelhantes, com aumento da emigração externa: Americana, que em 1991 apresentava 37% da emigração para fora da RM, em 2000 passa para 58%.

Os dados levantados pelo Censo Demográfico de 1991 através de data fixa²³ indicam que, da emigração total dos municípios que compreendiam a RM de Campinas naquele momento 42% migraram para outros municípios dentro da metrópole, 39% deixaram a região para outros municípios do Estado de São Paulo enquanto cerca de 19% saíram sentido outros estados do país.

Já no Censo de 2000, que levantou informações sobre o período entre 1995 a 2000, os dados apresentam pouca variação, sendo que os que migraram dentro da metrópole representaram 37%; para outros municípios do Estado de São Paulo uma breve redução, com 38% enquanto para outros estados passou para 25%.

²³ No Censo Demográfico de 1991 foram utilizados dois formatos de questões para captar a migração: o data fixa, que levanta onde a pessoa residia 5 anos antes da data de referencia do censo, e o última etapa, ou seja, qual era o município de residência anterior ao atual.

A variação dos dados, que num primeiro momento não aparenta ser tão significativa, na verdade esconde importantes volumes: a emigração intrametropolitana, apesar de percentualmente se reduzir em 7% no contexto geral, teve seu volume acrescido em 24%, passando de 51.954 pessoas em 1991 para 64.549 pessoas em 2000. O mesmo ocorre com aqueles que se dirigiram para outros municípios do Estado de São Paulo: apesar de se manter praticamente estável, o volume cresceu 39%, de 47.577 em 1991 passou a 66.273 em 2000. Da mesma forma, ocorreu com aqueles que se dirigiram para outros estados do país, que passou de 23.405 em 1991 para 44.569 em 2000. Esse aumento, de pouco mais de 90% representa um importante aspecto quanto à emigração: apesar da manutenção da representatividade em termos comparativos com os outros destinos, o volume indica que o fenômeno verificado já na década de 80 para RM de São Paulo, o retorno migratório, pode estar dando mostras de sua representatividade nos municípios da RM de Campinas, visto que boa parte da migração é de origem externa ao próprio estado.

2.5 O crescimento natural

A manutenção da alta relevância da migração para o crescimento regional tem sido proporcional à redução das taxas de crescimento vegetativo, que observou redução considerável em relação ao patamar de 1970.

No caso específico da RM de Campinas no período mais atual, pode-se observar que a queda da fecundidade foi relevante no período: estava em 2,06 em 1995, passando para 1,84 em 2000, chegando a 1,5 em 2007²⁴. Essas reduções gradativas, que acompanham a tendência nacional de queda da fecundidade, têm suas implicações: afeta negativamente o crescimento populacional e, por conseguinte, aumenta a importância relativa da migração enquanto componente do crescimento, visto que esta, mesmo com fluxos relativamente menores em relação a períodos anteriores, mantém proporção considerável do incremento populacional, conforme Tabela 2.

²⁴ Fonte: DATASUS. Disponível em www.datassus.gov.br.

Tabela 2. Saldo migratório e crescimento vegetativo. RMC. 1980/2008.

	Saldo Migratório	Crescimento Vegetativo	Total	Proporção da migração
1980/85	95.212	140.906	236.118	40%
1986/90	150.054	132.739	282.793	53%
1991/95	144.356	131.805	276.161	52%
1996/00	132.801	136.175	268.976	49%
2001/05	128.462	114.784	243.246	53%
2006/08	61.932	65.986	127.918	48%

Fonte: Fundação Seade. Estimativa indireta. Organizada pelo autor.

Nesse contexto, na década de 90 o crescimento se reduziu novamente, chegando a 2.54% ao ano, enquanto o crescimento para o período 2000 a 2010 cai ainda mais chegando a 1.83%. Neste sentido, a pura redução das taxas de crescimento anual não foge daquilo que se tem constatado para o país como um todo e a ser confirmado com o Censo Demográfico de 2010, mas torna-se relevante a observação de que as taxas de crescimento do entorno metropolitano, em todos os períodos foram mais altos em relação a Campinas (ver Figura 5), apresentando assim a importância do crescimento desses municípios.

O peso da redução do crescimento vegetativo fica claro quando observamos a Figura 8. De fato, percebe-se que, em 1991, o saldo migratório chegou a pouco mais de 36 mil pessoas, e representou 60% do crescimento demográfico deste ano. Em 2004, o saldo migratório apresentou ligeira alta em relação aos anos vizinhos, chegando a aproximadamente 29 mil pessoas. Apesar da redução de 20% do volume do saldo em relação a 1991, a proporção do crescimento demográfico apresentado em 2004 chegou a quase 57% do total, aproximando-se daquele apresentado em 1991.

Desta forma, o arrefecimento migratório apresentado na tabela acima não se caracteriza enquanto proporção do incremento observado, pois a variação do crescimento vegetativo no mesmo período tem apresentado tendência de queda maior recentemente, enquanto a queda nos saldos migratórios, apesar de relevante, ocorre de forma mais lenta, conforme Figura 9.

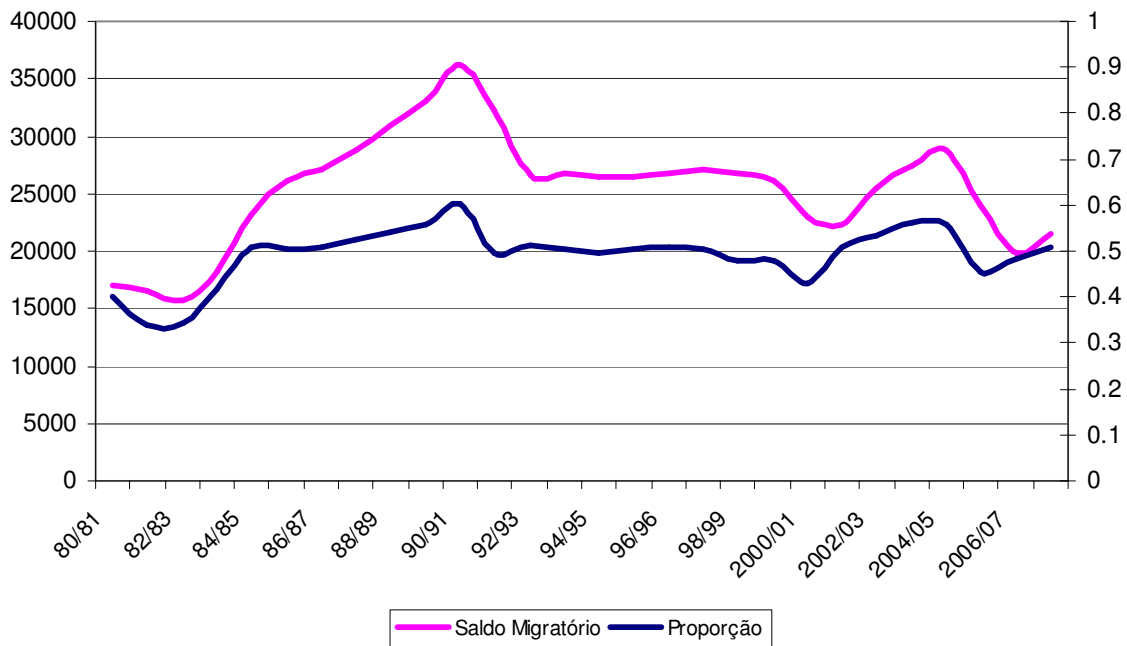


Figura 8. Gráfico do saldo migratório anual e proporção relativa do incremento populacional pela migração. RMC. 1980-2008.

Fonte: Fundação Seade. Estimativa indireta. Organizado pelo autor.

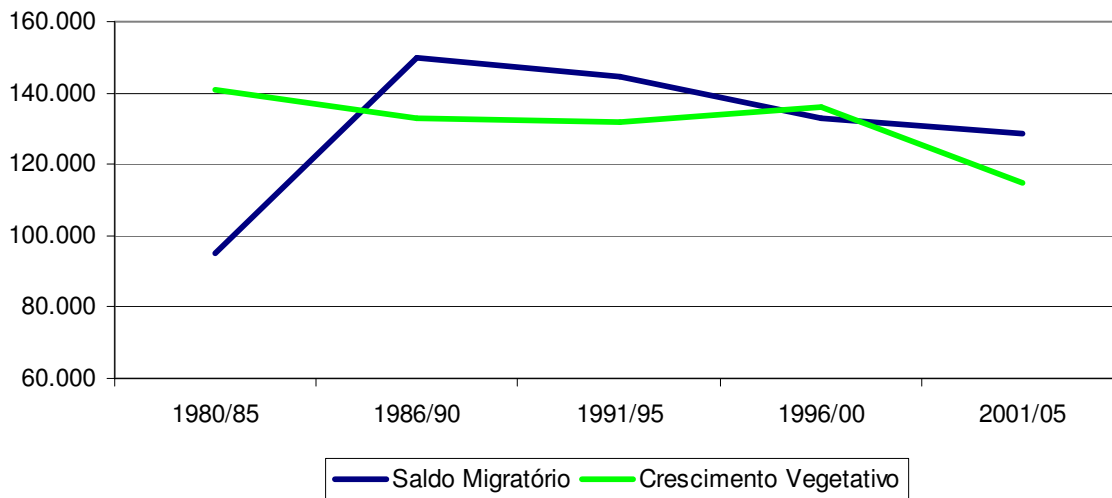


Figura 9. Gráfico do saldo migratório e crescimento vegetativo por períodos quinquenais. RMC. 1980-2005.

Fonte: Fundação Seade. Estimativa indireta. Organizado pelo autor.

Assim, analisar dados sobre a redução do crescimento da RM de Campinas é tocar em duas questões centrais: a primeira se refere à migração, que continua sendo o “carro chefe” para o crescimento da RM de Campinas, principalmente quando se compara o alto crescimento em relação ao próprio Estado de São Paulo. Outro ponto relevante é que não é apenas o saldo migratório que vem diminuindo, mas o menor crescimento vegetativo, e a queda abrupta deste crescimento, puxado pela redução da fecundidade, principalmente na segunda metade da década de 90, como observamos na Figura 9, tem causado reflexos importantes sobre o crescimento populacional.

Nesse contexto, considerando a migração como um fenômeno de grandes proporções regionais, mostra-se importante avaliar como os migrantes tem se inserido na região, e de que forma a migração tem contribuído para essa inserção.

CAPÍTULO III

3.1 A migração intrametropolitana na RM de Campinas

Apesar da migração intrametropolitana não representar a maior parte do incremento populacional dos municípios, esta tem aumentado sua representatividade, concomitantemente ao processo de consolidação da metrópole campineira (CUNHA *et al.*, 2006a, p.348).

Segundo os dados do Censo de 2000, entre 1995 e 2000 em nenhum dos municípios da região a migração intrametropolitana representou mais de 50% do incremento (Figura 2), mas os crescimentos verificados em muitos deles atestam a relevância que o fenômeno está ganhando dentro dos limites regionais, conforme pode ser visto na Tabela 3, e apontam para um aumento da relevância para os próximos anos.

Tabela 3. Total de imigrantes e variação segundo local de origem. Municípios da RMC. 1986-1991 e 1995-2000.

	Total de imigrantes		Variação segundo origem (%)		
	1986-1991	1995-2000	RM de Campinas	Estado de São Paulo	Outros Estados
Americana	18.957	19.079	178.2	-16.0	-29.3
Artur Nogueira	6.123	7.129	87.0	28.2	-26.4
Campinas	92.127	90.536	82.3	8.7	-18.6
Cosmópolis	6.588	5.710	-43.9	6.3	-17.7
Engenheiro Coelho	-	2.493	-	-	-
Holambra	-	1.150	-	-	-
Hortolândia	-	30.586	-	-	-
Indaiatuba	20.478	24.242	105.1	32.3	-13.0
Itatiba	7.696	9.988	130.7	30.9	18.8
Jaguariúna	4.354	4.921	-26.1	70.4	-7.7
Monte Mor	7.815	5.786	-17.7	-26.3	-33.3
Nova Odessa	7.746	6.463	1.2	-20.3	-34.0
Paulínia	6.584	8.276	10.6	62.5	10.1
Pedreira	2.218	3.475	90.9	60.4	39.8
Santa Bárbara d'Oeste	30.624	18.042	-44.6	-31.3	-51.7
Santo Antonio de Posse	1.954	1.827	-7.7	-17.5	6.0
Sumaré	61.266	32.124	-48.5	-42.0	-52.9
Valinhos	8.819	11.671	110.4	27.9	-9.2
Vinhedo	5.296	7.872	20.2	79.9	16.6
Total	288.645	291.370	24.3	7.4	-16.6

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2000. Organizada pelo autor.

Quando comparamos a origem dos imigrantes que se instalaram na região, segundo os Censos Demográficos de 1991 e 2000, vemos que a migração intrametropolitana apresentou um crescimento de 24,3% entre os dois períodos, enquanto os migrantes de outros municípios do Estado de São Paulo aumentaram em 7,4%, e os migrantes de outros estados reduziram sua participação em 16,6%.

Outro ponto a se destacar refere-se à composição da imigração por local de origem: segundo o Censo Demográfico de 2000, 22,2% dos imigrantes que se instalaram nos municípios da RM de Campinas se originaram na própria região, ou seja, eram migrantes intrametropolitanos; com a maior proporção ficaram os migrantes de outros municípios do Estado de São Paulo, que representaram 45,3%, enquanto os migrantes de outros estados, apesar da redução em relação ao período anterior, ainda mantiveram praticamente 1/3 do total, com 32,5%.

Desta forma, pode-se confirmar que estes dados corroboram que a RM de Campinas continua no cenário estadual como um dos principais pólos de desconcentração demográfica (CUNHA *et al.*, 2006a; CUNHA, 2010), além de importante receptor de migrantes de outros estados. Outro ponto nesta centralidade é o fato de que na década de 90 a região recebeu relevante contingente de migrantes provenientes da RM de São Paulo (BAENINGER, 2004), e não apenas população de áreas menos dinâmicas do estado paulista, o que coloca a RM de Campinas como um dos principais pontos na organização territorial recente das dinâmicas econômicas e migratórias.

O crescimento e a integração dos municípios que compõem a região são evidentes: a área urbanizada, que em 2000 ocupava 32% do território e compreendia 86% da população regional (NEPO, 2005) se mostra num processo de expansão horizontal, formando conurbação entre diversos municípios, como fica evidente na Figura 10. A conurbação cresceu consideravelmente durante a década de 90 na parte sul da região (Indaiatuba), além do aumento representativo no município de Vinhedo.

Os limites políticos já não mais fazem sentido para aqueles que convivem nestes espaços conurbados territorialmente e integrados economicamente, muito embora as

políticas públicas e a legislação diferencial segundo cada unidade administrativa, principalmente por estas exercerem influencia no mercado de terras, tenham significativos impactos na redistribuição populacional. A gestão pública frente aos diversos interesses a que responde, como visto anteriormente, impacta diretamente no âmbito social, mas nem sempre da maneira mais adequada para a maior parte da população.

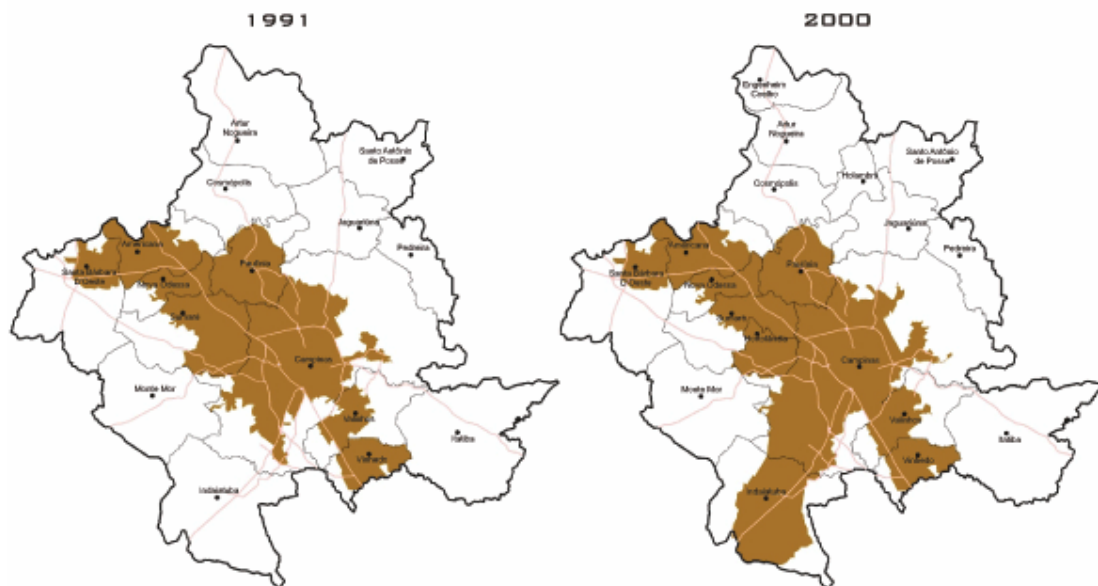


Figura 10. Mapas da evolução da Mancha Urbana da RM de Campinas. 1991 e 2000. RMC

Fonte: NEPO/NESUR-IE/UNICAMP. Campinas metropolitana: diversidades sócioespaciais. Campinas, 2004. (Atlas CD-ROM).

A escolha pelo local de moradia na RM de Campinas tem como característica básica a procura por um espaço que ao mesmo tempo alie preço e acessibilidade (CUNHA *et al.*, 2006a; 2006b). Os dados das Tabelas 4 e 5, referentes aos Censos Demográficos de 1991 e 2000, apresentam indícios que fortalecem essa afirmação. Na verdade, através da observação das taxas de imigração, emigração e migração líquida, calculadas segundo as trocas migratórias externas e internas à região, fica evidente que parte das características da dinâmica migratória regional no período, principalmente no que se refere à identificação do resultado dos fluxos migratórios envolvendo os municípios, corroboram essa compreensão.

A partir desses dados é possível, por exemplo, distinguir de que forma os municípios se inserem na dinâmica migratória regional, seja pela intensidade da imigração e da emigração em cada período, seja pelos diferenciais apresentados segundo a origem dos migrantes que se instalaram em cada município.

Para tal análise, foram calculados os saldos migratórios municipais segundo modalidade migratórias de forma a melhor investigar a “natureza” do saldo migratório total apresentado por cada uma destas áreas. Sendo assim, foram considerados os resultados obtidos por cada município em termos de suas trocas migratórias intrametropolitanas, intra-estaduais e interestaduais visando melhor apreender as características de cada um deles.

O crescimento espreado da metrópole, a partir do centro regional, apresenta diferencial relevante a partir de cada um dos eixos de expansão, como visto anteriormente. Desta forma, preferiu-se aqui separar os municípios segundo cada eixo para que facilite o entendimento das dinâmicas associadas ao modo de crescimento e desenvolvimento dos municípios.

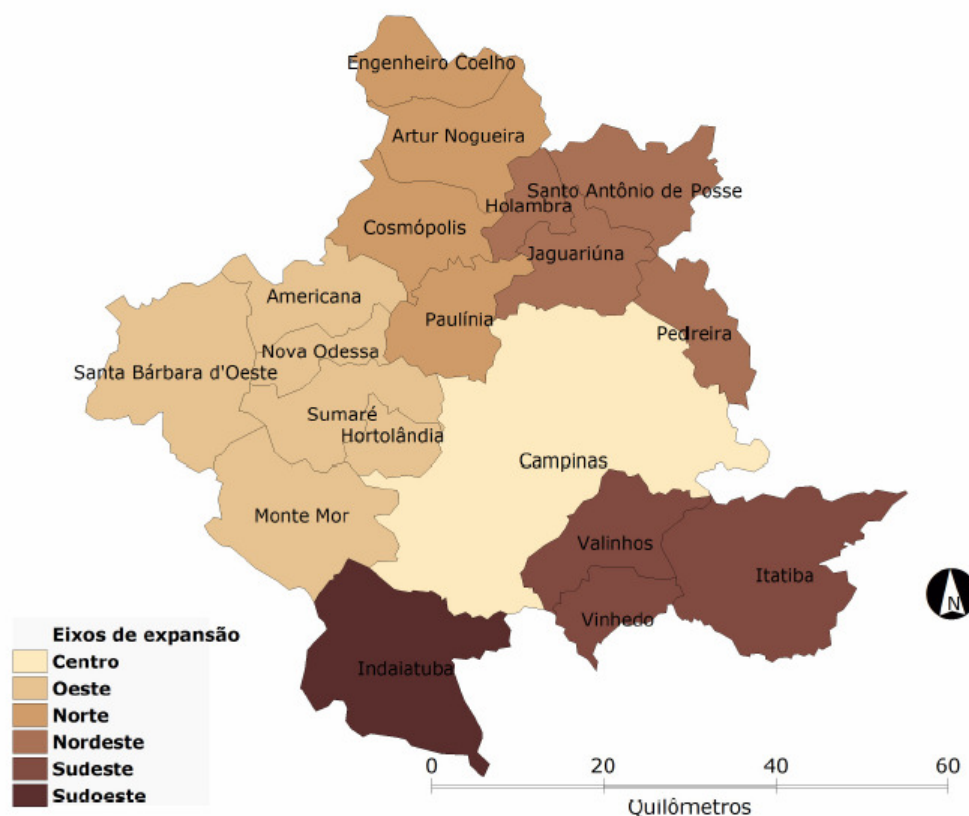


Figura 11. Mapa dos eixos de expansão regional. RMC. 2010.

Fonte: Cunha *et. al.*(2006a). Organizado pelo autor.

Com isto, a partir dos dados da migração regional entre 1986 e 1991 (Tabela 4) podem-se levantar alguns pontos importantes em relação aos espaços migratórios da RM: o centro metropolitano, ou seja, Campinas recebeu relevante quantidade de migrantes, mas também cedeu muito, apresentando saldo migratório positivo tanto para os migrantes do Estado de São Paulo quanto de outros estados, e saldo migratório negativo em relação à migração intrametropolitana.

O eixo Oeste, que concentrava quase 1/3 da população da região em 1991, apresenta taxas positivas de migração líquida, explicadas por abarcar municípios com alta atratividade migratória. Excetua-se neste caso apenas Americana, que apresenta dinâmica própria em relação aos outros municípios do eixo, semelhante àquela apresentada por Campinas: apresentou taxa de migração líquida menor para migrantes externos à região, e negativa para os intrametropolitanos, indicando assim uma dinâmica autônoma²⁵, tanto em relação aos municípios vizinhos quanto à Campinas.

O eixo norte, constituído por municípios demograficamente menores em relação ao oeste, apresentou taxas de migração líquida relevantes, semelhantes aos municípios do eixo oeste, colocando-se nesse momento como área de atratividade migratória. Com outra dinâmica apresentam-se os municípios dos eixos nordeste e sudeste: com relação aos migrantes externos à região metropolitana, apresentaram taxa de migração líquida positiva, mais baixa em relação aos outros eixos, mas em relação aos migrantes intrametropolitanos essa taxa foi praticamente nula.

No eixo nordeste, apenas Jaguariúna teve saldo migratório intrametropolitano positivo, enquanto no eixo sudeste esse resultado foi apresentado apenas por Vinhedo.

Indaiatuba, que representa o eixo sudoeste apresentou altas taxas de absorção de migrantes externos à região, mantendo a taxa de migração líquida intrametropolitana pequena, com um saldo de 396 migrantes.

²⁵ Essa dinâmica seria explicitada pela sua inter-relação com os municípios vizinhos: dos 11.363 emigrantes intrametropolitanos, nada menos do que 91,5% permaneceu no próprio eixo de expansão a que pertence, sendo 69,5% em Santa Bárbara d'Oeste, 13,8% em Nova Odessa, e 8,2% em Sumaré. Segundo Cunha *et al.*, (2006a) Americana apresentaria sua própria periferia, constituída por Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa.

Tabela 4. Saldo migratório e taxas médias anuais de imigração, emigração e migração líquida. Municípios da RMC. 1986-1991

Eixo de expansão		Saldo Migratório			Taxa Média Anual de Imigração			Taxa Média Anual de Emigração			Taxa Média Anual de Migração Líquida		
		Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados
Centro	Campinas	-19987	11333	30187	0.13	0.96	1.18	0.63	0.67	0.43	-0.50	0.28	0.75
	Americana	-9362	6070	4196	0.27	1.54	0.77	1.56	0.71	0.19	-1.28	0.83	0.58
	Monte Mor	1168	2679	2045	1.94	2.95	2.12	0.89	0.55	0.28	1.05	2.40	1.83
Oeste	Nova Odessa	869	2252	1831	1.75	1.91	1.37	1.18	0.45	0.18	0.56	1.46	1.19
	Santa Bárbara d'Oeste	7573	11631	7618	1.37	2.19	1.30	0.17	0.34	0.09	1.20	1.85	1.21
	Sumaré	17031	19662	18301	2.11	2.30	2.03	0.32	0.22	0.10	1.79	2.07	1.93
	Total	17278	42294	33991	1.38	2.06	1.46	0.71	0.42	0.14	0.67	1.64	1.32
Norte	Artur Nogueira	856	1925	2408	0.98	1.86	2.09	0.29	0.30	0.14	0.69	1.56	1.95
	Cosmópolis	605	2218	2219	0.80	1.62	1.55	0.43	0.28	0.20	0.37	1.34	1.34
	Paulínia	877	1511	2289	1.29	1.21	1.58	0.75	0.28	0.16	0.54	0.94	1.42
	Total	2338	5654	6916	1.03	1.54	1.71	0.51	0.28	0.17	0.52	1.26	1.54
Nordeste	Jaguariúna	227	845	1348	1.28	1.34	1.26	1.08	0.58	0.05	0.20	0.76	1.21
	Pedreira	-90	370	723	0.22	0.85	0.63	0.28	0.57	0.08	-0.07	0.28	0.55
	Santo Antonio de Posse	-36	270	652	0.68	1.16	1.05	0.73	0.76	0.08	-0.05	0.40	0.97
	Total	101	1486	2723	0.70	1.09	0.95	0.67	0.61	0.07	0.03	0.48	0.88
Sudeste	Itatiba	-367	2522	2508	0.10	1.57	1.07	0.23	0.67	0.18	-0.13	0.90	0.89
	Valinhos	-32	1955	2958	0.65	1.01	1.12	0.66	0.39	0.18	-0.01	0.62	0.94
	Vinhedo	274	1808	1353	0.71	1.72	1.04	0.53	0.53	0.15	0.18	1.19	0.89
	Total	-126	6285	6819	0.46	1.36	1.08	0.47	0.52	0.17	-0.02	0.84	0.91
Sudoeste	Indaiatuba	396	8473	7471	0.26	2.52	1.82	0.17	0.61	0.13	0.09	1.92	1.69
	Total da RMC	0	75524	88107	0.61	1.44	1.31	0.61	0.56	0.27	0	0.89	1.03

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991. Organizado pelo autor.

Esta caracterização regional apresentada pelos dados do censo de 1991 revela um momento regional de consolidação, em que houve uma redução das taxas de crescimento apresentadas nas últimas décadas, e um maior peso das dinâmicas locais, influenciando assim os fluxos migratórios entre os municípios.

No momento posterior a esses dados, e com o surgimento de novos municípios na região, como visto anteriormente, pode-se observar mudanças relevantes em relação à dinâmica migratória regional no período. Os dados da Tabela 5 foram captados por data fixa, assim como aqueles da Tabela 4, e referem-se ao período 1995-2000.

O município de Campinas reduziu sua taxa de migração líquida, explicado tanto pelo leve aumento da emigração quanto pela redução da imigração. Manteve, entretanto, a mesma dinâmica em relação à migração intrametropolitana, na qual continuou como um redistribuidor populacional, com um saldo migratório negativo de mais de 18 mil pessoas. O município, desta forma, teve saldo migratório de 19.610 migrantes, de origem externa à RM, e cedeu 18.484 para os municípios da região, configurando-se assim como um ponto de passagem de migrantes, com baixo poder de retenção. Devem-se considerar também as condições tanto destes que chegam quanto dos que saem, visto a grande possibilidade de apresentarem condições diferentes, como veremos mais adiante.

Os municípios do eixo oeste mantiveram-se praticamente com a mesma dinâmica: Americana novamente apresentou-se semelhante à de Campinas, com a taxa de migração líquida externa à região baixa, principalmente pelo aumento da emigração, e com taxa negativa de migração líquida intrametropolitana menor se comparado com a de 1991²⁶.

Em todos os eixos de expansão, diferentemente do período anterior, as taxas de migração líquida foram maiores para os migrantes do Estado de São Paulo em relação aos migrantes de outros estados. A redução da taxa de imigração de outros estados é a explicação, o que ocorreu também com os migrantes “paulistas”, mas em menor medida. O eixo norte e o município de Indaiatuba foram os que apresentaram maiores taxas no período.

²⁶ Americana reduziu a emigração intrametropolitana entre 1995 e 2000 em 36,6% em relação a 1986-1991 (de 11.363 para 7.204), e também a concentração desses fluxos, que no próprio eixo oeste passou de 91,5% para 83,7%, com destaque como receptores dessa migração novamente para Santa Bárbara d'Oeste (54,5%), Nova Odessa (15,0%) e Sumaré (11,8%).

Tabela 5. Saldo migratório e taxas médias anuais de imigração, emigração e migração líquida. Municípios da RMC. 1995-2000.

Eixo de expansão		Saldo Migratório			Taxa Média Anual de Imigração			Taxa Média Anual de Emigração			Taxa Média Anual de Migração Líquida		
		Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro -politano	Interior de São Paulo	Outros Estados
Centro	Campinas	-18484	7363	12247	0.20	0.89	0.85	0.59	0.73	0.59	-0.40	0.16	0.26
	Americana	-1615	2437	981	0.64	1.08	0.46	0.83	0.80	0.35	-0.19	0.28	0.11
	Hortolândia	10140	7992	6557	2.03	1.47	1.12	0.50	0.27	0.13	1.53	1.21	0.99
	Monte Mor	631	1656	1150	1.05	1.44	0.93	0.68	0.46	0.25	0.37	0.98	0.68
Oeste	Nova Odessa	1118	1517	1098	1.37	1.18	0.70	0.81	0.42	0.15	0.56	0.76	0.55
	Santa Bárbara d'Oeste	60	4853	2831	0.59	1.14	0.48	0.58	0.55	0.14	0.01	0.60	0.35
	Sumaré	3130	8710	6691	1.14	1.41	1.02	0.79	0.44	0.27	0.35	0.97	0.74
	Total	13464	27165	19309	1.07	1.27	0.76	0.69	0.52	0.23	0.37	0.75	0.53
	Artur Nogueira	1840	2168	1226	1.55	2.02	1.32	0.29	0.53	0.48	1.26	1.49	0.84
	Cosmópolis	-430	2045	1290	0.36	1.37	1.02	0.56	0.39	0.40	-0.21	0.99	0.62
Norte	Engenheiro Coelho	-26	703	1032	0.66	2.14	2.64	0.72	0.61	0.38	-0.06	1.53	2.25
	Paulínia	894	2451	1899	0.98	1.35	1.19	0.60	0.31	0.38	0.38	1.04	0.81
	Total	2278	7368	5447	0.89	1.57	1.27	0.53	0.41	0.41	0.36	1.16	0.86
	Holambra	-268	-13	318	1.37	0.79	1.24	2.16	0.83	0.30	-0.79	-0.04	0.94
	Jaguariúna	210	1918	963	0.76	1.83	0.95	0.61	0.45	0.26	0.15	1.38	0.69
Nordeste	Pedreira	280	1069	572	0.33	1.08	0.70	0.16	0.43	0.35	0.17	0.65	0.35
	Santo Antonio de Posse	-55	220	622	0.50	0.77	0.91	0.57	0.51	0.17	-0.07	0.26	0.74
	Total	166	3194	2475	0.59	1.24	0.87	0.55	0.48	0.28	0.04	0.76	0.59
	Itatiba	56	3286	2156	0.17	1.53	0.95	0.15	0.66	0.38	0.01	0.87	0.57
Sudeste	Valinhos	1990	2561	2417	1.11	1.04	0.83	0.60	0.39	0.21	0.51	0.65	0.62
	Vinhedo	-557	3636	1254	0.60	2.18	0.86	0.86	0.50	0.28	-0.26	1.68	0.58
	Total	1490	9483	5827	0.64	1.48	0.88	0.49	0.52	0.29	0.15	0.96	0.59
Sudoeste	Indaiatuba	1086	11251	4863	0.35	2.21	1.07	0.19	0.53	0.34	0.16	1.69	0.73
	Total da RMC	0	65824	50167	0.59	1.20	0.86	0.59	0.60	0.41	0	0.60	0.46

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizado pelo autor.

Quanto à migração intrametropolitana, os dados apresentam-se mais diferenciados, e podem ser compreendidos a partir do entendimento das dinâmicas locais refletidas sobre a migração, como o mercado de terras e o próprio conhecimento regional que esses migrantes adquirem a partir da sua vivência.

Como o morar na metrópole faz com que os indivíduos conheçam melhor as características dos lugares, a partir das experiências de vida, a redistribuição interna é direcionada segundo fatores pontuais, sendo que os principais estão relacionados à habitação e ao trabalho. Nesse sentido, a análise dos dados apresentados na Tabela 5 e na Figura 12 (Anexo E) está diretamente associados à produção do espaço urbano metropolitano, com características diferenciais segundo cada município.

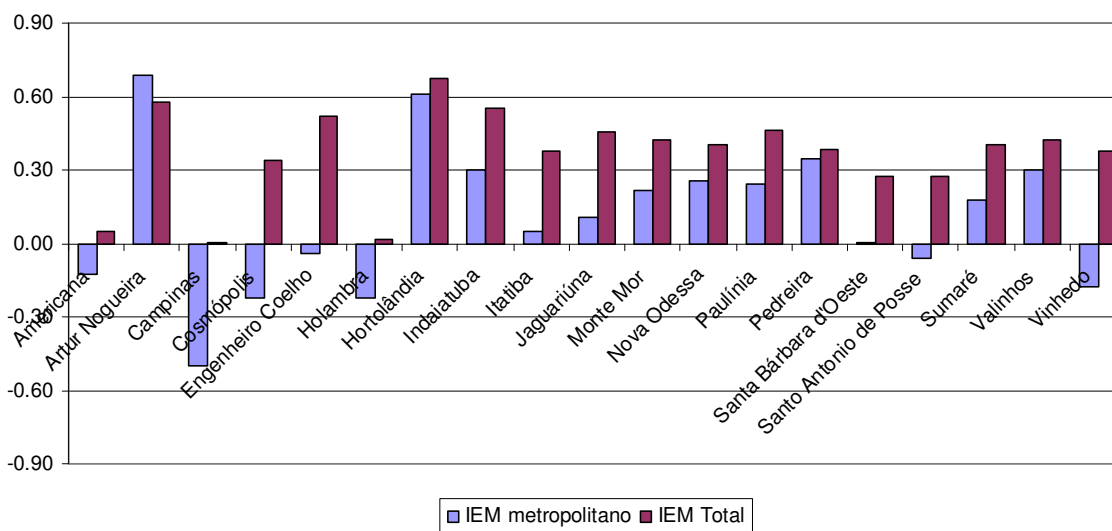


Figura 12. Gráfico do índice de eficácia migratória total e intrametropolitana. Municípios da RMC. 1995-2000.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizado pelo autor.

O índice de eficácia migratória, nesse sentido, expressa a importância da migração intrametropolitana sobre o perfil migratório dos municípios, visto que ao expressar quais são os municípios mais e menos atrativos, pode-se associar as “forças” de atração e expulsão à produção do espaço urbano local, que direciona os fluxos migratórios. Isto porque em relação à migração externa, todos os municípios apresentaram saldo migratório positivo, enquanto em relação às trocas internas, alguns se destacam enquanto cedentes,

como Campinas, Americana, Cosmópolis, Holambra e Vinhedo, enquanto outros se destacam enquanto receptores da migração intrametropolitana, como Artur Nogueira e Hortolândia, principalmente²⁷.

Em relação a 1991, o final da década de 90 mostra a importância do arrefecimento da migração externa para a região metropolitana em relação ao período anterior (o saldo migratório externo foi 30% menor entre 1995/2000 em relação à 1886/1991), e mudanças significativas em relação às trocas migratórias intrametropolitanas. Vários municípios alteraram, de forma relevante, seu nível de atratividade e a forma com que se encaixa em relação à origem/destino dos fluxos. Essas mudanças são indicativas da abertura e do fechamento de “ciclos de oportunidades”, que podem estar ligados a diversos fatores, dentre os quais mudanças no uso do solo e abertura ou não de novos loteamentos, especialmente populares.

Analisando a migração intrametropolitana para a RM de São Paulo, Cunha (1994) salienta que o processo de valorização das áreas centrais seria o principal responsável pelos fluxos em direção aos municípios periféricos, sendo desta forma a questão econômica um dos principais, senão o principal promotor dos fluxos migratórios intrametropolitanos.

Assim, considerando as principais mudanças ocorridas entre os censos, o eixo de expansão oeste aparece como área central para a migração intrametropolitana: em 1991, abocanhou 33,2% do saldo migratório, e foi área de circulação de 68,4% de todas as pessoas que se movimentaram dentro da metrópole, com destaque para Sumaré, com 32,7% do saldo migratório total da RM de Campinas. No ano de 2000, apesar da redução da concentração, este eixo manteve a relevância para esta modalidade, com 20,8% do saldo regional, sendo área de circulação de 38,9% dos migrantes intrametropolitanos.

A emergência de Hortolândia como principal receptor migratório, com 15,7% do saldo intrametropolitano, coloca o município em evidência, mas não é uma novidade no quadro migratório regional, sendo que foi a parte desmembrada do município de Sumaré que mais havia recebido população no final na década de 80.

²⁷ Cabe salientar que o índice de eficácia migratória não representa intensidade do volume, mas apenas receptividade, sendo que municípios com índice semelhante podem apresentar saldos muito distintos. Como exemplo, Hortolândia e Artur Nogueira com dados próximos (Gráfico 4), tiveram saldo migratório intrametropolitano de 13.417 pessoas para o primeiro, contra 2.264 pessoas do segundo, respectivamente.

Os dados da Tabela 5 confirmam para 2000 alguns achados, e colocam algumas questões à mesa. A dinâmica autônoma do município de Americana como subcentro regional (CUNHA *et al.*, 2006a; BAENINGER; MAIA, 1992; MARANDOLA JR., 2010) fica evidente, quando se observa que, em 1991, quando cedia muita população, Santa Bárbara d'Oeste tinha alto poder de atração. Em 2000, a evasão de Americana se reduz, e a atratividade do município barbareense é praticamente nula, configurando assim que as mudanças ocorridas ao longo das décadas de 80 e 90 tornaram Santa Bárbara d'Oeste menos atrativa do que no período anterior. Isto indica que boa parte da dinâmica migratória do município de Americana esteve atrelada àquilo que Santa Bárbara d'Oeste, e em menor medida Nova Odessa e Sumaré podiam oferecer, principalmente quanto à habitação.

Campinas, que em 1991 expulsava sua população em grande parte para Sumaré, em 2000 continua com a mesma característica, mas agora quem acolhe em maior medida é Hortolândia²⁸.

O que se pode pressupor a partir da análise destes dados em nível municipal é que a tendência apresentada, segundo cada período analisado, pode significar nos municípios, principalmente os que mais concentraram saldos migratórios, um alto nível de segregação socioespacial, proporcional ao seu nível de atratividade em relação aos demais. Isso se baseia na ligação entre migração intrametropolitana e o mercado de terras, visto que um município com alto poder de atração estaria aliando preço e acessibilidade, da mesma forma que aquele que expulsa apresentava a acessibilidade, mas não o preço segundo a possibilidade do indivíduo.

Apesar das dificuldades de se atribuir os fluxos migratórios a determinado motivo, principalmente pelos dados comumente utilizados, buscaremos nos próximos tópicos analisar outros dados que possam nos auxiliar na compreensão das motivações para o ato de migrar, a caracterização dos espaços envolvidos e dos indivíduos que migram para e pela metrópole.

²⁸ Entre 1986-1991, Sumaré recebeu 67,6% dos emigrantes intrametropolitanos de Campinas, enquanto entre 1995 e 2000 abocanhou 23,8%, ficando com Hortolândia a maior proporção desses migrantes, 36,1%.

3.2 Os fluxos migratórios intrametropolitanos

Os fluxos migratórios representam de forma concreta as influências geradas pelos mais diferentes processos de produção e reprodução do espaço urbano sobre a sociedade, de forma que captar e analisar as características desses movimentos mostra-se essencial para o completo entendimento de seus impactos.

A figura 13 apresenta os fluxos migratórios intrametropolitanos para os Censos Demográficos de 1991 e 2000, apontando assim quais foram os municípios de origem e destino dessa população.

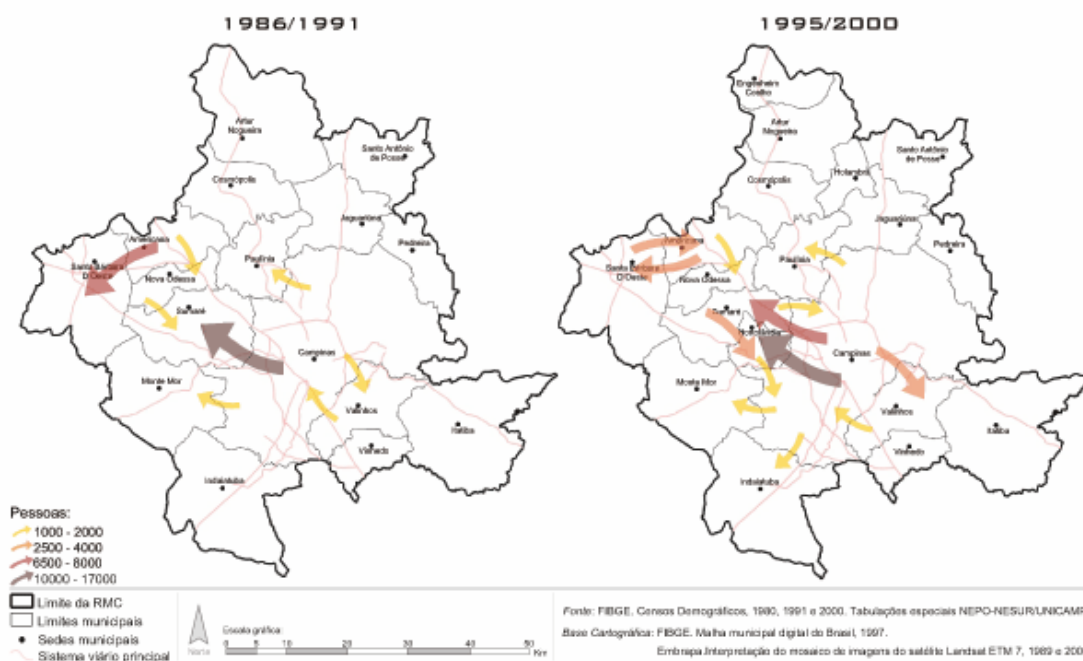


Figura 13. Mapas dos fluxos Migratórios Intrametropolitanos. RMC. 1986/2000.

Fonte: NEPO/NESUR-IE/UNICAMP. **Campinas metropolitana:** diversidades sócioespaciais. Campinas, 2004. (Atlas CD-ROM).

Enquanto os dados das Tabelas 4 e 5 permitem identificar a intensidade da imigração e emigração segundo o local de origem dos migrantes no município, os mapas permitem espacializar o processo migratório através de seus fluxos, possibilitando a análise espacial das trocas feitas pelos municípios da região, caracterizando os municípios “receptores” e os “expulsores” de população.

O final da década de 80 apresentava dois municípios como os principais “expulsores” de população na região. Americana e Campinas polarizavam o processo, pois cediam população para mais de um município, mas não recebiam fluxos intrametropolitanos relevantes nesse momento.

Em 2000, paralelamente ao processo de consolidação da metrópole, os fluxos passaram a abranger novas localidades e o direcionamento mostrado anteriormente se altera, o que aponta que importantes mudanças passaram a atuar conjuntamente, redirecionando os fluxos anteriormente observados.

Levando em consideração esses fatores, certamente ligados à produção do espaço urbano, quais características esperar dos migrantes intrametropolitanos, e em que se diferenciam os fluxos migratórios com maior preponderância na região?

Para compreender tal questionamento, foram selecionados alguns indicadores que podem ajudar na compreensão e na caracterização desses fluxos:

a) Escolaridade

A escolaridade é um dos principais fatores que influenciam a renda da população, e desta forma impacta diretamente no acesso a oportunidades ao mercado de trabalho e ao mercado de terras. A Figura 14 salienta essa interrelação, mostrando a variação da renda domiciliar segundo a escolaridade que, mesmo não sendo associada diretamente à escolaridade do chefe da família, apresenta clara relação. Para que os dados de escolaridade não fossem influenciados por aqueles que ainda não tiveram oportunidade de completar seus estudos, como as crianças, utilizou-se o corte de idade mínima de 18 anos.

A Figura 15, construída com o mesmo propósito da Figura 14, mas a partir da base de dados do Projeto Vulnerabilidade, mais atual, indica a mesma relação que pode ser observada a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, não apresentando grandes diferenciais.

b) Renda

A renda, que em grande parte está associada à inserção no mercado de trabalho²⁹, é o principal meio para a aquisição de ativos físicos dos indivíduos e das famílias. Fez-se o

²⁹ Deve-se salientar que existem outros tipos de renda que se configuram como ponto central para a sobrevivência e a manutenção dos indivíduos atualmente, dentre elas a aposentadoria, aluguéis, programas sociais.

corte em salários mínimos, de forma que se tivesse uma idéia das condições socioeconômicas da população que participou dos fluxos migratórios considerados.

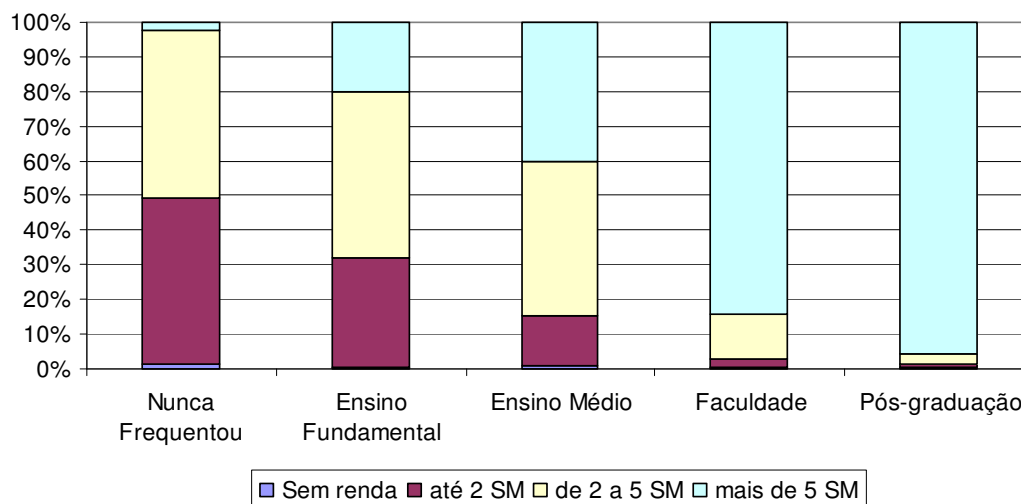


Figura 14. Gráfico da renda domiciliar em salários mínimos segundo escolaridade do chefe da família. RMC. 2000

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizado pelo autor.

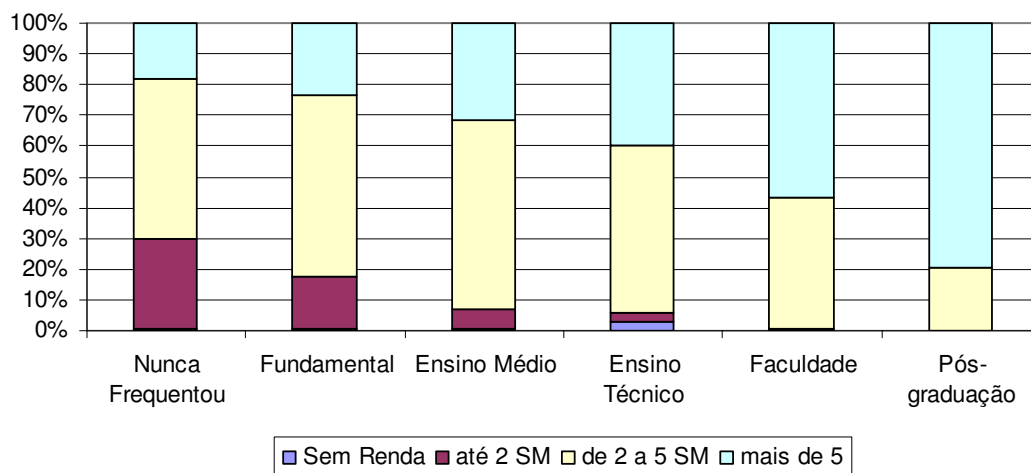


Figura 15. Gráfico da renda domiciliar em salários mínimos segundo escolaridade do chefe da família. RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizado pelo autor.

A partir disso, gerou-se a Tabela 6 com os dados do Censo Demográfico de 2000, com dados dos principais municípios de origem e destino no âmbito da metrópole. O foco foram os movimentos mais expressivos, que abrangeram mais de 6.500 pessoas segundo pode ser observado na Figura 13, relativa aos fluxos migratórios intrametropolitanos entre 1995 e 2000.

Desta forma, os dados gerados demonstram a seletividade dos migrantes segundo o município de destino, principalmente se comparamos com o fluxo para Valinhos.

Os dados reunidos nessa tabela apresentam variações interessantes. Em relação à escolaridade, os fluxos apresentaram valores próximos, excetuando o fluxo Campinas – Valinhos, com maior proporção de população mais escolarizada em relação aos outros, e na outra ponta o fluxo Sumaré - Hortolândia, com a maior proporção de população com menos escolaridade. A variação em relação à renda também não foi muito expressiva, mas apresenta pontos interessantes.

Tabela 6. Caracterização da população migrante intrametropolitana segundo fluxos mais expressivos. Municípios da RMC. 2000.

Residia em (1995):	Mudou-se para (2000):	Anos de estudo (%)*		Renda Familiar (%)	
		Até 8 anos	A partir de 12 anos	até 3 SM	até 5 SM
Campinas	Hortolândia	69,7	5,5	49.3	75.5
Campinas	Sumaré	66,8	4,7	47.5	71.8
Campinas	Valinhos	34,4	36,4	24.3	40.3
Sumaré	Hortolândia	73,8	2,8	57.4	83.1
Americana	Santa Bárbara d'Oeste	60,3	7,7	47.0	73.9
Santa Bárbara d'Oeste	Americana	70,9	6,0	42.2	70.7

* maiores de 18 anos.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizada pelo autor.

Campinas, apesar de ceder população para vários municípios, tem em três destinos seus principais fluxos de emissão de população: Hortolândia, Sumaré e Valinhos. Os que migraram para Hortolândia e Sumaré não apresentam grandes diferenciais de escolaridade ou renda. Apesar da pouca variação nos dados, os que se dirigiram para Sumaré apresentam menor número de famílias com renda até 3 e 5 salários mínimos, o que representa uma pequena vantagem nas condições socioeconômicas em relação aos imigrantes de Hortolândia. Outro dado que corrobora com este resultado é o relevante fluxo de migrantes

que se dirigiram de Sumaré para Hortolândia. Estes apresentam o maior número de famílias com renda até 3 e 5 salários, indicando uma migração seletiva de baixa renda e de baixa escolaridade, já que também apresenta a maior proporção de pessoas com até oito anos de estudo, e a menor proporção para pessoas com doze ou mais anos de estudo. Desta forma, dentre os fluxos mais relevantes no âmbito da RM de Campinas, este se apresenta como o que tem as condições menos satisfatórias em termos socioeconômicos.

O conjunto de migrantes que se dirigiram para Valinhos, entretanto, apresenta condições diferenciais em relação aos outros fluxos migratórios citados. São os mais escolarizados, uma vez que apenas 34,4% tinham até oito anos de estudo, e 36,4% com doze anos ou mais, e apresenta menos da metade do fluxo (40,3%) com renda de até 5 salários mínimos, indicando assim condições socioeconômicas mais favoráveis em relação aos outros fluxos analisados. Comparando com o fluxo Sumaré – Hortolândia, podemos ter uma noção do diferencial dos dados: 36,4% dos que migraram para Valinhos tinham doze anos ou mais de estudo, contra apenas 2,8% daqueles que migraram de Sumaré para Hortolândia. Em relação à renda, o diferencial também é grande: aqueles que ganhavam mais de 5 salários mínimos representavam 59,7% dos que se mudaram para Valinhos, contra apenas 16,9% daqueles que se instalaram em Hortolândia.

Representando outros dois importantes fluxos, as trocas migratórias entre Americana e Santa Bárbara d'Oeste foram equilibradas em relação ao volume (saldo de 405 pessoas para Santa Bárbara d'Oeste) para o período aqui considerado (entre 1995 e 2000). Em relação às especificidades entre os migrantes que se destinaram a um ou outro município, estas são reflexos das mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, a partir da consolidação da área urbana das duas cidades, principalmente da área “fronteira”.

Em relação à escolaridade, os imigrantes de Santa Bárbara d'Oeste apresentam-se melhor situados, com menor proporção de pessoas com até oito anos de estudo e ligeira vantagem em relação aos mais qualificados, de doze anos ou mais. Entretanto, são os que se dirigiram para Americana que apresentam condições econômicas melhores, apesar da variação nos dados não serem tão relevantes assim.

As estreitas relações migratórias existentes entre esses dois municípios ajudam-nos a entender a atual configuração dos fluxos, seja pelo equilíbrio atual em relação ao volume, seja pelas características socioeconômicas destes. Até o início da década de 90,

como pôde ser analisado a partir dos dados apresentados anteriormente, o município barbarensense apresentava-se como opção para aqueles que residiam em Americana, seja pela proximidade, seja pelos preços mais acessíveis, fato que tornou, segundo o Censo Demográfico de 1991 (Tabela 4), Santa Bárbara d'Oeste um dos principais receptores de migrantes intrametropolitanos. Com o intenso fluxo migratório e a urbanização extensiva na divisa dos dois municípios, houve uma conseqüente valorização, ocorrida a partir da apropriação dessa área por agentes imobiliários, quando Santa Bárbara d'Oeste deixou de oferecer grandes vantagens econômicas em relação à moradia, oferecendo opções com preços semelhantes daqueles praticados em Americana, causando assim uma redução gradativa nos fluxos e tornando-os equilibrados.

Passou-se assim a uma relação mais equilibrada com ambos apresentando situações semelhantes, principalmente em relação ao mercado de terras, de forma que o “ciclo de oportunidades” imobiliárias antes favoráveis à população com menos recursos se fechou, reduzindo consigo os fluxos e o saldo migratório excedentes.

As variações apresentadas nos dados dos principais fluxos intrametropolitanos caracterizam as possíveis influências por detrás dos movimentos, sendo que a destinação desses fluxos não ocorre aleatoriamente pelo espaço regional. Analisando os fluxos intrametropolitanos na RM de São Paulo, Cunha (1994, p.54) salientou que o direcionamento dos fluxos deve ser entendido a partir de fatores que condicionam e determinam a escolha da área, não sendo assim escolha casual. Ainda segundo o autor, em grande parte desses movimentos migratórios a questão habitacional é aquela que tem maior peso nessa escolha.

De fato, a análise dos dados apresenta claros indícios de que os fluxos, seu volume e a direção estão intimamente ligados ao processo de produção do espaço urbano da metrópole e as mudanças verificadas nos municípios ocorrem a partir da abertura de novos espaços atrativos, ou seja, aqueles que apresentem oportunidades segundo a possibilidade de acesso da população migrante.

A diferenciação dos fluxos, principalmente daquele com destino a Valinhos é talvez o melhor exemplo desse processo: qual seria o motivo da maioria daqueles com melhor situação econômica preferir Valinhos em relação à Hortolândia, ou vice-versa?

A habitação e seu valor de uso, entendida enquanto espaço em que se pode (ou deveria) desfrutar de qualidade de vida tem forte vinculação com a homogeneização do espaço urbano, ou seja, torna-se essencial a separação da violência e daqueles que a promovem, os pobres. Por isso as opções de auto-segregação dos condomínios fechados tornam-se uma mercadoria cada vez mais acessada e valorizada, e a segregação espacial se expande de forma veloz na nova organização territorial das cidades.

Pensando nos fluxos com origem no centro metropolitano, Hortolândia, Sumaré e Valinhos se configuram de forma distinta no âmbito da metrópole. Hortolândia e Sumaré aparecem como opções para os migrantes de baixa renda³⁰ e, segundo os dados que iremos apresentar brevemente, em maior parte, influenciados pelo mercado de terras. Valinhos, por outro lado, aparece como um dos destinos dos mais abastados, pois oferece produtos imobiliários mais sofisticados e seletivos do ponto de vista econômico.

Quanto à seletividade do destino, entretanto, é importante tecermos algumas considerações acerca do que representa a questão econômica para o acesso à habitação.

A partir do entendimento de que, no momento atual, o espaço urbano representa uma mercadoria para os promotores imobiliários, deve-se considerar que a renda é fator chave para o acesso a um fragmento de terra e que as condições desse fragmento, como localização, infraestrutura, declividade, e etc. vão depender do montante que o comprador dispuser para a aquisição.

Desta forma, criam-se dois tipos de fluxos migratórios, segundo a escolha do local de destino: aqueles que “escolhem”, e aqueles que “não escolhem”.

Os mais abastados são os que “escolhem”, ou seja, vários são os espaços que podem acessar a partir da renda disponível, e geralmente se mudam por vontade própria. Desta forma, cria-se uma série de produtos imobiliários, com o intuito de conquistar esses clientes, o que faz com que boa parte do fluxo destes se concentre na mesma área, ou em áreas diferentes com “amenidades” semelhantes.

Por outro lado, os que “não escolhem” são aqueles com piores condições econômicas, a população de baixa renda. A seletividade dos migrantes a partir da renda

³⁰ Deve-se considerar, entretanto, que esses migrantes de baixa renda são aqueles que apresentam alguma condição econômica, seja para a aquisição da habitação, ou para pagar aluguel. A parcela de baixíssima renda se aloca nas ocupações e favelas, com destaque para Campinas, que concentra grande quantidade de população nestas condições.

direciona os pontos na metrópole que cada parcela pode acessar, sobrando para a população de baixa renda poucas opções. Cria-se assim um mecanismo de seletividade por renda, mas que envolve tanto aqueles que dela dispõem quanto aqueles que pouco ou nada têm.

Os novos usos dos espaços e a reorganização territorial aparecem como as principais formas de produção do espaço urbano atualmente, e como reflexo, a homogeneização do espaço social, da separação entre ricos e pobres, a partir da saída “forçada” dos últimos para destinos selecionados pela refuncionalização das áreas urbanas.

3.3 Distribuição da população e do emprego

O crescimento da mancha urbana da RM de Campinas ocorreu em diversas frentes entre os anos de 1991 e 2000, conforme pôde ser observado na figura 10. A incorporação de áreas no tecido urbano não é um processo ocasional, mas está ligado a diversos fatores que, de alguma forma, estão ligados a apropriação desses novos espaços para o uso e ocupação e para os mais diferentes usos.

A distribuição espacial da população em uma grande aglomeração, como é o caso da RM de Campinas, em seus constantes movimentos também sofre diversas influências, como os preços gerados a partir do processo de valorização do solo e a espacialização dos empregos. O processo de produção do espaço urbano, com o objetivo fundamental de gerar novas necessidades no mercado de terras faz com que o espaço produzido se reproduza novamente e ganhe uma nova funcionalidade dentro da cidade.

Assim, o valor de troca que se estabelece pelo fragmento do espaço urbano é o que cria a condição ideal para que esse espaço seja moldado segundo o interesse dos grandes grupos econômicos.

Nesse sentido, torna-se importante a compreensão dos motivos que levam a população a migrar em determinadas direções segundo os fluxos anteriormente mencionados, considerando também quais são os fatores que estão influenciando essa distribuição, a partir das possíveis implicações da mobilidade espacial da população.

No âmbito desta mobilidade, o local de trabalho tem importância fundamental quando se analisa a direção e as características de determinados fluxos. No caso dos municípios da RM de Campinas, os dados da pesquisa domiciliar atestam esta importância:

56% dos migrantes com tempo de residência entre 0 e 9 anos afirmam que a motivação de deixar o município de residência anterior esteve ligado a questões relativas ao trabalho. Esse valor ficou em 46,5% para os migrantes com mais de 10 anos.

Esses valores, entretanto, não representam vantagem significativa quando se analisa o município de trabalho desses migrantes (Chefes de domicílio), conforme podemos visualizar na Figura 16.

Os migrantes que indicaram mudança de residência devido a questões relativas ao trabalho apresentam menor proporção de trabalhadores permutando em relação àqueles que indicaram as questões habitacionais, mas esta (5,6%) não é tão representativa.

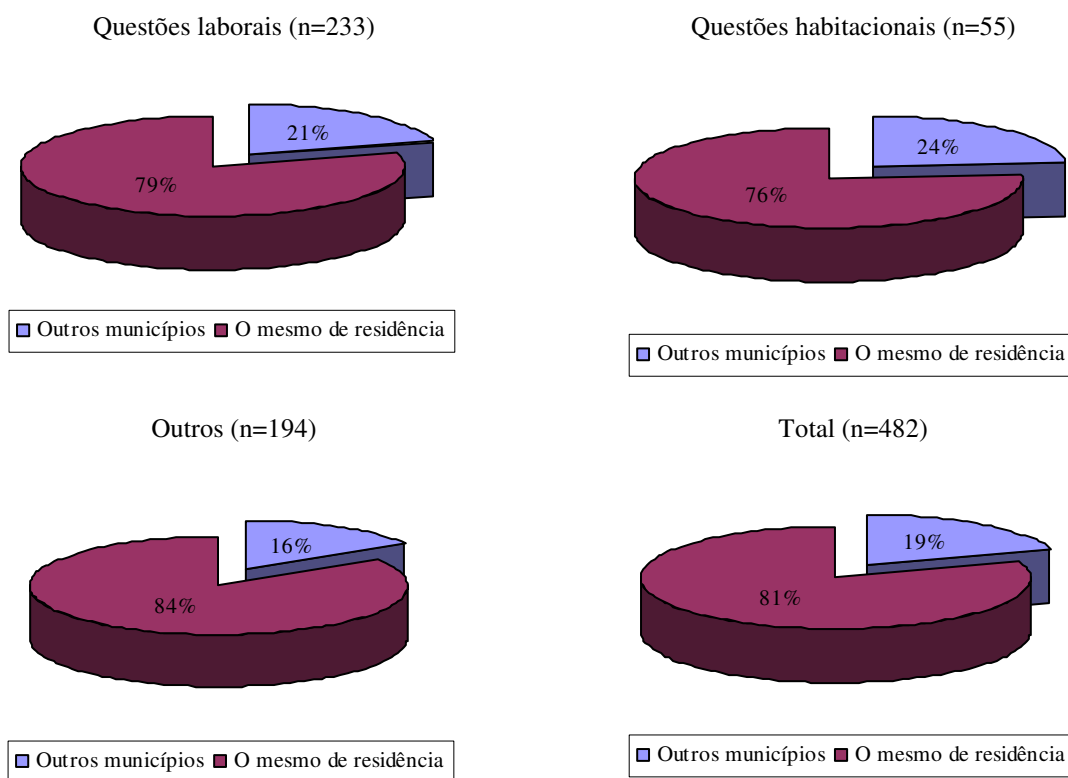


Figura 16. Gráficos do local de trabalho segundo motivo de saída do município anterior.

Chefes de domicílio. RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizado pelo autor.

Entretanto, quando comparamos com aqueles que indicaram a migração por outros motivos, os migrantes por questões laborais apresentam maior permutação. Desta

forma, a indicação da maior parte de migrar por questões relativas ao trabalho não traz grandes vantagens para esses migrantes, mas mostram que muitas vezes ocupam pontos da cidade mais baratos, e permutam diariamente para trabalhar.

Outro dado interessante quanto à motivação de saída do município anterior reside na relevância daqueles que citam acompanhar a família³¹. Este dado, com grande representatividade como fator de saída do município anterior, é um indicativo da importância das redes familiares, que acabam influenciando no direcionamento, incremento e na manutenção dos fluxos migratórios (Cunha, 2010).

As mudanças motivadas por questões habitacionais são mais relevantes para os migrantes intrametropolitanos em relação aos de fora da RM (Tabela 7). Isto porque o prévio conhecimento da região facilita pelo acúmulo de conhecimentos, e pode ser considerado como ponto central, de forma que a mudança de residência ocorre sentido áreas em expansão, geralmente nos municípios periféricos, como observados nos principais fluxos da RM na década de 90.

Tabela 7. Motivação de saída do município anterior por condição migratória. RMC. 2007

Motivos das mudanças de municípios		Migrante segundo residência anterior (%)		
		Migrante intrametropolitano	Migrante de fora da RM	Total
Motivos da mudança de municípios	Questões habitacionais	13,1	6,6	7,7
	Questões laborais	28,3	32,1	31,4
	Acompanhar a família	31,0	38,4	28,8
	Outro motivo	27,6	22,9	32,0
n		(146)	(733)	(879)

Fonte: Cunha (2010)

Mudanças por questões relativas ao mercado de trabalho são mais relevantes para aqueles de origem externa à região (32,1%), que chegam e precisam se encaixar nesse mercado como necessidade primária para a sobrevivência. Entretanto, mostra-se relevante também para o migrante intrametropolitano (28,3%), e nesse caso a distribuição regional

³¹ Deve-se, entretanto, diferenciar aqueles que acompanharam a família porque eram crianças, e aqueles que se utilizaram da família enquanto apoio, enquanto redes constituídas.

dos postos de trabalho e da população pode ser um importante indicativo da complexidade que envolve as questões referentes à habitação e ao trabalho, que juntos representam 39,1% dos motivos apontados como os de saída do município anterior.

Os dados da Tabela 8 apresentam a distribuição da população em idade ativa e os postos de trabalho nos municípios. Para todos os municípios da região pode-se observar crescimento relevante dos vínculos empregatícios, mas de forma desigual, tanto em relação à distribuição da população, quanto aos postos de trabalho.

Tabela 8. Número de empregos formais e População em idade ativa. RMC.

1991/2009³²

	Empregos formais 2009		População 2009*		Participação Regional	
	Vínculos	Variação (%)**	PIA	Variação (%)**	Vínculos (%)	PIA (%)
Americana	76.118	51.7	161.180	38.6	9.0	7.4
Artur Nogueira	8.971	87.7	34.157	64.9	1.1	1.6
Campinas	360.581	59.7	839.848	31.1	42.4	38.6
Cosmópolis	9.413	49.3	44.687	65.1	1.1	2.1
Engenheiro Coelho	3.255	7469.8	10.975	90.5	0.4	0.5
Holambra	6.942	1439.2	7.454	65.4	0.8	0.3
Hortolândia	37.089	2101.1	162.006	123.0	4.4	7.4
Indaiatuba	57.568	187.4	148.490	98.9	6.8	6.8
Itatiba	27.039	304.7	78.320	70.6	3.2	3.6
Jaguariúna	34.247	137.8	30.673	64.3	4.0	1.4
Monte Mor	9.550	264.6	36.374	100.2	1.1	1.7
Nova Odessa	16.358	72.2	37.375	47.5	1.9	1.7
Paulínia	36.664	113.0	62.907	131.0	4.3	2.9
Pedreira	12.508	83.6	32.563	57.3	1.5	1.5
Santa Bárbara d'Oeste	39.646	96.5	152.624	42.4	4.7	7.0
Santo Antonio de Posse	5.996	376.6	17.261	65.5	0.7	0.8
Sumaré	42.569	68.1	187.923	14.5	5.0	8.6
Valinhos	37.557	85.3	82.340	60.6	4.4	3.8
Vinhedo	28.224	213.3	48.070	91.9	3.3	2.2
Total	850.295	93.0	2.175.227	56.0	100	100

* Estimativa populacional. ** de 1991 a 2009. Para Holambra, Engenheiro Coelho e Hortolândia a variação se refere ao período 1993 a 2009. Fonte: Fundação SEADE. Organizada pelo autor.

³² Segundo o Sistema Nacional de Emprego, considera-se População em Idade ativa as todas as pessoas com 10 anos ou mais. Neste trabalho, estabeleceu-se como limite 64 anos, por entender que na atual configuração do trabalho e do sistema de Previdência Social, o percentual de pessoas que trabalham após essa idade é pequeno.

O aumento da locomoção, que possibilitou o estabelecimento de moradia mais distante em relação ao local de trabalho ocorrido nas últimas décadas, principalmente pela emergência e difusão do uso de veículos automotores (CORRÊA, 1989), possibilitou um melhor aproveitamento das oportunidades, visto a possibilidade de habitação não apenas no entorno do local de trabalho.

Essa nova possibilidade em relação às distâncias pode ser apontada como um dos fatores que possibilitaram a distribuição desigual do emprego e da população, mas esse descompasso teve como determinante a produção do espaço urbano e as constantes mudanças de uso do solo decorrentes. Políticas de âmbito municipal, pensadas a partir do nível de recursos gerados pela atividade econômica, que respondem a interesses diversos, geram municípios desiguais em relação a esta distribuição. A partir da distribuição regional da PIA e dos Vínculos empregatícios, conforme podemos observar na Tabela 8 pode-se compreender os diferenciais apresentados pelos municípios da região.

A relação PIA/vínculos empregatícios apresenta-se da seguinte forma: alguns municípios apresentam mais de quatro pessoas em idade ativa por vínculo empregatício formal, enquanto outros, como Jaguariúna apresentam uma relação muito favorável em termos quantitativos, de apenas 0,9 pessoas por vínculo formal estabelecido, conforme Figura 17.

Entretanto, cabe salientar que uma medida satisfatória numa relação como esta não significa acesso a trabalho formal e suas vantagens para a população local, mas apenas melhores condições de administração em nível intramunicipal. Isto é, se grande parte dos recursos são gerados por agentes econômicos, quanto mais favorável for a relação PIA/vínculos, melhor situado estaria o município.

Por outro lado, apesar das instituições empregadoras gerarem impostos à municipalidade, não necessariamente empregam aqueles que residem em seus limites administrativos. Assim, a relação PIA/vínculos apresenta a situação em nível municipal e regional muito mais hipotética da empregabilidade do que uma realidade, pois num mercado de trabalho unificado como se observa em aglomerações como da RM de Campinas, permutar torna-se parte do cotidiano de uma parcela considerável de trabalhadores.

Por outro lado, a análise da distribuição indica diferentes consequências da produção do espaço urbano, que geraram os diferenciais vislumbrados. Esses diferenciais de acesso, segregação, exclusão e seus efeitos são problemas do ponto de vista social, mas totalmente esperados dentro do processo da urbanização capitalista das grandes aglomerações em diversos países, principalmente os subdesenvolvidos como o Brasil.

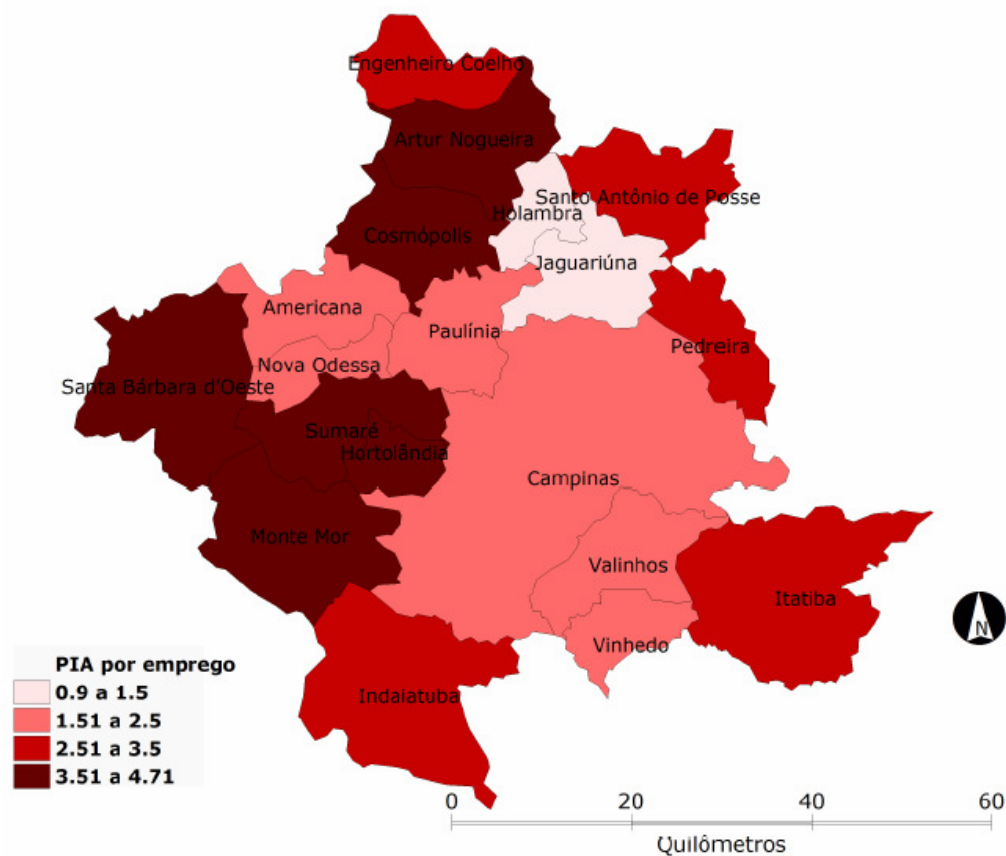


Figura 17. Mapa da PIA (População em Idade Ativa) por vínculo empregatício no município. Municípios da RMC. 2008.

Fonte: Fundação Seade. Organizado pelo autor.

O que podemos analisar a partir da Tabela 8 é que o resultado dos processos que incidem direta e indiretamente na produção do espaço urbano culmina numa estrutura diferenciada em cada município, uns mais equipados com instituições geradoras de empregos, e outros concentrando mais população. Tais fenômenos estão diretamente ligados aos processos de reprodução do capital pelos incorporadores e geração de renda a

partir da terra dos proprietários fundiários, concomitante com a ação pública direta e indireta nos mais diversos pontos da região.

3.4 Motivações e condicionantes da migração

A partir dos vários fatores que incidem na produção do espaço urbano, compreender os condicionantes e as motivações da migração são essenciais para a mensuração dos fenômenos que incidem de forma mais efetiva, e que direta ou indiretamente provocam as mudanças de residência.

Entretanto, uma das grandes dificuldades para essa mensuração é a deficiência de dados específicos nas pesquisas secundárias, que normalmente são as principais fontes de dados para os estudos dos movimentos populacionais no país.

Desta forma, a possibilidade aberta para o trabalho, com dados mais específicos, pensados em grande medida para captar esses fenômenos pouco presentes em outras fontes de dados, faz da pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade³³ uma grande ferramenta, que abre a possibilidade de captação e compreensão de fenômenos e processos no âmbito da RM de Campinas que dificilmente seriam captados a partir das fontes tradicionais.

Os dados relativos às motivações que influenciaram na escolha da RM de Campinas como destino de mudança são interessantes em relação ao que apontam: a oferta de terrenos e casas com preços “interessantes” foram apontados por 5,7% dos migrantes, enquanto 38,6% citaram o trabalho como principal motivo. Existe, entretanto, um diferencial entre as pessoas que apontam essas motivações. Aqueles que citaram ofertas de casas e terrenos como principal fator apresentaram condições de habitações mais favoráveis, com maior proporção de habitação em casa própria. Por outro lado, aqueles que apontaram como principal fator a busca por trabalho, apresentam-se melhor divididos em todas as categorias consideradas, inclusive sendo o maior grupo com pessoas residindo em área de ocupação.

³³ Esta pesquisa visitou 1824 domicílios na RM de Campinas, contando com alguns diferenciais em relação aos dados levantados pelo Censo. No caso específico de mobilidade, o lugar de residência anterior, tempo de residência no município e no bairro e o número de mudanças realizadas estão entre os principais pontos de destaque da pesquisa.

Esses diferenciais mostram distintas situações econômicas no momento da migração: aqueles com melhor situação indicaram as questões habitacionais para a mudança; outra parte, com situação econômica menos consolidada, indicaram o trabalho como principal motivo, assim como aqueles que indicaram acompanhar a família, que apresentam proporções semelhantes em todos os locais de habitação considerados, como evidente na Tabela 9.

Tabela 9. Local de habitação no momento da migração segundo motivo de mudança para a RMC. Chefes de domicílio. 2007

Motivo de mudança para a região	Condição de ocupação na chegada à RMC (%)					n
	Casa própria em bairro ou loteamento	Casa alugada	Casa de parentes ou amigos	Casa cedida/ pensão/ alojamento	Moradia em área de ocupação	
Oferta de terrenos baratos	28.1	57.6	14.4	-	-	(50)
Oferta de casas baratas	50.4	45.1	2.1	2.4	-	(198)
Trabalhar ou procurar trabalho	21.2	60.1	13.0	5.3	0.4	(1635)
Acompanhar a família	16.6	69.7	11.3	2.5	0.2	(1089)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

A habitação tem um importante papel para o processo migratório, principalmente se considerarmos aquele de curta distância, como o intrametropolitano e o intraurbano. O tempo de residência mostra-se um fator importante para o acesso à habitação. A Tabela 10 aponta para relevantes alterações nas condições de ocupação do domicílio segundo o tempo de residência. Fica claro, nesse sentido, que o aumento do tempo de moradia no município representa melhoria no acesso à habitação, concomitante à redução proporcional dos que residem em casas alugadas. Entretanto, conforme Cunha (2010), deve-se observar o tempo de residência com cautela, pois pode indicar tanto um maior acúmulo de recursos, informações e capital social, mas também pode representar alterações no ciclo vital familiar ou curso de vida do indivíduo.

Tabela 10. Condição de ocupação do domicílio segundo tempo de residência no município. Chefes de domicílio. RMC. 2007

Tempo de residência no município (%)

Condição do domicílio	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	Mais de 20 anos
Construção e terreno próprios	43.8	52.2	68.0	73.2
Somente construção própria	6.1	9.5	8.8	9.0
Alugado	41.8	32.0	16.1	12.0
Outros	7.1	4.7	5.8	4.7
n	(54)	(53)	(114)	(303)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Todos esses fatores a serem considerados são essenciais, pois suas variações, que estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento das famílias incidem diretamente nas condições socioeconômicas que dispõem no momento, podendo representar desta forma obstáculos à conquista da habitação.

Se analisarmos as motivações de escolha do município de residência atual segundo condição migratória, como apresentado na Tabela 11, perceberemos que os dados, de certa forma, mostram-se coerentes com as motivações de saída do município de residência anterior, apresentados na Tabela 7.

Tabela 11. Motivação de escolha do município atual por condição migratória.
Chefes de domicílio. RMC. 2007

Motivação de escolha do município atual	Condição migratória (%)		
	Intrametropolitano	Externo	Total
Questões habitacionais	9.0	7.8	6.3
Questões laborais	17.6	23.7	26.3
Acompanhar a família	41.7	41.4	39.6
Outros	31.7	27.1	27.7
n	(142)	(342)	(484)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Novamente, as questões habitacionais são mais relevantes para os migrantes intrametropolitanos (apesar de a diferença ter se reduzido de 6,6% para 1,2%), enquanto as questões relativas ao mercado de trabalho apresentaram maior crescimento em relação aos dados da Tabela 7. Enquanto “acompanhar a família” era maior para os migrantes externos, segundo o motivo de saída do município anterior, os dados apresentam-se agora

semelhantes, com os migrantes intrametropolitanos com maior percentual em relação a outros motivos de escolha.

O acúmulo de informações e capital social tende a aumentar com o tempo, conforme salientado por Cunha (2010), sendo que esses dados podem representar um reflexo dessa situação, possibilitando assim que os migrantes intrametropolitanos, já conscientes da dinâmica regional e com informações a respeito de oportunidades imobiliárias, consigam de forma mais fácil ascender à propriedade da habitação, ou mesmo migrar aproveitando outras oportunidades metropolitanas, que seria a explicação para a maior percentagem da categoria “outros” na Tabela 11.

A diferença entre os migrantes intrametropolitanos e os migrantes externos e “não-migrantes” (de 6 pontos percentuais para “construção e terrenos próprios”) salientam a importância das informações acumuladas, além de caracterizar o fluxo intrametropolitano e sua ligação com a questão habitacional, conforme Tabela 12.

Tabela 12. Condição de ocupação do domicílio segundo condição migratória e município de residência anterior. Chefes de família. RMC. 2007

		Condição do domicílio (%)				
		Construção e terreno próprios	Somente construção própria	Alugado	Outros	n
Condição migratória	Não migrante	65.6	6.3	19.6	8.5	(412)
	Intrametropolitano	72.4	5.8	17.1	4.8	(98)
	Externo	66.4	5.8	23.1	4.7	(420)
Residência anterior	Sede metropolitana	75.2	1.8	14.0	9.0	(42)
	Outro município da RM	69.9	9.4	19.8	1.0	(56)
	Município da RMSP	70.0	0.5	25.6	3.9	(64)
	Outro município ESP	68.1	4.9	22.3	4.7	(176)
	Outras UF's	63.2	8.9	23.7	4.2	(180)
	Total	66.8	6.0	20.9	6.3	(936)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Um olhar mais cuidadoso sobre os dados desagregados indica outros pontos relevantes para nossa análise. Entre os migrantes externos à RM de Campinas, aqueles fluxos que se originam na RM de São Paulo e em outros municípios do Estado de São Paulo apresentam condições semelhantes em relação à “construção e terrenos próprios”,

diferenciando-se em relação à “somente construção própria”, onde os migrantes da RM de São Paulo apresentam a menor proporção em relação a todos migrantes considerados.

Os migrantes de origem em outros estados do país são os com maior diferença, principalmente nos dois primeiros quesitos. Os imigrantes de outros estados apresentam aproximadamente 3 pontos percentuais a menos na categoria “construção e terreno próprios” em relação ao valor de todos os migrantes externos, e uma proporção maior em “somente construção própria” (próxima dos migrantes intrametropolitanos dos municípios do entorno), explicado em grande parte pela presença proporcionalmente maior em áreas de ocupação³⁴.

Os migrantes intrametropolitanos originados na sede apresentam melhores condições em relação aos originados em outros municípios da RM, tanto em relação à proporção de proprietários das habitações quanto na proporção daqueles que migram para casas alugadas. A explicação desse diferencial reside na caracterização dos principais fluxos que se originam no município sede em relação aos outros, conforme apresentado na Tabela 6. Os fluxos de Campinas para o entorno apresentam uma característica típica de mudança para aquisição de moradia, enquanto os fluxos originados nos municípios do entorno metropolitano se caracterizam mais como forma de “adaptação” às questões relativas ao trabalho e habitação.

As diferenças existentes entre os migrantes intrametropolitanos da sede e do entorno, inclusive, podem ser a causa da alta percentagem de respostas do motivo de migração pautado no trabalho: como boa parte da migração intrametropolitana ocorre entre os municípios do entorno, com características menos consolidadas em relação ao trabalho e às condições socioeconômicas, as questões laborais tornam-se primordiais, como fator precedente da aquisição da moradia.

Assim, pode-se supor que a experiência acumulada pelo tempo de residência na metrópole torna-se essencial para a compreensão dos diferenciais apresentados segundo a origem dos migrantes. Outro ponto de destaque nesta questão é que os migrantes intrametropolitanos, justamente por apresentarem essa vantagem em relação aos migrantes

³⁴ Em relação aos moradores das áreas de ocupação, existe uma diferença considerável segundo município de residência anterior: 25,9% residiam em outros estados, 20,0% indicaram a RM de São Paulo como última residência, e 13,9% indicou outro município do Estado de São Paulo. A parcela preponderante (40,3%) indicou que residia anteriormente no próprio município.

externos, e por ser movido em grande parte pelo projeto da casa própria, como visto até o momento, coloca-se um passo a frente em relação ao aproveitamento das oportunidades da metrópole.

Considerando então os diferenciais de educação e renda dos fluxos que partem do município de Campinas e aqueles que partem do entorno, pode-se apreender que possivelmente os migrantes do entorno metropolitano apresentam características socioeconômicas menos consolidadas, o que culmina numa menor propensão de aquisição da casa própria. Por outro lado, para os migrantes anteriormente instalados em Campinas, o entorno, com preços mais acessíveis, significa a conquista da casa própria, mesmo que isso signifique um aumento dos custos em relação ao transporte e ao aumento do tempo do trajeto casa-trabalho. Pode-se então afirmar que a população se periferiza em busca de uma condição mais propícia para a manutenção do cotidiano, a partir da possibilidade de custos menores, como os aluguéis.

Outro ponto importante a se considerar neste caso é o transporte metropolitano, que por apresentar-se num modelo “radial”, facilita o ir e vir a Campinas em detrimento da movimentação entre os municípios do entorno. Nesse sentido, a migração entre municípios do entorno metropolitano pode estar respondendo à dificuldade de mobilidade.

Além disso, o processo de desenvolvimento da metrópole campineira mais recente apresenta indícios de estar impactando em relação a quem e porque estariam se dirigindo para esta região. Isto porque quando analisamos a Figura 18, sobre as motivações dos migrantes para a escolha do município de residência atual, segundo tempo de migração, vemos uma substancial alteração entre os migrantes com mais de 10 anos e aqueles mais recentes (até 9 anos).

Os migrantes mais velhos (10 anos e mais) citam maior interesse nas questões habitacionais em relação aos migrantes mais recentes, possivelmente pela característica desses migrantes. Os migrantes com maior tempo de residência chegaram durante a década de 90 e antes, ou seja, momento de grande crescimento dos municípios componentes da metrópole. Nesse sentido, as redes familiares parecem ter sido essenciais para a decisão da migração para esta região, pela alta proporção apresentada no segundo gráfico para a categoria “acompanhar a família”.

Os migrantes mais recentes, ou seja, aqueles que chegaram à região após 1998 apresentam motivações diferenciadas. Em relação ao grupo “mais velho” na região, a habitação teve menor importância, assim como “acompanhar a família”. A motivação em relação ao trabalho manteve proporção semelhante, com destaque para a categoria “outros”, que representou 36 pontos percentuais a mais do que entre os migrantes com mais de 10 anos na região.

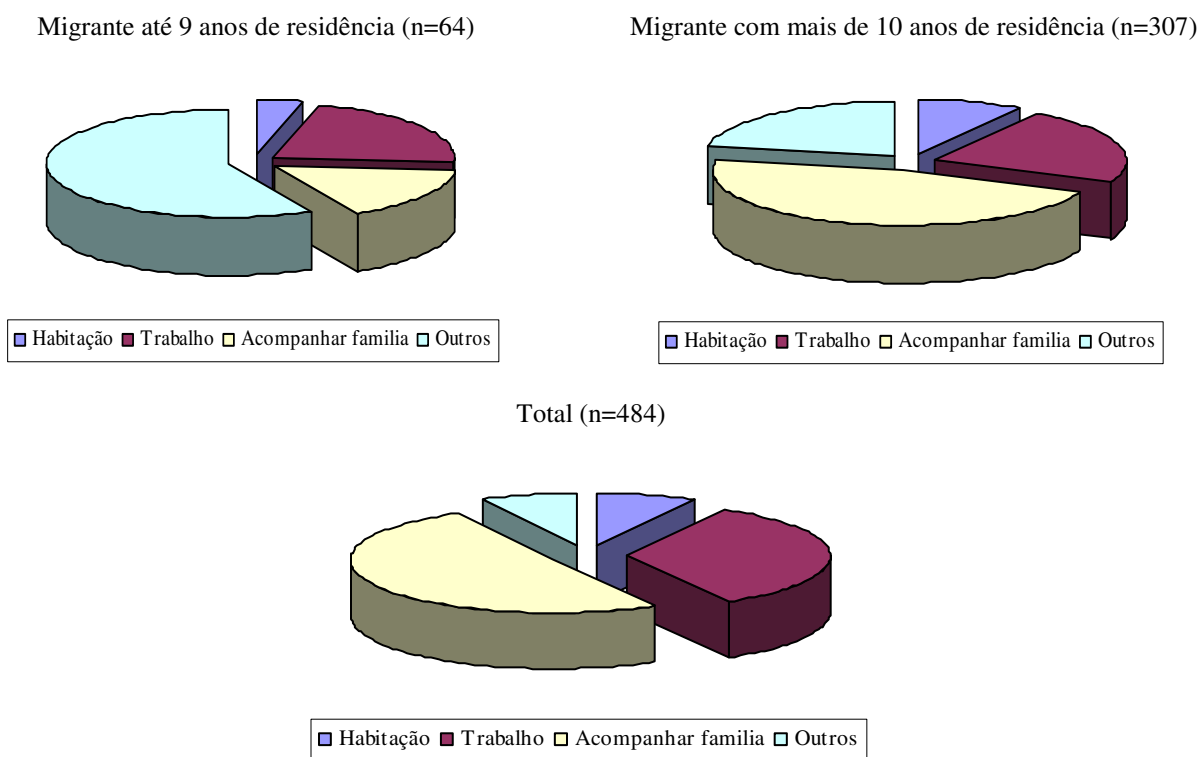


Figura 18. Gráficos dos motivos de mudança para o município atual segundo tempo de residência na região. Chefes de domicílio. RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

O principal motivo para tais alterações nas motivações da migração possivelmente esteja ligada às universidades e à expansão mais recente do pólo tecnológico. Os migrantes mais recentes apresentam relevante proporção de respostas de que migram “para estudar”

(alocada na categoria outros). A partir disso, parte desses estudantes acaba empregados na própria região, que tem alta demanda por mão-de-obra altamente capacitada.

Desta forma, as alterações observadas segundo o tempo de moradia na região para os migrantes possivelmente estejam ligadas aos novos empreendimentos instalados na região, que empregam parte importante da mão-de-obra formada pelas universidades, e que conseqüentemente migraram para a região com objetivos distintos daqueles migrantes anteriores.

3.5 Acessibilidade e migração

Uma das motivações que podem originar os movimentos migratórios, como discutido anteriormente, em todas as suas modalidades é a busca por melhores condições de vida, considerando esta de forma ampla e não apenas do ponto de vista econômico.

Em geral, pelos dados disponíveis nas pesquisas tradicionais, não é possível a afirmação ou a negação se de fato a migração representa ou não melhora nas condições de vida do migrante, uma vez que, em geral, não se dispõe de dados sobre a condição anterior de vida deste. Entretanto, apesar dessa impossibilidade, vários especialistas (CUNHA; BAENINGER, 2007; BRITO, 2000) vêm reforçando o descolamento dos movimentos migratórios da mobilidade social, indicando que no atual contexto de desenvolvimento econômico e urbano a mobilidade espacial não necessariamente apresenta oportunidades segundo as expectativas daqueles que se colocam em movimento.

O que se pretende nessa seção, a partir da análise das características do domicílio e de acesso a serviços é entender como os migrantes estão se inserindo na região, tanto em comparação com migrantes de outras modalidades quanto aos “não-migrantes³⁵”, o que possibilita um entendimento das condições desta inserção, mesmo estando impossibilitado de afirmar ou negar efetivamente o que significou a migração.

Deve-se, entretanto, levar em consideração alguns fatores importantes quanto à infraestrutura básica numa região como esta, principalmente pelo nível que este serviço alcança na maior parte dos municípios. Alguns deles, por exemplo, alcançam a quase

³⁵ A categoria “não-migrante” considerada aqui se refere às pessoas que nunca mudaram de residência, ou seja, mesmo aqueles que não mudaram de município mas que mudaram de residência ou bairro são considerados migrantes intramunicipais.

universalidade, muito embora, como será mostrado, os dados acusam diferenciais relevantes segundo grupos da população. As análises levadas a cabo serão feitas, assim como nas seções anteriores, para a região como um todo, pois a desagregação de muitos dos dados fica impossibilitada de se realizar por município, considerando o tamanho da amostra.

Em relação à condição da rua em que o domicílio se situa, devem-se considerar alguns pontos importantes: residir em local com rua de terra não necessariamente significaria condição precária, já que existem diversos condomínios de chácaras, por exemplo, de alto padrão. Por outro lado, o que os dados demonstram aqui é o contrário, visto que, apesar de uma quase universalidade em termos de região, existe uma grande disparidade quando analisado por renda.

Esta discrepância, segundo a renda domiciliar, caminha paralelamente à idéia de que, apesar de haver as mais diversas situações de ocupação do espaço urbano, a distribuição dos produtos e serviços é desigual, não atendendo de forma equitativa todas as parcelas da população. A Tabela 13 mostra claramente essa relação segundo a renda, que pode ser observada para os outros tipos de infraestrutura considerados.

Tabela 13. Acesso à infraestrutura básica segundo rendimento domiciliar (%). RMC. 2007

Rendimento domiciliar	Condições da rua		Guias e Sarjetas	Calçada
	Pavimentada	Terra	Não	Não
Sem renda	86.6	13.4	17.8	17.8
Até 2 SM	86.2	13.8	17.1	15.8
de 2 a 5 SM	92.1	7.9	8.1	8.1
Mais de 5 SM	97.7	2.3	4.5	2.9
Total	93.2	6.8	8.3	7.5
n	(702)	(54)	(71)	(60)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Considerando os totais de cada coluna, ou seja, a média do acesso a cada serviço para toda a população, fica evidente a desigualdade: aqueles classificados até dois salários mínimos apresentam porcentagens de acesso menores em todas as variáveis consideradas, enquanto aqueles com mais de cinco salários apresentam-se com situação mais confortável,

beirando a universalidade do serviço. A proporção entre dois e cinco salários mínimos, categoria que representa grande parcela da população regional, apresenta dados no limiar das médias, ou seja, melhores do que a proporção com menor renda, mas distantes ainda daqueles com maiores rendimentos.

Esta diferença segundo os rendimentos se traduz da mesma maneira quando analisamos os dados de acesso aos serviços segundo condição migratória e a origem desses migrantes, como apresentado na Tabela 14. O migrante intrametropolitano apresenta-se melhor posicionado em todos os aspectos considerados em relação aos migrantes externos, e inclusive aos não migrantes. Os “não-migrantes” apresentam-se próximo às médias para a população como um todo, e melhor posicionados, entretanto, em relação aos migrantes externos.

Tabela 14. Acesso à infraestrutura básica segundo condição migratória e residência anterior (%). RMC. 2007

		Condições da rua		Guias e sarjetas	Calçada	Iluminação	N
		Pavimentada	Terra	Não	Não	Não	
Condição migratória	Não migrante	93.8	6.2	6.7	6.8	1.4	(412)
	Intrametropolitano	96.3	3.7	7.9	3.6	0.6	(98)
	Externo	91.7	8.3	9.5	8.5	1.5	(426)
Residência anterior	Sede metropolitana	96.6	3.4	10.2	3.4	1.1	(42)
	Outro município da RM	95.9	4.1	4.9	3.9	0.0	(56)
	Município da RMSP	96.8	3.2	3.9	3.6	0.6	(64)
	Outro município ESP	95.8	4.2	5.3	4.6	1.1	(176)
	Outros estados	85.9	14.1	15.6	14.1	2.2	(180)
	Total	93.2	6.8	7.9	7.2	1.3	(936)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Analisando os dados de acesso a partir do município de residência anterior, abre-se a possibilidade de entendimento de como estão se inserindo regionalmente os migrantes segundo a residência anterior. Da mesma forma como mostrado para outras variáveis, entre os fluxos intrametropolitanos, por exemplo, o acesso a infraestrutura não se apresenta tão diferenciado entre o movimento que se origina no centro metropolitano ou em outro município, a não ser para guias e sarjetas, com menor presença para o fluxo do centro. Os

dados da Tabela 13 mostram relações muito mais equilibradas, com exceção à presença de guias, sarjetas e iluminação, onde os migrantes do entorno tem mais acesso.

Em relação aos migrantes externos à região, os dados revelam uma grande desigualdade de acesso aos serviços, mas não para todos os fluxos. Aqueles provenientes da RM de São Paulo e de outros municípios do Estado de São Paulo apresentam valores próximos entre si e semelhantes aos fluxos internos à RM. Entretanto, os migrantes de outras Unidades da Federação apresentam valores diferentes, bem abaixo dos outros fluxos considerados e das médias de acesso à infraestrutura para toda a população, indicando assim que a instalação desses migrantes na região dá-se em piores condições se comparada aos outros migrantes.

Em relação aos não migrantes, algumas considerações mostram-se importantes: estes apresentam uma situação intermediária, já que estão em melhores condições em relação aos migrantes de outros estados, mas com menos acesso em relação a todos os outros fluxos. Os migrantes, ao menos daqueles fluxos com maiores acessos, apresentariam situação melhor a partir da mobilidade, que possibilitaria o aproveitamento das oportunidades da metrópole.

Entretanto, o acesso à infraestrutura não representa qualidade na prestação de outros serviços essenciais à população, mas são ferramentas utilizadas para a valorização dos empreendimentos. Isso porque todos os aspectos considerados na Tabela 13 são visuais, ou seja, a preparação de um loteamento novo com essa infraestrutura agrega valor, sem que, no entanto, outros serviços tenham garantia de atendimento esperado pela população que ali se instala.

Os dados da Tabela 15 exemplificam essa questão a partir das características dos serviços prestados à população em relação ao fornecimento de água encanada e à ligação do esgoto das residências à rede geral. Nesses quesitos, os “não-migrantes” aparecem em melhor situação tanto em relação aos migrantes externos quanto aos intrametropolitanos, diferentemente dos dados apresentados na tabela anterior.

Em relação à qualidade do serviço, segundo lugar de residência anterior, os migrantes intrametropolitanos que saíram de Campinas são os que apresentam os menores valores, tanto para água quanto para ligação do esgoto.

Tabela 15. Fornecimento de água e ligação de esgoto segundo condição migratória e residência anterior (%). RMC. 2007

		Água	Esgoto	
		Fornecimento constante	Ligado à rede geral	N
Condição migratória	Não migrante	90.8	90.9	(407)
	Intrametropolitano	85.2	71.2	(97)
	Externo	89.0	90.2	(415)
Residência anterior	Sede metropolitana	79.1	58.4	(42)
	Outro município da RM	92.9	87.0	(56)
	Município da RMSP	82.6	87.0	(64)
	Outro município ESP	88.3	96.0	(175)
	Outros estados	91.7	85.2	(178)
Total		89.2	88.0	(1434)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Esses dados, se comparados com aqueles anteriormente apresentados, parecem até incoerentes, principalmente pela constante variação: em vários momentos os migrantes intrametropolitanos apresentaram-se mais bem posicionados, mas quanto à qualidade dos serviços de água e acesso à rede de esgoto aparecem em situação contrária.

Pensando novamente em relação à produção do espaço urbano, pode-se esboçar alguma interpretação sobre os motivos para essa contradição nos dados. Os migrantes intrametropolitanos apresentam maior propensão à migração por questões habitacionais, e maior proporção daqueles que conseguiram a propriedade da casa própria em relação aos migrantes externos, com destaque para o fluxo do centro metropolitano para o entorno, como vimos anteriormente a partir dos dados das Tabelas 11 e 12.

O que explicaria então esse diferencial apresentado para qualidade dos serviços de água e esgoto seria o fato de que, para ascender à propriedade da casa própria, os migrantes teriam que optar por locais ainda não consolidados, em formação nas áreas periféricas do entorno metropolitano que, apesar de já oferecerem ao menos a infraestrutura básica (esta certamente utilizada pelos promotores para a valorização do empreendimento), não apresenta garantias em relação à qualidade dos serviços prestados à população.

Desta forma, a melhor qualidade dos serviços apresentados pelos “não-migrantes” e por outros fluxos em detrimento daqueles que partem de Campinas pode ser explicado de

duas formas: para os diversos fluxos, justamente por não ascenderem à propriedade da habitação tanto quanto os emigrantes de Campinas. Estes ganham de um lado (segurança habitacional) e perdem de outro (qualidade da infraestrutura e dos serviços). Entretanto, a melhor qualidade dos serviços observada para os migrantes externos provém da menor acessibilidade à habitação própria, ou seja, maior preponderância daqueles que pagam aluguel, que se dirigem para ocupações ou para casa de parentes. Desta forma, as soluções habitacionais buscadas por estes grupos, em especial aos migrantes de outros estados são mais precárias em relação aos intrametropolitanos quanto à segurança habitacional.

O não migrante, por outro lado, apresenta vantagem pela imobilidade, ou seja, a consolidação gradativa do espaço urbano acaba por transformar a área de habitação, anteriormente com condições precárias, passando por melhorias em relação aos serviços e à infraestrutura. Pela importância da não migração, buscaremos analisar alguns aspectos relevantes na próxima parte.

3.6 Mobilidade e imobilidade: aspectos relevantes

Em todos os momentos desse texto buscamos analisar a mobilidade, seus fluxos, condicionantes e motivações, e principalmente de que forma essa mobilidade impactaria as condições de vida das pessoas migrantes. Entretanto, tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino desses migrantes existe uma parcela da população que não migra, que não necessariamente apresenta as mesmas condições dos migrantes que saíram ou que estão chegando, e que dependendo da variável considerada se apresenta melhor ou pior situados, como pudemos constatar com os dados que observamos nas seções anteriores.

As Tabelas 12, 14 e 15, por exemplo, apresentam situações distintas dos não migrantes³⁶ em relação aos migrantes que chegam à região. Um dos pontos comentados para essas diferenças é o processo gradativo de consolidação da metrópole, que através da incorporação de novas áreas beneficia pontos antes precários. O “não-migrante” acaba por se beneficiar com as benfeitorias, sendo que, apesar de apresentar melhores acessos a serviços e infraestrutura, passou longo tempo sem tais necessidades.

³⁶ Por “não-migrante” entende-se aqui as pessoas que nunca mudaram de município, mesmo que tenha de realizado algum movimento dentro do município de residência.

Os migrantes (com destaque para os intrametropolitanos), por outro lado, buscam oportunidades em novos empreendimentos e, justamente por isso, apresentam-se melhor situados em alguns pontos.

Assim, torna-se importante compreender os motivos de não migrar, e analisar até que pontos a imobilidade é uma escolha. Se a migração geralmente ocorre por vontade alheia, ou seja, por processos fora do controle do migrante, talvez a imobilidade também não seja uma opção, mas uma condição para a não degradação das condições de vida da população.

Para compreender tais questões, existem diversos pontos importantes que devemos considerar em relação às motivações de não migrar, como as características sócio-demográficas e socioeconômicas da população, que refletem em condições propícias ou não para migrar, visto os custos desse processo.

Em relação à situação socioeconômica, os não migrantes encontram-se em situação ligeiramente melhor, principalmente pela menor proporção de domicílios com renda de até um salário mínimo *per capita*, conforme demonstram os dados da Figura 19.

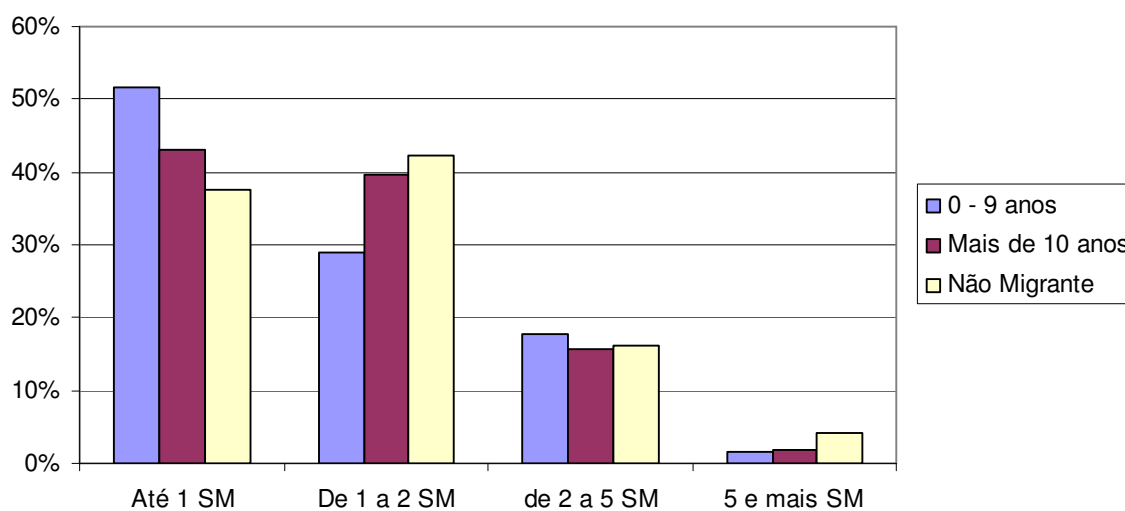


Figura 19. Gráfico da renda domiciliar *per capita* em salários mínimos segundo condição migratória. RMC. 2007.

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Esses dados, principalmente daqueles com renda *per capita* maior do que cinco salários mínimos corroboram os resultados apresentados por Cunha (2010), que mostra que aqueles indivíduos com maior renda tenderiam a ter uma mobilidade menor. Entretanto, registrar uma mobilidade menor para a população de alta renda estaria dentro do esperado, tendo em vista que a população mais abastada migra com destino a melhores lugares. As possibilidades de escolha gerada pelos rendimentos culminam em locais apropriados dentro do próprio município, diferentemente do processo com os grupos de menor renda, que não têm escolha, mas são direcionados para pontos específicos que a sua renda pode alcançar.

Não se pode relacionar, entretanto, a imobilidade a melhores condições de vida, pois os dados apresentados anteriormente não mostram diferenças relevantes, tanto em relação aos acessos (Tabelas 14 e 15), quanto à renda (Figura 19). Defende-se aqui a idéia de que a imobilidade, em alguns casos, é outro modo de resposta ao fator principal que condiciona e motiva a migração, ou seja, a sobrevivência na metrópole.

Considerando a questão econômica, pode-se pensar que residir próximo ao trabalho seria um fator motivacional para a não migração, visto os custos que o deslocamento casa-trabalho traria para o orçamento familiar. Os dados da Tabela 16 indicam a importância da distribuição espacial do trabalho para a não migração, pois apontam que uma pequena proporção deles faz movimento pendular para trabalhar. Os migrantes, com destaque para os intrametropolitanos, apresentam 19,8% da mão-de-obra empregada em município diferente daquele que reside.

Tabela 16. Município de trabalho segundo condição migratória e residência anterior da PIA (População em Idade Ativa³⁷). RMC. 2007

	Município de trabalho (%)			N	
	No mesmo em que reside	Em outros municípios	Não Trabalha		
	Não migrante	55.5	7.2	37.3	(1930)
Condição migratória	Intrametropolitano	36.5	19.8	43.7	(345)
	Externo	47.2	12.8	40.0	(1763)

³⁷ A PIA para esta tabela considera pessoas de 15 a 64 anos, para focar de forma mais direta o público alvo que efetivamente trabalha. Se mantivéssemos para esta tabela a idade mínima de 10 anos, por exemplo, o total daqueles que não trabalham aumentaria para 44,3% (contra 39,1% a partir dos 15 anos), pois incluem uma gama muito grande de crianças de 10 a 14 anos que ainda não exercem atividades, e distorceriam os dados mais relevantes para a análise.

Residência anterior	Sede metropolitana	29.4	23.3	47.3	(188)
	Outro município da RM	46.1	15.0	38.8	(157)
	Município da RMSP	46.4	11.4	42.2	(225)
	Outro município ESP	43.4	11.4	45.2	(644)
	Outros estados	50.7	14.3	34.9	(894)
	Total	50.1	10.8	39.1	(4038)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Deve-se, por outro lado, considerar que a imobilidade pode ser responsável pela menor proporção de pendularidade, visto que o maior tempo de residência ajudaria na geração de oportunidades locais. É possível então considerar que a influencia seja recíproca, embora variável ao longo do tempo.

Os migrantes externos, neste sentido, apresentam maior percentagem do que os intrametropolitanos em relação a trabalhar no município de residência. Este dado vem de encontro com o exposto anteriormente, pois os migrantes intrametropolitanos tem maior preponderância de migrar para a aquisição da moradia, mantendo o trabalho anterior no antigo município, principalmente aqueles que emigraram de Campinas.

A importância de outras variáveis para a compreensão da tendência à imobilidade, principalmente aquelas ligadas às características sociodemográficas da população, reside no peso destas variáveis para o orçamento familiar. Com maior presença nas residências dos não migrantes, conforme a Figura 20, os jovens e idosos culminam numa maior proporção de pessoas que não trabalham, afetando assim diretamente as condições econômicas e dificultando a mobilidade, mesmo que as condições de vida apresentem motivo para esse movimento.

Os migrantes intrametropolitanos apresentam a mesma proporção de idosos, no entanto com mais jovens na composição em relação aos imigrantes externos. A menor proporção de dependentes dos migrantes externos possivelmente ocorra pela distância e, conseqüentemente, pelo custo do movimento, tornando-o mais difícil para famílias com dependentes.

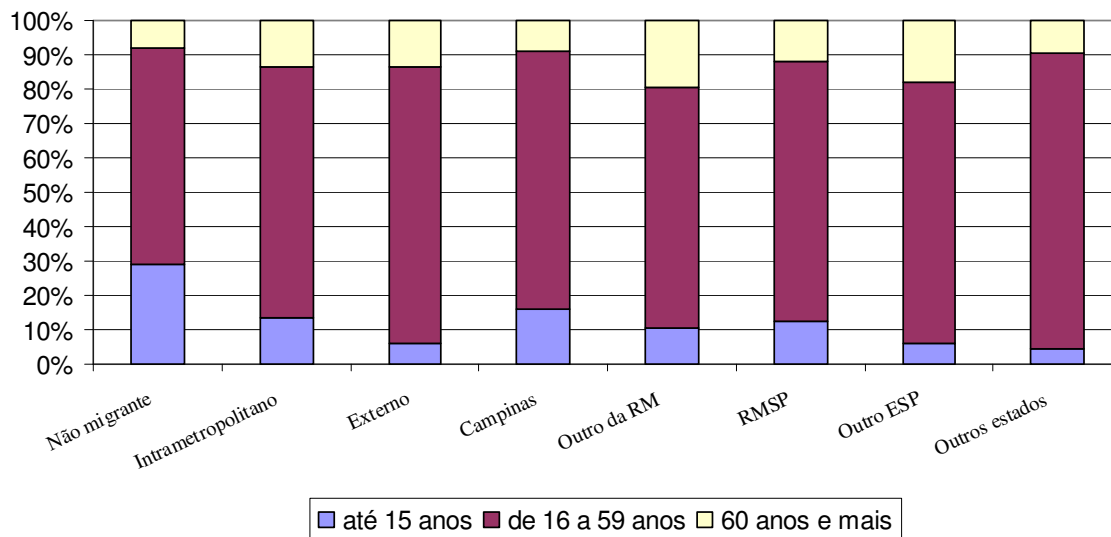


Figura 20. Gráfico da proporção de pessoas nos grupos de idade segundo condição migratória e residência anterior. RMC. 2007.

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizado pelo autor.

Quando analisamos a idade média da população a partir do local de residência anterior podemos compreender de que forma se caracteriza a população metropolitana, e principalmente os fluxos de migrantes da região. O “não-migrante” apresenta a idade média mais baixa, com 29,2 anos, enquanto o migrante de outros municípios do Estado de São Paulo a idade média mais alta, com 45,9 anos. Os migrantes intrametropolitanos, influenciado pelo fluxo de Campinas para o entorno apresenta idade média de 38,7 anos, quase quatro anos mais baixa em relação aos migrantes externos, conforme pode ser analisado na Tabela 17.

Tabela 17. Idade média da população e razão de dependência segundo condição migratória e residência anterior. RMC. 2007

Condição migratória		Idade Média	Razão de dependência (%)			
			Jovem	Idosa	Total	N
Condição migratória	Não migrante	29.2	46.1	13.0	59.1	(3178)
	Intrametropolitano	38.7	18.3	18.8	37.1	(479)

	Externo	42.6	7.7	16.8	24.5	(2225)
Residência anterior	Campinas	35.8	21.0	11.8	32.9	(249)
	Outro município da RM	42.3	14.7	28.1	42.8	(230)
	Município da RMSP	39.5	16.5	15.7	32.2	(306)
	Outro município ESP	45.9	7.6	23.9	31.5	(852)
	Outros estados	40.2	5.5	10.8	16.3	(1067)
	Total	35.0	27.2	15.1	42.3	(5882)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizada pelo autor.

Uma análise mais refinada a partir da razão de dependência mostra o peso de cada grupo de idade (jovens, adultos e idosos) e aponta indícios da importância dessa estrutura para a migração regional. Essa relevância reside na questão econômica, pois uma maior proporção de dependentes significa menor renda *per capita*, ou seja, menores possibilidades de se colocar em movimento.

Os “não-migrantes” apresentam a mais alta razão de dependência, influenciada principalmente pelos jovens, e uma razão de dependência idosa próximo da média regional, com 13 pontos percentuais. A estrutura familiar mostra-se então importante variável para a mobilidade, visto sua ligação direta com a questão econômica familiar. Entretanto, os diferenciais dos migrantes em relação aos “não-migrantes” são esperados, visto que a migração é seletiva.

Cabe salientar que a variação não ocorre apenas entre os “não-migrantes” e migrantes, mas entre os diversos fluxos considerados. Os migrantes intrametropolitanos do entorno apresentam a maior razão de dependência entre os fluxos desagregados, influenciados principalmente pelos idosos (28,1), o dobro dos mais jovens (14,7). Em consonância, os migrantes de outros estados apresentam a menor razão de dependência (16,3), com a razão mais baixa tanto em relação aos jovens (5,5) quanto em relação aos idosos (10,8).

A intensidade da razão de dependência está ligada diretamente ao tamanho das famílias, ou pelo menos ao número de pessoas residindo nos domicílios. Isto porque, segundo os dados da pesquisa, 91% dos domicílios regionais apresentam apenas uma família convivente, com variação maior apenas para migrantes originados na RM de São Paulo, com 98%, e de outros estados, com 89%.

A Figura 21 apresenta o número de pessoas por residência segundo município de residência anterior e condição migratória. A partir da análise desses dados, pode-se constatar o peso do tamanho do domicílio para os “não-migrantes”, já que apresentam a menor proporção com até duas pessoas residindo, e a maior proporção dentre todos os grupos considerados com mais de três pessoas no domicílio.

Desta forma, os dados indicam que, quanto maior o número de pessoas residindo no mesmo domicílio, menor seria a probabilidade de migração dessa família. Entretanto, não se pode fazer uma generalização a partir dos dados da Figura 21, pois não é o número de pessoas por domicílio *stricto sensu*, mas sim o peso desse número no orçamento familiar, ou a razão de dependência, como salientamos acima.

Para confirmar tal peso nas condições econômicas das famílias, os gráficos da Figura 22 demonstram que o rendimento domiciliar *per capita* se reduz conforme aumento o número de pessoas residindo no domicílio.

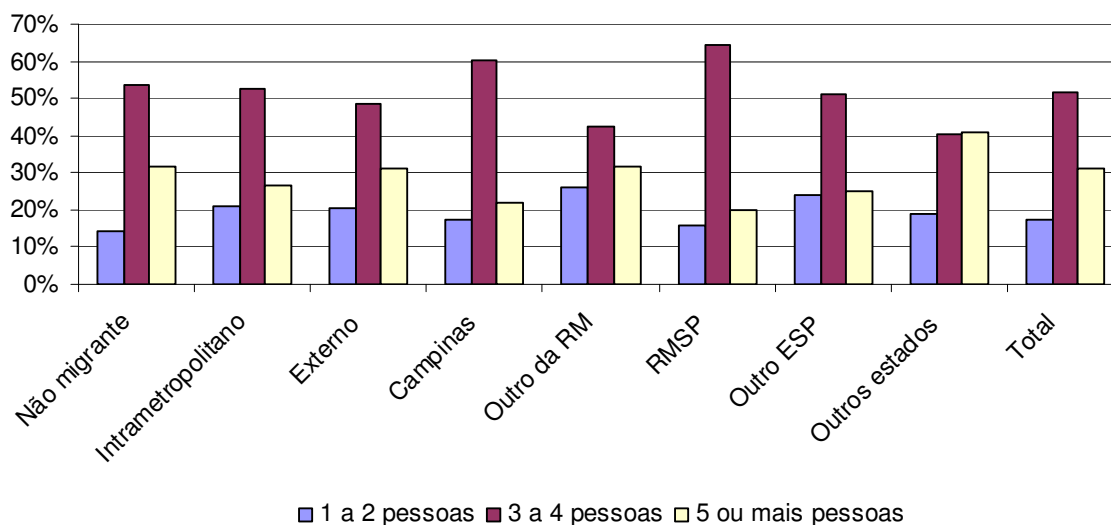


Figura 21. Gráfico do número de pessoas por domicílio segundo condição migratória e residência anterior. RMC. 2007.

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizado pelo autor.

Desta forma, famílias com maior número de pessoas tenderiam a apresentar maiores dificuldades para migrar, dada a importância da questão econômica para esse

movimento. Deve-se, entretanto, considerar que o tamanho e a organização das famílias variam ao longo do tempo, a partir do desenvolvimento do ciclo vital.

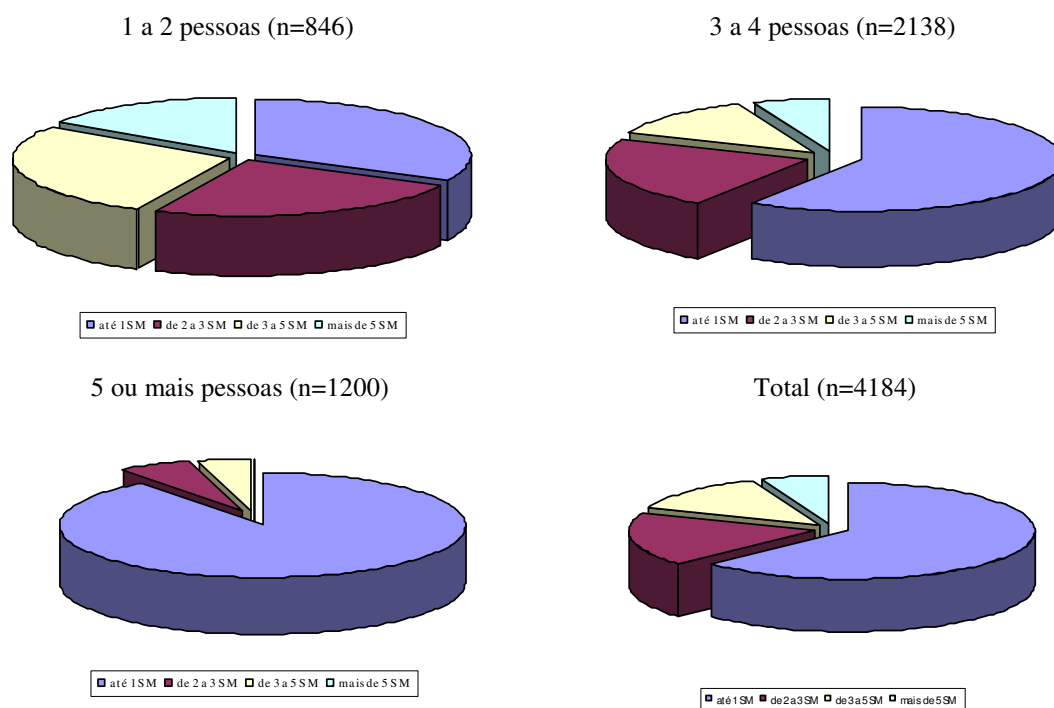


Figura 22. Gráficos do rendimento domiciliar *per capita* segundo número de pessoas residindo por domicílio. RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizado pelo autor.

Conforme pode ser analisado na Figura 23, as pessoas com maior mobilidade são aquelas que residem em domicílios com até duas pessoas, enquanto domicílios com cinco ou mais pessoas apresentam uma mobilidade menor, com maior proporção com nenhum e um movimento.

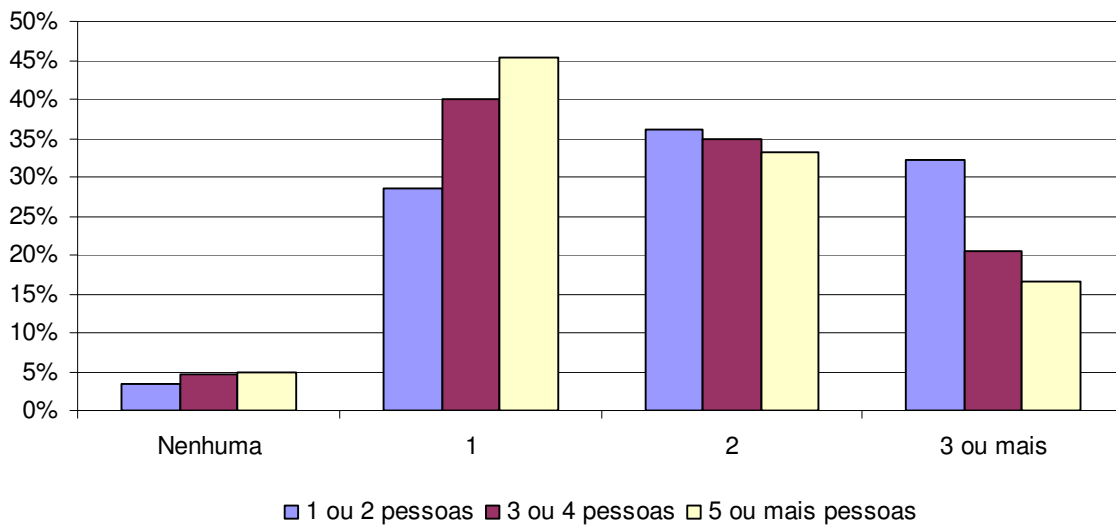


Figura 23. Gráfico do número de mudança de município a partir do número de pessoas residentes nos domicílios. RMC. 2007.

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007. Organizado pelo autor.

Quanto maior o tamanho da família, menor é a mobilidade dela. Essas colocações estão dentro do esperado, principalmente por terem impacto direto nas questões econômicas familiares, conforme Figura 22.

Em síntese, pode-se compreender que se o tamanho da família é importante, mais ainda é a composição dessa família, principalmente em relação à presença de jovens e idosos. Em contraposição aos dados sobre razão de dependência da Tabela 17, “não-migrantes” e migrantes de outros estados apresentam praticamente a mesma proporção de pessoas agregadas³⁸, representando 11,4% no caso dos “não-migrantes” e 11,0% para os migrantes de outros estados, mas a idade dessas pessoas e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho é o que incide para aumentar ou diminuir a razão de dependência.

Desta forma, a imobilidade pode ser entendida de duas formas, segundo dois grupos populacionais: o primeiro representa a porção que apresenta boas condições de vida,

³⁸ Por pessoas agregadas às famílias entendem-se aqueles que não fazem parte da prole do chefe da família, considerando então: genros e noras, netos, sobrinhos, cunhados, pais, sogro e sogra, irmãos, outros familiares e agregados.

e o segundo é aquele que mesmo apresentando condições insatisfatórias, não dispõem de situação propícia para realizar o ato de migrar, principalmente pelo quesito econômico.

Essa segunda porção dos não migrantes é aquela que apresenta condições socioeconômicas e de acesso aos serviços urbanos menos consolidados, habitando muitas vezes áreas com condições de habitação precárias. Segundo as características gerais dos migrantes que vimos anteriormente, essa porção dos “não-migrantes” apresentaria condições propícias para se colocar em movimento em busca de melhores condições, mas as características sociodemográficas criariam empecilhos mais fortes do que aqueles que levariam a migrar, tornando-os imóveis territorialmente sem a possibilidade de ao menos utilizar a migração como tentativa de melhor posicionar-se na metrópole, ao menos em termos territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo e qualquer trabalho que objetive o entendimento das dinâmicas sociais no âmbito de uma área metropolitana como a de Campinas, deverá, de alguma forma, fazer menção à importância dos processos migratórios, pois estes influenciam sobremaneira as características sócio-demográficas da região desde a década 70, e atualmente tem apresentado novas características, a partir dos novos empreendimentos que tem se instalado na região.

A migração apresenta-se como fenômeno central para o desenvolvimento da RM de Campinas e, no momento recente, se configura de forma distinta, uma vez que a migração interna tende a ganhar relevância e ter maior peso sobre a expansão regional, principalmente para os municípios do entorno metropolitano, se as mudanças recentes se confirmarem para os próximos recenseamentos.

Este trabalho nasceu do anseio de compreender se a migração, a partir das suas especificidades no âmbito dessa região, poderia representar mobilidade social para os indivíduos e para as famílias. Buscando o entendimento da migração à luz dos processos de produção e reprodução do espaço urbano, vê-se que as forças que atuam e direcionam essa produção afetam as condições de vida, e fazem da migração uma alternativa para a melhoria ou, no mínimo, a sua não deterioração.

O desenvolvimento do espaço urbano atual, calcado nos interesses fundiários e especulativos, no qual as problemáticas se retroalimentam de forma constante e aprofundam as desigualdades socioespaciais, culmina numa área urbana moldada segundo os interesses econômicos, sendo que a preocupação social é relegada a segundo (às vezes terceiro) plano, o que obriga determinada parcela da população a recorrer a planos emergenciais para sobreviver, direcionando-se a ocupações e áreas com precárias condições.

O abandono das questões sociais reside no pensamento de que o desenvolvimento econômico de alguma forma chegará aos níveis mais baixos da pirâmide social, e os investimentos pensados com esse propósito, em pontos direcionados do território e com objetivos específicos culminam no aprofundamento da desigualdade. A lógica da reprodução do capital se reverte numa maior concentração de renda e disparidade social,

contribuindo para a geração de espaços urbanos cada vez mais segregados, homogêneos localmente e heterogêneos em relação à disposição e aos acessos à cidade.

A migração, na atualidade, enquanto fenômeno social de grandes proporções apresenta estreita relação com esses processos urbanos, visto que os mecanismos de valorização e desvalorização através da mudança de uso dos pontos urbanos, a partir da conjuntura econômica (local e global) e demográfica (local, regional e nacional) criam processos que culminam na expulsão de uns e na atração de outros.

No cerne destes acontecimentos está a população, que sofre de forma distinta as influências geradas pela constante reprodução desse espaço, que modifica a cada momento as diretrizes que norteiam o desenvolvimento das áreas urbanas. A resposta da população ocorre de forma idêntica, a partir das suas características organizacionais e suas condições econômicas: os grupos mais abastados, quando migram, buscam amenidades nos pontos mais interessantes segundo suas necessidades. À população pobre restam espaços “pré-determinados”, com condições às vezes precárias de infraestrutura e acessos, mas que pode variar dependendo dos rendimentos disponíveis.

Chega-se aqui à conclusão de que a migração, ao menos nessa região e talvez no Brasil de maneira geral, ainda hoje não pode ser associada à mobilidade social, mas apresenta uma função muito mais de “adaptação” às condições vigentes em cada momento, a partir das conjunturas que influenciam o cotidiano dos indivíduos, sejam elas de ordem econômica ou sócio-demográficas.

Os dados analisados mostram que a maior parte dos migrantes encontra-se num processo de busca de uma estabilização econômica, a partir dos consideráveis fluxos motivados por questões relacionadas ao mercado de trabalho. Aqueles que se apresentam melhor posicionados nesse quesito, com destaque para os migrantes intrametropolitanos (principalmente o fluxo com origem em Campinas), colocam-se em movimento com o mesmo objetivo dos outros fluxos, ou seja, buscar melhores condições de vida. A diferença dos migrantes intrametropolitanos em relação aos externos reside no conhecimento que o primeiro acumula da região, e que o possibilita a mudar de município sem que precise sair do emprego anterior. Desta forma, a migração intrametropolitana apresenta forte ligação com as questões habitacionais, sendo que a aquisição da casa própria tem grande relevância para estes indivíduos.

Entretanto, o que se poderia considerar uma evolução em termos de condição de vida, a partir da segurança habitacional que representa a propriedade da residência no Brasil, muitas vezes o coloca em situações ainda mais precárias, visto que se direciona a pontos mais periféricos com pouca infraestrutura. Os dados indicaram que os migrantes intrametropolitanos apresentam maior proporção dentre aqueles com dificuldade de acesso a serviços básicos, justamente por migrarem para espaços não consolidados e, portanto, mais acessíveis em termos econômicos.

Aqueles fluxos com menor proporção de aquisição da habitação, com destaque para os migrantes externos, apresentam melhores condições de acesso aos serviços, justamente por que têm grande representatividade entre aqueles que vão pagar aluguel ou morar com outras famílias. Desta forma, se direcionam para áreas geralmente consolidadas do espaço urbano dos municípios.

Deve-se considerar, entretanto, que os migrantes intrametropolitanos apresentam-se em melhores condições que os externos. Apesar de contar com acesso a serviços e infraestrutura com pior qualidade, estes estão em situação melhor economicamente, o que possibilita inclusive uma relevante proporção de migrantes que adquirem a habitação. A infraestrutura menos consolidada é o “preço a pagar” enfrentado por esses migrantes para a garantia da segurança habitacional.

Se dentre os migrantes, a palavra melhoria (de condições de vida) seria a que melhor descreveria o objetivo de se colocar em movimento, dentre os “não-migrantes” a palavra seria manutenção. Isto porque os “não-migrantes” (assim como os migrantes) apresentam duas situações: aqueles com boas condições econômicas, que não se colocam em movimento justamente por estarem bem localizados e servidos, e a porção pobre, com acesso precário ao mercado de trabalho e com péssimas condições de habitação, que não se colocam em movimento por não apresentarem condições para tal, principalmente econômicas.

Apresentando ao menos parte das motivações indicadas pelos migrantes para colocar-se em movimento, o “não-migrante” apresenta alguns fatores que o motivam a não migrar. Dentre eles, a alta proporção de pessoas trabalhando no município de residência, fruto do tempo de moradia, e a composição do domicílio, com alta proporção de

dependentes - principalmente jovens - característica que poderia dificultar economicamente a migração.

Os dados aqui analisados, embora de forma ainda não conclusiva, indicam que a imobilidade, ao menos de parte da população, pode estar condicionada pela organização familiar, e não por apresentarem condições de vida dignas e dentro das necessidades básicas dessa população.

O contínuo processo de desenvolvimento regional, a partir do crescimento menor, apontado pelos dados preliminares do Censo Demográfico de 2010, indica que a migração intrametropolitana tende a ganhar mais espaço e continuar respondendo pelo crescimento superior de alguns municípios do entorno.

A partir disso, pode-se indicar que o crescimento horizontal da mancha urbana metropolitana tende a continuar apresentando condições precárias de habitação e acesso, principalmente naqueles pontos em que existe uma maior acessibilidade econômica. Entretanto, a forma com que cada ponto do espaço urbano regional responde a essa migração, a partir das leis de mercado, é o que vai definir os locais que vão crescer mais ou menos, e quais receberão população rica ou pobre, a partir das suas possibilidades.

As estimativas indiretas de saldo migratório apresentadas aqui, representando parte (2000 a 2008) da primeira década do século XXI, indicam que aqueles municípios que se destacaram durante a década de 90 em relação à atratividade devem permanecer nesta primeira década, salvo pequenas modificações. Os dados do Censo Demográfico de 2010 hão de confirmar ou não tal análise, e nos propiciarão a continuidade do trabalho, cuja primeira parte se encerra aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R., MAIA, P. B. Migração em São Paulo – Região de Governo de Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1992. (Textos NEPO, 22).

_____. Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas, 1992. 212f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____, “Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996”, (tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____ Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

_____.; GONÇALVES, R. “Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas”. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP, Caxambu, 2000.

_____. A Interiorização das Migrações em São Paulo novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu - MG, 2004.

BRITO, F. “Brasil, final de século: a transição para um novo padrão Migratório?”, Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, Caxambu, Cedeplar, 2000.

CAIADO, M.C.S.; PIRES M.C.S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2006, v. , p. 337-363.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global Editora, Editora Unicamp, 1985.

_____. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

CARLOS, A.F.A. A cidade. São Paulo: Contexto, 1994a.

_____. A (Re)Produção do Espaço Urbano. 1. ed. SÃO PAULO: EDUSP, 1994b. 270 p.

CORRÊA, R. L. “Os centros de gestão do território: uma nota. Revista Território, n.1(1), Rio de Janeiro, 1996.

_____. O espaço urbano. Editora Ática. São Paulo, 2000a.

_____. A. Rede Urbana e Formação Espacial - Reflexões Considerando o Brasil. Revista Território Nº 8, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-129, 2000b.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994.

_____; OLIVEIRA A. . População e Espaço Intraurbano em Campinas. In: Daniel Joseph Hogan; Rosana Baeninger; José Marcos Pinto da Cunha; Roberto Luiz do Carmo. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. 1 ed. Campinas: Unicamp, 2001, v. 1, p. 351-398.

_____; JAKOB, A. A. E. ; JIMÉNEZ, M.A. ; TRAD, I. L. Expansão Metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2006, v. , p. 337-363.

_____; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

_____. Mobilidade intrametropolitana, redes sociais e vulnerabilidade: um estudo sobre a Região Metropolitana de Campinas. In: IV Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), 2010, Havana. Anais do IV Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), 2010.

DAMIANI, A.L. A geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani A & CARRERAS, Carles.(orgs). Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. (Novas Abordagens. GEOUSP; v.4).

DOTA. E. M. “Caracterização da Mobilidade Intrametropolitana e seus condicionantes na Região Metropolitana de Campinas pós 2000”. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP, Caxambu-MG, 2010.

_____. (Re)produção do espaço urbano e seus reflexos sociais. In: VI Semana de Geografia da Unicamp, 2010, Campinas. Anais... Campinas: [online: <http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010>].

GOMES, P.C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GOTTIDIENER, M. A Teoria da Crise e a Reestruturação Sócio-Espacial: o caso dos Estados Unidos. In: Lícia Valadares e Edmond Preteceille (coords.) - Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. São Paulo, Nobel , 1990, p. 59-78.

- IBGE. Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LENCIONI, S. Reestruturação. Uma Noção Fundamental para o Estudo das Transformações e Dinâmicas Metropolitanas. In: VI Encontro de Geógrafos da América Latina, 1998, Buenos Aires. Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina, 1998.
- MARANDOLA JR., E. Cidades médias em contexto metropolitano: hierarquias e mobilidades nas formas urbanas. In: Rosana Baeninger (org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010, p.79-98.
- MOURA, R. “Morfologias de concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização?”. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.107. jul./dez., 2004.
- NEPO. Sumário de dados da Região Metropolitana de Campinas. NEPO/UNICAMP, 2009.
- _____/NESUR-IE/UNICAMP. Campinas metropolitana: diversidades sócioespaciais. Campinas, 2004. (Atlas CD-ROM).
- PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas : Instituto de economia /UNICAMP, 1998.
- PEREIRA, R. H. M. Processos socioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. *Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, num.245 (33).
- RODRIGUES, J.; BUSSO, G. Migración interna y desarrollo em América Latina entre 1980 y 2005: Um estudo comparativo com perspectiva regional basado em siete países. CEPAL, Chile, 2009.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Editora Record; São Paulo, 2008.
- _____. A urbanização brasileira. Hucitec, São Paulo, 1993.
- SEMEGHINI, U.C. *Do café à Indústria*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SINGER, P.I. Economia política e urbanização. 3ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

SOBREIRA, D.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*. México, v.54, p.114 - 139, 2004.

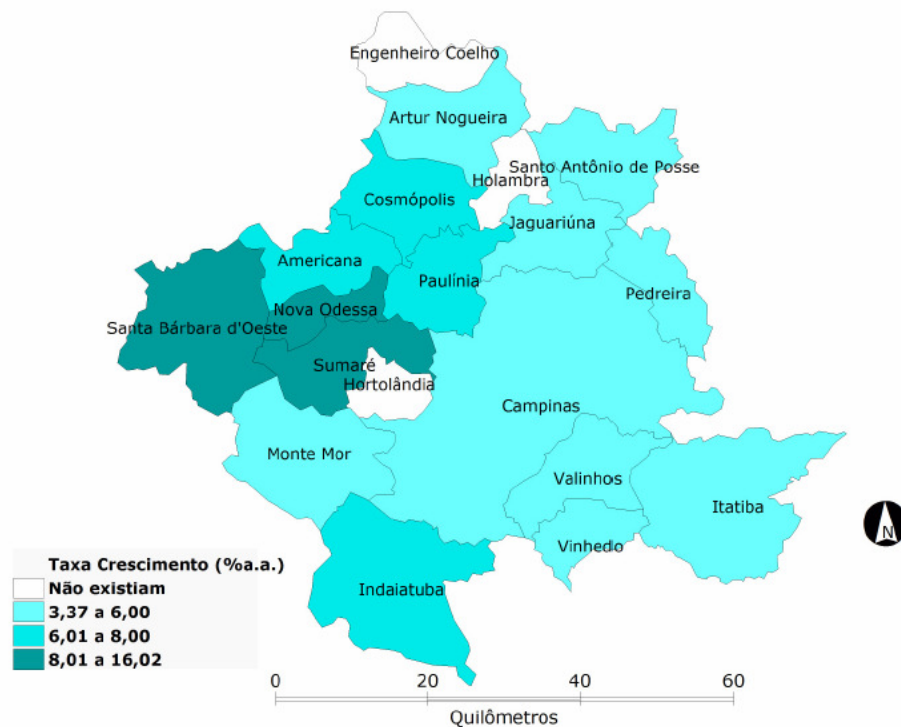
_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (11).

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel, 1993.

VITTE, C.C.S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: Rosana Baeninger (org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010, p.79-98.

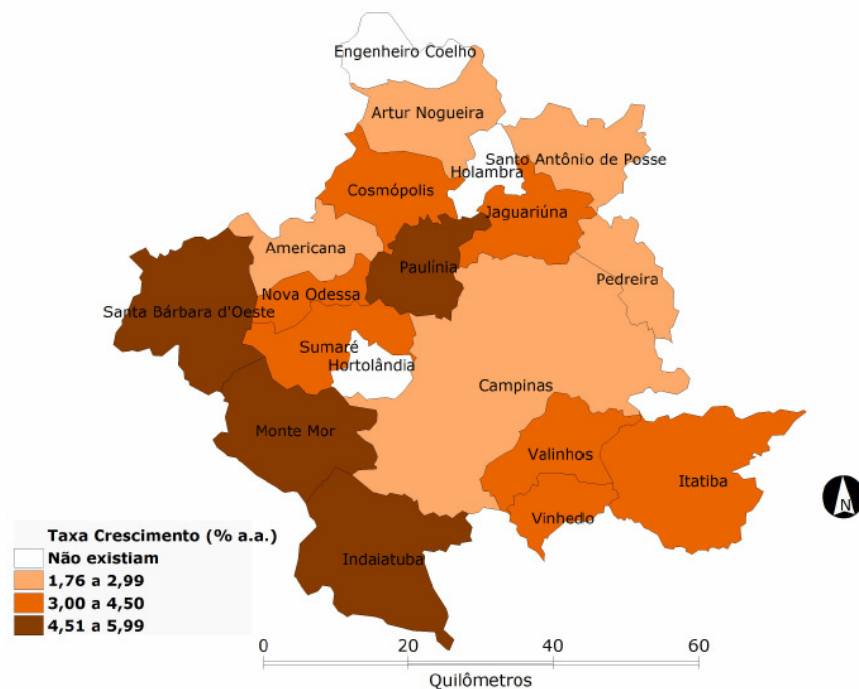
ANEXO A

Mapa. Taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 1970/1980



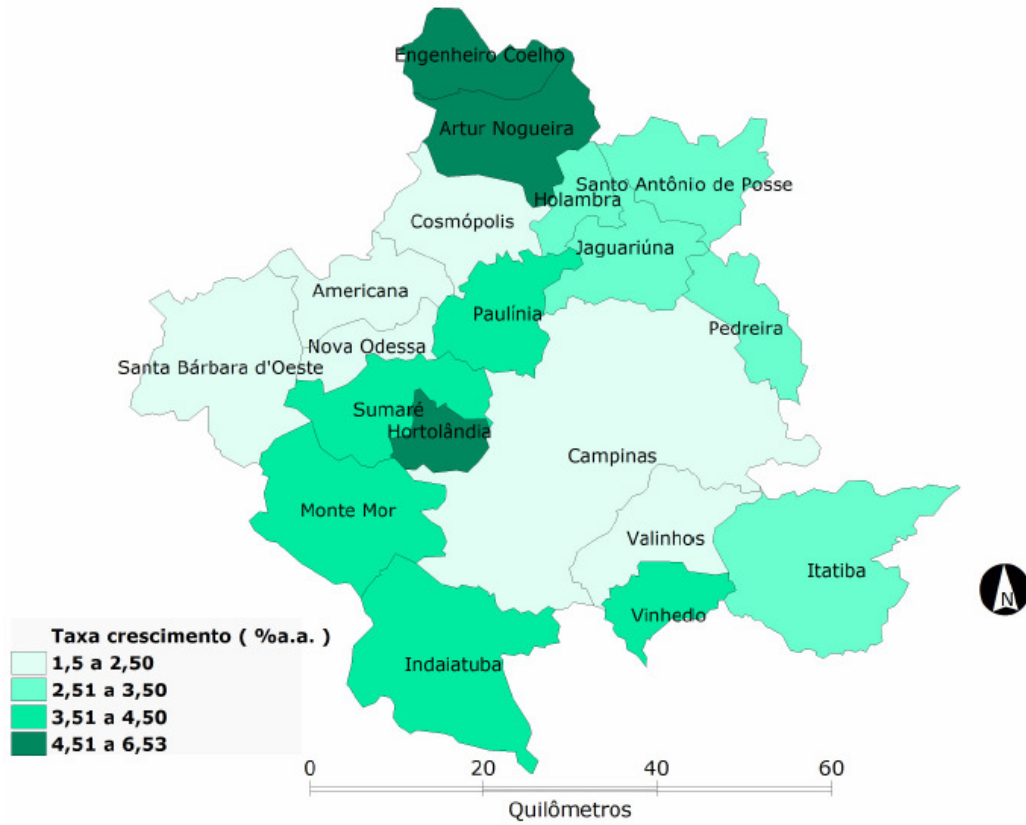
Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980 *apud* Baeninger (2000). Organizado pelo autor.

Mapa. Taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 1980/1991



Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991 *apud* Baeninger (2000). Organizado pelo autor.

Mapa. Taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 1991/2000



Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000 *apud* Baeninger (2000). Organizado pelo autor.

ANEXO B

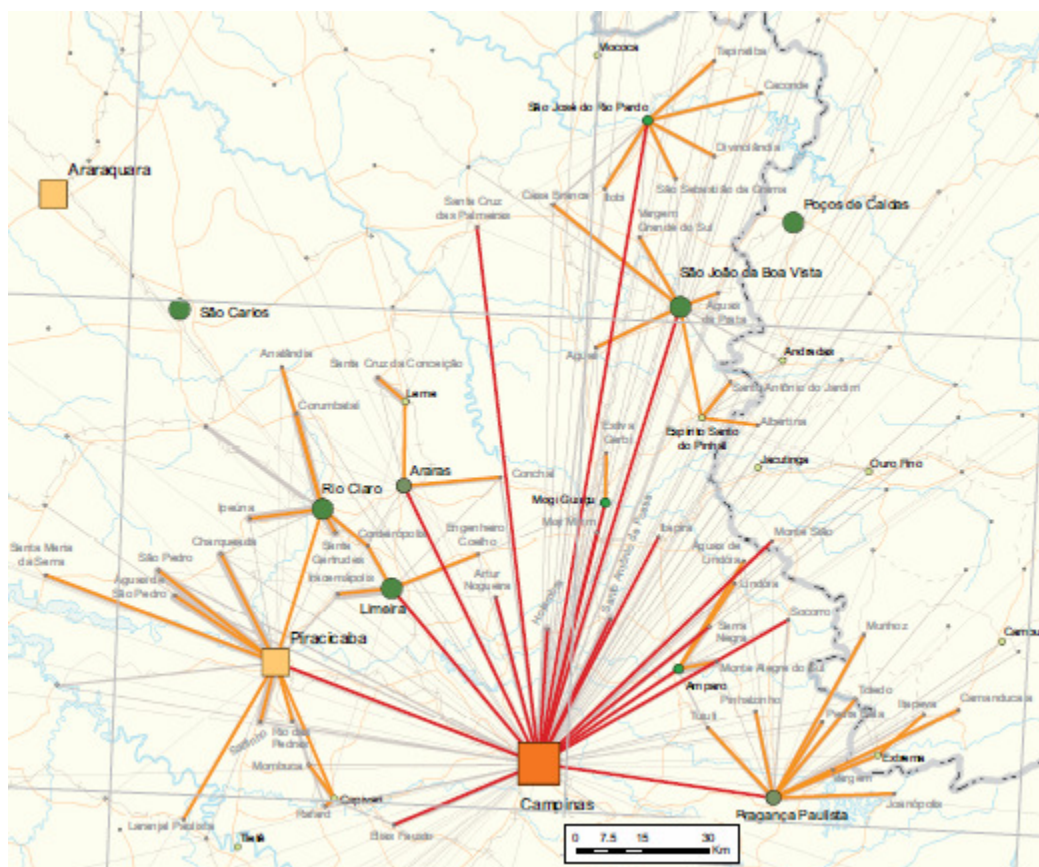
Tabela. Composição da população residente segundo origem migratória. Municípios da RMC. 2000.

	Natural que nunca migrou	Natural do município	Migrantes do Estado SP	Migrantes de outros Estados
Americana	42.0	44.2	37.7	18.1
Artur Nogueira	37.7	39.5	28.4	32.0
Campinas	48.0	50.0	24.0	26.0
Cosmópolis	45.7	47.5	24.4	28.1
Engenheiro Coelho	35.4	36.7	23.5	39.8
Holambra	36.8	38.4	24.6	37.0
Hortolândia	25.2	26.4	35.8	37.8
Indaiatuba	35.1	36.6	32.6	30.7
Itatiba	51.5	52.8	23.5	23.8
Jaguariúna	46.4	47.5	31.7	20.8
Monte Mor	38.7	40.1	29.2	30.8
Nova Odessa	33.0	34.5	41.7	23.8
Paulínia	36.7	38.2	30.7	31.0
Pedreira	51.8	53.5	25.8	20.7
Santa Bárbara d'Oeste	39.3	41.1	39.8	19.1
Santo Antonio de Posse	59.4	60.1	20.0	19.9
Sumaré	31.2	32.2	34.1	33.6
Valinhos	43.2	44.9	31.4	23.7
Vinhedo	37.6	39.3	37.4	23.3

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizado pelo autor.

ANEXO C

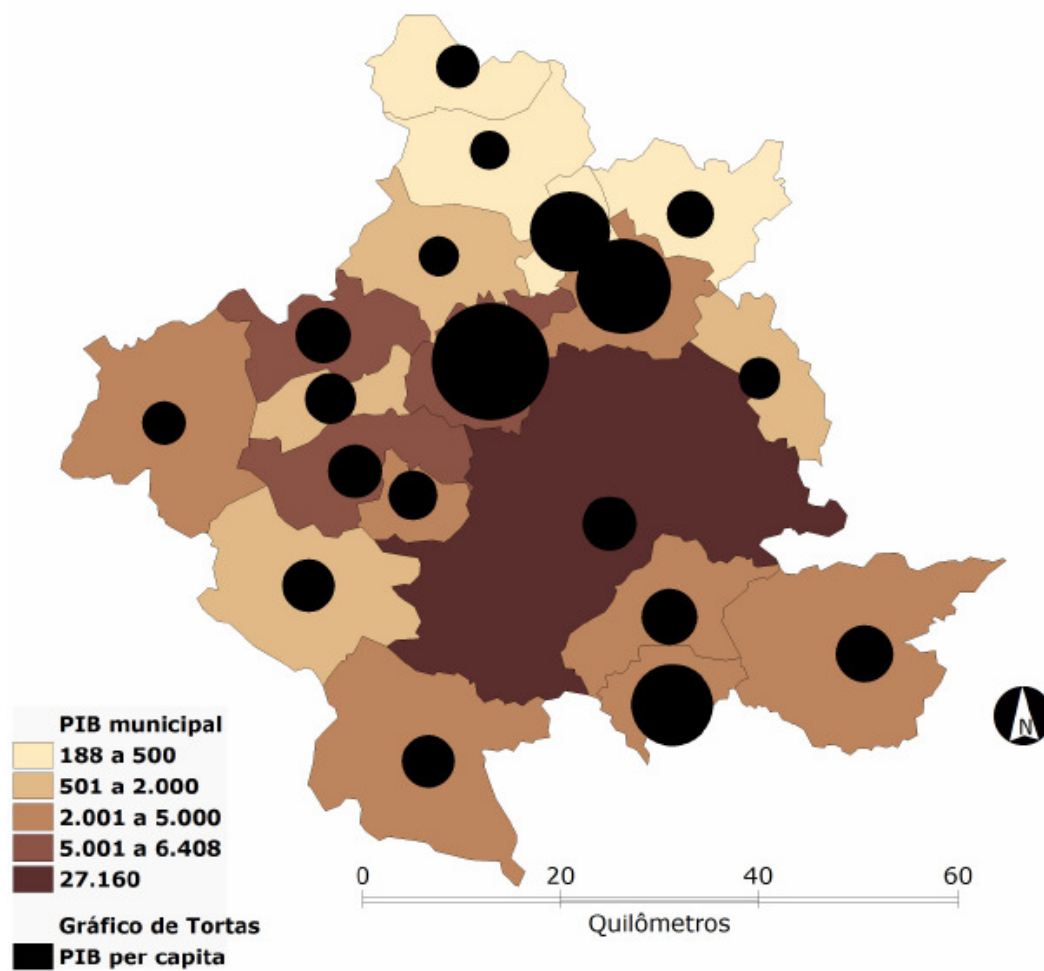
MAPA. Região de influência de Campinas enquanto Capital Regional. 2007.



Fonte: FIBGE. Rede de influência das cidades (2007).

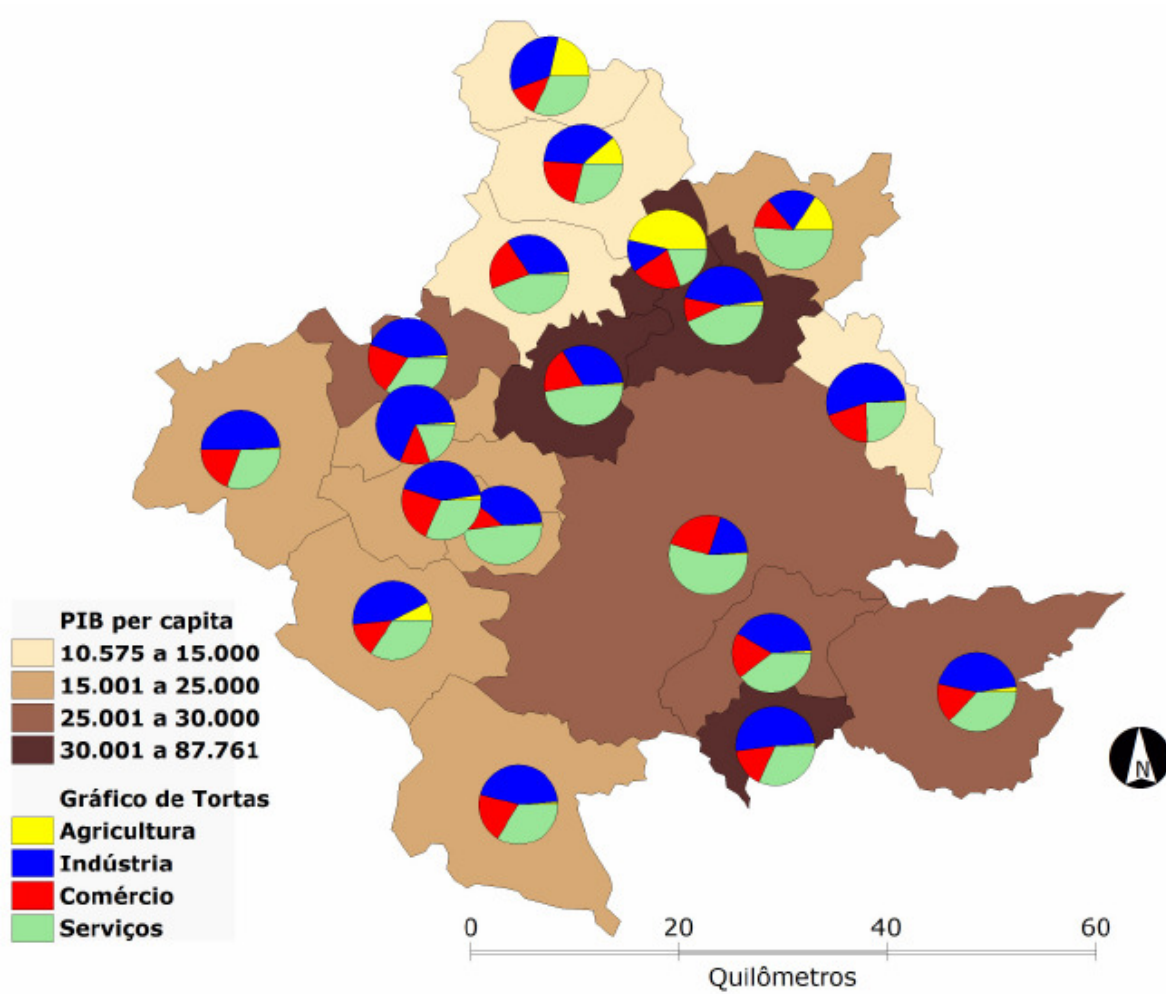
ANEXO D

Mapa. PIB* (Produto Interno Bruto) e PIB *per capita*. Municípios da RMC. 2007



* milhares de reais. Fonte: Fundação SEADE. Organizado pelo autor.

Mapa. PIB *per capita* (mil) e proporção dos vínculos empregatícios nos setores de atividade. Municípios da RMC. 2008.



Fonte: Fundação SEADE. Organizado pelo autor.

ANEXO E

Tabela. Índice de eficácia migratória segundo origem dos migrantes. Municípios da RMC. 1986-1991 e 1995-2000.

	1986-1991				1995-2000			
	Saldo Migratório Metropolitano	Saldo Migratório Externo	Índice Eficácia Metropolitano	Índice Eficácia Externo	Saldo Migratório Metropolitano	Saldo Migratório Externo	Índice Eficácia Metropolitano	Índice Eficácia Externo
Americana	-9362	10388	-0.70	0.44	-5.589	3418	-0.13	0.15
Artur Nogueira	856	4364	0.55	0.80	2.264	3394	0.68	0.54
Campinas	-19987	42987	-0.66	0.33	-9.227	19610	-0.50	0.14
Cosmópolis	605	4463	0.30	0.74	-740	3335	-0.23	0.50
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-304	1735	-0.04	0.66
Holambra	-	-	-	-	-463	305	-0.22	0.29
Hortolândia	-	-	-	-	13.417	14549	0.61	0.74
Indaiatuba	396	16069	0.21	0.71	2.346	16114	0.30	0.58
Itatiba	-367	5031	-0.40	0.51	639	5443	0.05	0.41
Jaguariúna	227	2217	0.09	0.61	1.060	2881	0.11	0.60
Monte Mor	1168	4724	0.37	0.72	1.781	2807	0.22	0.54
Nova Odessa	869	4083	0.19	0.68	2.727	2615	0.26	0.54
Paulínia	877	3799	0.27	0.73	2.308	4350	0.24	0.57
Pedreira	-90	1094	-0.14	0.39	543	1641	0.35	0.39
Santa Bárbara d'Oeste	7573	19249	0.78	0.78	4.778	7684	0.01	0.41
Santo Antonio de Posse	-36	936	-0.04	0.45	-421	842	-0.06	0.43
Sumaré	17031	38141	0.74	0.86	10.297	15401	0.18	0.55
Valinhos	-32	4969	-0.01	0.58	4.344	4977	0.30	0.51
Vinhedo	274	3182	0.15	0.61	-1301	4890	-0.18	0.59

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2000. Organizado pelo autor.